

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA AMBEV S.A.

Balancos patrimoniais:

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e 1º de janeiro de 2013

(em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora			Consolidado		
		2014	2013 Reapresentado ⁽ⁱ⁾	01/01/2013 Reapresentado ⁽ⁱ⁾	2014	2013 Reapresentado ⁽ⁱ⁾	01/01/2013 Reapresentado ⁽ⁱ⁾
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.165.282	137.021	48.155	9.722.067	11.538.241	9.259.265
Aplicações financeiras	6	684.861	-	-	712.958	288.604	476.607
Instrumentos financeiros derivativos	28	840.654	-	-	882.508	609.621	340.619
Contas a receber	7	2.726.673	5.086	6.687	3.028.854	2.972.758	2.464.162
Estoques	8	1.891.197	-	-	3.411.284	2.835.643	2.505.463
Impostos e contribuições a recuperar		831.425	2.639	1.996	1.581.908	1.397.004	585.241
Ativos mantidos para venda		-	-	-	-	-	4.086
Outros ativos		899.712	4.484	14.803	1.388.842	1.167.211	990.664
Ativo circulante		13.039.804	149.230	71.641	20.728.421	20.809.082	16.626.107
Aplicações financeiras	6	67.651	-	-	67.966	63.796	249.380
Instrumentos financeiros derivativos	28	5.453	-	-	5.453	1.685	30.502
Impostos e contribuições a recuperar		1.033.576	280	-	1.161.193	474.138	375.009
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	557.951	837.111	9.665	1.392.500	1.647.765	1.428.662
Outros ativos		926.286	-	-	1.736.538	1.795.509	1.461.818
Benefícios a funcionários	17	12.822	-	-	12.822	23.456	25.480
Investimentos	10	51.780.933	43.049.892	25.346.813	40.448	26.451	24.011
Imobilizado	11	9.078.686	-	-	15.740.058	14.005.561	12.413.679
Ativo intangível	12	629.092	-	-	3.754.860	3.213.994	2.936.404
Ágio	13	281.858	-	-	27.502.944	27.023.743	26.647.524
Ativo não circulante		64.374.308	43.887.283	25.356.478	51.414.782	48.276.098	45.592.469
Total do ativo		77.414.112	44.036.513	25.428.119	72.143.203	69.085.180	62.218.576

(i) A Companhia aplicou, retrospectivamente, o método do custo precedente para a aquisição do controle da Cerbuco Brewing Inc. ("Cerbuco"), holding da Companhia que detém participação controladora na Bucanero S.A. ("Bucanero"), de maneira consistente com a prática contábil para combinação de negócios entre entidades sob controle comum (Nota 1 (b)).

Balanços patrimoniais (continuação):

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e 1º de janeiro de 2013

(em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora			Consolidado		
		2014	2013 Reapresentado ⁽ⁱ⁾	01/01/2013 Reapresentado ⁽ⁱ⁾	2014	2013 Reapresentado ⁽ⁱ⁾	01/01/2013 Reapresentado ⁽ⁱ⁾
Contas a pagar	14	7.144.323	41.092	18.836	8.708.739	8.007.700	6.685.513
Instrumentos financeiros derivativos	28	1.844.041	-	-	1.909.186	945.554	1.051.654
Empréstimos e financiamentos	15	711.234	-	-	988.056	1.040.603	837.772
Conta garantida	5	74.064	-	-	99.089	-	123
Salários e encargos		262.087	845	-	598.360	722.090	566.084
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		2.269.245	915.130	11.037	2.435.350	1.174.242	3.088.902
Imposto de renda e contribuição social a recolher		19.108	-	-	640.413	897.076	980.398
Impostos, taxas e contribuições a recolher		1.452.577	440	386	2.903.276	2.235.223	2.101.483
Outros passivos		3.410.294	134	-	3.403.080	2.185.209	199.490
Provisões	16	115.571	-	-	139.234	144.958	137.452
Passivo circulante		17.302.544	957.641	30.259	21.824.783	17.352.655	15.648.871
Contas a pagar	14	14.872.526	-	-	73.927	69.423	45.021
Instrumentos financeiros derivativos	28	28.657	-	-	29.854	32.505	4.177
Empréstimos e financiamentos	15	1.499.031	86.415	-	1.634.567	1.865.242	2.316.242
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	-	-	-	1.737.631	2.095.686	1.367.601
Impostos, taxas e contribuições a recolher		607.513	-	-	610.903	882.990	779.321
Outros passivos		273.583	-	-	286.683	572.030	2.235.470
Provisões	16	370.935	-	-	543.220	431.693	518.076
Benefícios a funcionários	17	237.729	-	-	1.756.966	1.558.261	1.780.908
Passivo não circulante		17.889.974	86.415	-	6.673.751	7.507.830	9.046.816
Total do passivo		35.192.518	1.044.056	30.259	28.498.534	24.860.485	24.695.687
Patrimônio líquido	18						
Capital social		57.582.349	57.000.790	249.061	57.582.349	57.000.790	249.061
Reservas		59.907.214	61.220.284	51.649	59.907.214	61.220.284	51.649
Ajuste de avaliação patrimonial		(75.267.969)	(75.228.617)	25.097.150	(75.267.969)	(75.228.617)	25.097.150
Patrimônio líquido de controladores		42.221.594	42.992.457	25.397.860	42.221.594	42.992.457	25.397.860
Participação de não controladores		-	-	-	1.423.075	1.232.238	12.125.029
Total do patrimônio líquido		42.221.594	42.992.457	25.397.860	43.644.669	44.224.695	37.522.889
Total do passivo e patrimônio líquido		77.414.112	44.036.513	25.428.119	72.143.203	69.085.180	62.218.576

(i) A Companhia aplicou, retrospectivamente, o método do custo precedente para a aquisição do controle da Cerbuco Brewing Inc. ("Cerbuco"), holding da Companhia que detém participação controladora na Bucanero S.A. ("Bucanero"), de maneira consistente com a prática contábil para combinação de negócios entre entidades sob controle comum (Nota 1 (b)).

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados:
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2014	2013 Reapresentado (i)	2014	2013 Reapresentado (i)
Receita líquida	20	20.014.913	-	38.079.786	35.079.107
Custo dos produtos vendidos		(9.704.361)	-	(12.814.588)	(11.572.543)
Lucro bruto		10.310.552	-	25.265.198	23.506.564
Despesas logísticas		(1.486.696)	-	(4.847.302)	(4.297.598)
Despesas comerciais		(1.930.635)	-	(4.311.399)	(3.762.318)
Despesas administrativas		(1.101.219)	(3.156)	(1.820.046)	(1.748.340)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	1.527.379	43.070	1.629.164	1.761.671
Lucro operacional antes dos itens não recorrentes		7.319.381	39.914	15.915.615	15.459.979
Reestruturação	23	(4.013)	-	(48.934)	(29.207)
Impairment de ativo fixo	23	-	-	(32.297)	-
Outras despesas não recorrentes	23	(5.225)	-	(7.781)	-
Lucro operacional		7.310.143	39.914	15.826.603	15.430.772
Despesas financeiras	24	(3.218.163)	(1.488)	(2.648.627)	(2.494.964)
Receitas financeiras	24	1.045.958	5.368	1.173.223	933.581
Resultado financeiro, líquido		(2.172.205)	3.880	(1.475.404)	(1.561.383)
Participação nos resultados de controladas e coligadas	10	6.730.188	8.699.924	17.378	11.419
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		11.868.126	8.743.718	14.368.577	13.880.808
Imposto de renda e contribuição social	25	197.386	813.606	(2.006.558)	(2.481.371)
Lucro líquido do exercício		12.065.512	9.557.324	12.362.019	11.399.437
Atribuído a:					
Participação dos controladores		12.065.512	9.557.324	12.065.512	9.557.324
Participação dos não controladores		-	-	296.507	1.842.113
Lucro por ação ordinária (básico)		0,77	0,75	0,77	0,75
Lucro por ação ordinária (diluído)		0,76	0,75	0,76	0,75

(i) A Companhia aplicou, retrospectivamente, o método do custo precedente para a aquisição do controle da Cerbuco Brewing Inc. ("Cerbuco"), holding da Companhia que detém participação controladora na Bucanero S.A. ("Bucanero"), de maneira consistente com a prática contábil para combinação de negócios entre entidades sob controle comum (Nota 1 (b)).

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente:
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
		Reapresentado ⁽ⁱ⁾		Reapresentado ⁽ⁱ⁾
Lucro líquido do exercício	12.065.512	9.557.324	12.362.019	11.399.437
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Reconhecimento integral de ganhos / (perdas) atuariais	(165.637)	202.050	(165.906)	201.038
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado:				
Ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior				
<i>Hedge</i> de investimento caixa no exterior	(330.882)	(380.750)	(330.882)	(380.750)
<i>Hedge</i> de investimento República Dominicana	(175.199)	(118.191)	(175.199)	(118.191)
Ganhos e (perdas) na conversão de demais operações no exterior	994.792	664.532	1.116.458	786.539
Total dos ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior	488.711	165.591	610.377	287.598
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa – ganhos e (perdas)				
Reconhecido no patrimônio líquido (Reserva de <i>hedge</i>)	378.755	283.077	385.132	284.939
Excluído do patrimônio líquido (Reserva de <i>hedge</i>) e incluído no resultado	(245.094)	(220.611)	(251.224)	(220.611)
Total <i>Hedge</i> de fluxo de caixa	133.661	62.466	133.908	64.328
Outros resultados abrangentes, líquido de imposto	456.735	430.107	578.379	552.964
Resultado abrangente do exercício	12.522.247	9.987.431	12.940.398	11.952.401
Atribuído a:				
Participação dos controladores	12.522.247	9.987.431	12.522.247	9.987.431
Participação de não controladores	-	-	418.151	1.964.970

(i) A Companhia aplicou, retrospectivamente, o método do custo precedente para a aquisição do controle da Cerbuco Brewing Inc. (“Cerbuco”), holding da Companhia que detém participação controladora na Bucanero S.A. (“Bucanero”), de maneira consistente com a prática contábil para combinação de negócios entre entidades sob controle comum (Nota 1 (b)).

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido:

(em milhares de reais)

	Atribuído à participação dos controladores						Participação de não controladores	Total do Patrimônio líquido
	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total		
Saldo em 1º de janeiro de 2014	57.000.790	55.362.431	5.857.853	-	(75.228.617)	42.992.457	1.232.238	44.224.695
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.065.512	-	12.065.512	296.507	12.362.019
Resultado Abrangente:								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	488.711	488.711	121.666	610.377
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	133.661	133.661	247	133.908
Ganhos / (perdas) atuariais	-	-	-	-	(165.637)	(165.637)	(269)	(165.906)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	12.065.512	456.735	12.522.247	418.151	12.940.398
Ajuste de exercícios anteriores ⁽ⁱ⁾	-	-	-	(24.094)	89.367	65.273	-	65.273
Aumento de capital	581.559	(423.900)	-	-	-	157.659	-	157.659
Gastos com emissão de ações	-	(999)	-	-	-	(999)	-	(999)
Valor pago ABI – Bucanero (Nota 1 (b))	-	-	-	-	(505.332)	(505.332)	-	(505.332)
Ganhos / (perdas) de participação	-	-	-	-	(4.241)	(4.241)	(7.410)	(11.651)
Dividendos distribuídos	-	-	(1.591.164)	(5.492.192)	-	(7.083.356)	(219.904)	(7.303.260)
Juros sobre o capital próprio distribuídos	-	-	(2.412.165)	(1.569.242)	-	(3.981.407)	-	(3.981.407)
Juros sobre o capital próprio provisionados à distribuir	-	-	-	(2.042.587)	-	(2.042.587)	-	(2.042.587)
Pagamentos baseados em ações	-	154.340	-	-	-	154.340	-	154.340
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	-	(68.603)	-	-	-	(68.603)	-	(68.603)
Dividendos prescritos	-	-	-	16.143	-	16.143	-	16.143
Reversão efeitos prática contábil do custo precedente:								
Reversão efeito revalorização dos ativos fixos pelo custo precedente	-	-	-	75.881	(75.881)	-	-	-
Constituição de reservas - destinações:								
Reserva de incentivos fiscais	-	-	1.022.740	(1.022.740)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio propostos	-	-	1.508.371	(1.508.371)	-	-	-	-
Reserva de investimentos	-	-	498.310	(498.310)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	57.582.349	55.023.269	4.883.945	-	(75.267.969)	42.221.594	1.423.075	43.644.669

(i) A Companhia adotava, para consolidação de suas distribuidoras, controladas em conjunto, no Canadá, o método proporcional de consolidação. Em linha com o IFRS 11(R), a Companhia adotou o método de equivalência patrimonial, a partir de 1º de janeiro de 2014, prospectivamente. Períodos anteriores não foram revisados visto que os valores foram considerados irrelevantes.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (continuação):

(em milhares de reais)

	Atribuído à participação dos controladores							
	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total	Participação de não controladores	Total do Patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2013	249.061	-	51.649	-	24.905.890	25.206.600	12.062.398	37.268.998
Ajuste contábil do custo precedente ⁽ⁱ⁾	-	-	-	-	191.260	191.260	62.631	253.891
Saldo em 1º de janeiro de 2013 - ajustado	249.061	-	51.649	-	25.097.150	25.397.860	12.125.029	37.522.889
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.322.822	2.234.502	9.557.324	1.842.113	11.399.437
Resultado Abrangente:								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	165.591	165.591	122.007	287.598
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	62.466	62.466	1.862	64.328
Ganhos / (perdas) atuariais	-	-	-	-	202.050	202.050	(1.012)	201.038
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	7.322.822	2.664.609	9.987.431	1.964.970	11.952.401
Aumento de capital ⁽ⁱⁱ⁾	8.224.328	6.774.951	1.431.928	-	(16.413.758)	17.449	-	17.449
Incorporação de ações	48.527.401	48.527.401	-	-	-	97.054.802	(97.054.802)	-
Ajuste transação com minoritários	-	-	-	-	(85.242.633)	(85.242.633)	85.242.633	-
Gastos com emissão de ações	-	(26.866)	-	-	-	(26.866)	-	(26.866)
Opção de venda de participação em controlada	-	-	-	-	(54.065)	(54.065)	-	(54.065)
Ganhos / (perdas) de participação	-	-	-	-	(28.242)	(28.242)	(176.126)	(204.368)
Dividendos distribuídos	-	-	(13.063)	(2.035.986)	-	(2.049.049)	(73.177)	(2.122.226)
Dividendos provisionados à distribuir	-	-	-	(915.133)	-	(915.133)	-	(915.133)
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	-	(28.800)	-	-	-	(28.800)	-	(28.800)
Pagamentos baseados em ações	-	115.745	-	-	-	115.745	-	115.745
Dividendos prescritos	-	-	-	15.636	-	15.636	-	15.636
Efeito reflexo pela adoção do custo precedente ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	-	-	(1.251.678)	(1.251.678)	(796.289)	(2.047.967)
Constituição de reservas - destinações:								
Reserva de incentivos fiscais	-	-	417.965	(417.965)	-	-	-	-
Reserva de investimentos	-	-	906.002	(906.002)	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	3.063.372	(3.063.372)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	57.000.790	55.362.431	5.857.853	-	(75.228.617)	42.992.457	1.232.238	44.224.695

(i) A Companhia aplicou, retrospectivamente, o método do custo precedente para a aquisição do controle da Cerbuco Brewing Inc. ("Cerbuco"), holding da Companhia que detém participação controladora na Bucanero S.A. ("Bucanero"), de maneira consistente com a prática contábil para combinação de negócios entre entidades sob controle comum (Nota 1 (b)).

(ii) Refere-se ao aumento de capital através da contribuição de ações, conforme mencionado na Nota 1 (c). O referido aumento foi realizado pelo valor de custo, sem qualquer ganho ou perda de capital.

(iii) Refere-se principalmente a efeitos reflexos da distribuição de resultados de controlada até abril de 2013, como consequência da adoção da prática contábil do custo precedente, conforme descrito na política contábil para combinações de negócios entre entidades sob controle comum (Nota 1 (c)).

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa:
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2014	2013 Reapresentado ⁽ⁱ⁾	2014	2013 Reapresentado ⁽ⁱ⁾
Lucro líquido do exercício	12.065.512	9.557.324	12.362.019	11.399.437
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	1.414.258	-	2.392.508	2.105.097
Perda por <i>impairment</i> no contas a receber, estoques e demais contas a receber	24.401	-	99.549	117.066
Aumento/(redução) nas provisões e benefícios a funcionários	122.345	-	169.093	203.256
Resultado financeiro líquido	24 2.172.205	(3.880)	1.475.404	1.561.383
Perda/(ganho) na venda de imobilizado e intangíveis	(11.734)	-	(33.886)	(24.650)
Despesa com pagamentos baseados em ações	27 115.505	-	161.047	182.227
Imposto de renda e contribuição social	25 (197.386)	(813.606)	2.006.558	2.481.371
Participação nos resultados de controladas e coligadas	10 (6.730.188)	(8.699.924)	(17.378)	(11.419)
Outros itens não-monetários incluídos no lucro	(137.552)	-	(320.059)	(228.125)
Fluxo de caixa das atividades operacionais antes do capital de giro e provisões	8.837.366	39.914	18.294.855	17.785.643
Redução/(aumento) no contas a receber e demais contas a receber	1.894.737	(2.883)	(502.574)	(1.178.093)
Redução/(aumento) nos estoques	(209.047)	-	(588.982)	(417.606)
Aumento/(redução) nas provisões, contas a pagar e demais contas a pagar	(915.550)	20.502	1.577.371	1.279.908
Geração de caixa das atividades operacionais	9.607.506	57.533	18.780.670	17.469.852
Juros pagos	(827.159)	(258)	(699.614)	(431.544)
Juros recebidos	261.325	5.368	349.405	605.410
Dividendos recebidos	2.770.791	2.061.406	20.990	135.985
Imposto de renda e contribuição social pagos	(95.053)	(888)	(2.555.778)	(2.464.911)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	11.717.410	2.123.161	15.895.673	15.314.792
Caixa advindo de reestruturação societária	1 3.625.864	-	-	-
Proventos da venda de imobilizado e intangíveis	105.534	-	151.949	112.289
Aquisição de imobilizado e intangíveis	(2.144.596)	-	(4.493.069)	(3.810.308)
Aquisição de subsidiárias, líquido de caixa adquirido	-	(7.471)	(10.686)	(254.908)
Aplicação financeira e proventos líquidos de títulos de dívida	(524.506)	-	(445.749)	141.707
Aquisição de outros ativos, líquidos	59.912	-	29.478	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento	1.122.208	(7.471)	(4.768.077)	(3.811.220)
Aumento de capital e adiantamento para futuro aumento de capital	18 157.552	17.449	157.552	17.449
Aumento/(redução) de capital em subsidiárias / não controladores	-	-	-	172.376
Recompra para manutenção de ações em tesouraria	13 (68.178)	(28.800)	(74.158)	(37.721)
Proventos de empréstimos	4.797.722	86.415	1.005.203	331.413
Liquidação de empréstimos	(739.307)	-	(1.790.326)	(991.220)
Caixa líquido de custos financeiros, exceto juros	(308.445)	(41.802)	(380.872)	(1.663.835)
Pagamento de passivos de arrendamento financeiro	-	-	(1.567)	(1.511)
Dividendos pagos	(11.867.756)	(2.060.086)	(12.059.595)	(7.333.693)
Fluxo de caixa de atividades financeiras	(8.028.412)	(2.026.824)	(13.143.763)	(9.506.742)
Aumento/(redução) líquido no Caixa e equivalentes de caixa	4.811.206	88.866	(2.016.167)	1.996.830
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱⁱ⁾ no início do exercício	137.021	48.155	11.538.241	9.259.265
Efeito de variação cambial	142.991	-	100.904	282.146
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱⁱ⁾ no final do exercício	5.091.218	137.021	9.622.978	11.538.241

(i) A Companhia aplicou, retrospectivamente, o método do custo precedente para a aquisição do controle da Cerbuco Brewing Inc. ("Cerbuco"), holding da Companhia que detém participação controladora na Bucanero S.A. ("Bucanero"), de maneira consistente com a prática contábil para combinação de negócios entre entidades sob controle comum (Nota 1 (b)).

(ii) Líquido de conta garantida.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do valor adicionado:
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013 Reapresentado <small>(i)</small>	2014	2013 Reapresentado <small>(i)</small>
Receitas	35.556.163	-	59.682.893	53.864.909
Vendas mercadorias, produtos e serviços	35.053.150	-	59.035.962	52.757.475
Outras receitas	516.763	-	701.296	1.146.071
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(13.750)	-	(54.365)	(38.637)
Insumos adquiridos de terceiros	(14.398.959)	41.579	(22.562.736)	(18.551.738)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(11.866.998)	-	(15.517.746)	(12.653.904)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.495.440)	41.579	(6.943.152)	(5.824.561)
(Perda)/recuperação de valores ativos	(36.521)	-	(101.838)	(73.273)
Valor adicionado bruto	21.157.204	41.579	37.120.157	35.313.171
Retenções	(1.377.738)	-	(2.290.670)	(2.031.823)
Depreciação e amortização	(1.377.738)	-	(2.290.670)	(2.031.823)
Valor adicionado líquido produzido	19.779.466	41.579	34.829.487	33.281.348
Valor adicionado recebido em transferência	7.799.668	8.705.292	956.025	752.550
Participação nos resultados de controladas e coligadas	6.730.188	8.699.924	17.378	11.419
Receitas financeiras	1.045.958	5.368	1.173.223	933.581
Outros	23.522	-	(234.576)	(192.450)
Valor adicionado total a distribuir	27.579.134	8.746.871	35.785.512	34.033.898
Distribuição do valor adicionado	27.579.134	8.746.871	35.785.512	34.033.898
Pessoal	1.428.715	1.138	2.995.176	3.031.758
Remuneração direta	1.133.417	980	2.542.550	2.598.492
Benefícios	134.295	6	221.282	221.510
Fundo de garantia por tempo de serviço	56.823	152	85.218	86.184
Outros	104.180	-	146.126	125.572
Impostos, taxas e contribuições	10.828.094	(813.079)	17.604.574	17.015.996
Federais	3.507.003	(813.079)	7.175.727	7.766.151
Estaduais	7.308.638	-	10.408.846	9.233.078
Municipais	12.453	-	20.001	16.767
Remuneração de capitais de terceiros	3.256.813	1.488	2.823.743	2.586.707
Juros	3.203.997	1.488	2.631.513	2.402.482
Aluguéis	52.816	-	192.230	184.225
Remuneração de capitais próprios	12.065.512	9.557.324	12.362.019	11.399.437
Juros sobre o capital próprio	3.611.829	-	3.611.829	-
Dividendos	5.492.192	2.951.119	5.492.192	2.951.119
Lucros retidos	2.961.491	4.371.703	2.961.491	4.371.703
Ajuste do lucro para fins de apresentação pelo método do custo precedente	-	2.234.502	-	2.234.502
Participação de não controladores lucros retidos	-	-	296.507	1.842.113

(i) A Companhia aplicou, retrospectivamente, o método do custo precedente para a aquisição do controle da Cerbuco Brewing Inc. ("Cerbuco"), holding da Companhia que detém participação controladora na Bucanero S.A. ("Bucanero"), de maneira consistente com a prática contábil para combinação de negócios entre entidades sob controle comum (Nota 1 (b)).

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

1.	Informações gerais
2.	Declaração da Administração
3.	Sumário das principais políticas contábeis
4.	Uso de estimativas e julgamentos
5.	Caixa e equivalentes de caixa
6.	Aplicações financeiras
7.	Contas a receber
8.	Estoques
9.	Imposto de renda e contribuição social diferidos
10.	Investimentos
11.	Imobilizado
12.	Ativo intangível
13.	Ágio
14.	Contas a pagar
15.	Empréstimos e financiamentos
16.	Provisões
17.	Benefícios a funcionários
18.	Patrimônio líquido
19.	Informações por segmento
20.	Receita líquida
21.	Outras receitas (despesas) operacionais
22.	Informações adicionais sobre despesas operacionais por natureza
23.	Itens não recorrentes
24.	Despesas e receitas financeiras
25.	Imposto de renda e contribuição social
26.	Folha de pagamento e benefícios relacionados
27.	Pagamento baseado em ações
28.	Instrumentos financeiros e riscos
29.	Arrendamento operacional
30.	Garantias, obrigações contratuais, adiantamento de clientes e outros
31.	Contingências
32.	Partes relacionadas
33.	Companhias do Grupo
34.	Seguros
35.	Eventos subsequentes

1. INFORMAÇÕES GERAIS

(a) Objeto social

A Ambev S.A. (referida como “Companhia” ou “Ambev S.A.”), com sede em São Paulo tem por objeto, diretamente ou através da participação em outras sociedades, produzir e comercializar cervejas, chopes, refrigerantes, outras bebidas, malte e alimentos em geral.

A Companhia tem suas ações e ADRs (American Depositary Receipts) negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A.) sob o código “ABEV3” e na Bolsa de Nova Iorque (NYSE) sob o código “ABEV”.

Os dois acionistas controladores diretos da Companhia são a Interbrew International B.V. (“IIBV”) e a AmBrew S.A. (“Ambrew”), ambas subsidiárias da Anheuser-Busch InBev N.V./S.A. (“ABI”).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2015.

(b) Principais eventos ocorridos em 2014:

No dia 2 de janeiro de 2014, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias da Ambev S.A., da Companhia de Bebidas da América – Ambev e da Ambev Brasil Bebidas S.A., por meio das quais foram aprovadas as incorporações da BSA Bebidas Ltda. pela Ambev Brasil Bebidas S.A. e, ato contínuo, da Companhia de Bebidas e da Ambev Brasil Bebidas S.A. pela Ambev S.A. Como resultado das incorporações, a Companhia recebeu pelos seus respectivos valores contábeis a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Companhia de Bebidas e da Ambev Brasil Bebidas S.A., que foram extintas, tendo suas ações sido canceladas, e sendo sucedidas pela Companhia, nos termos da lei.

Na Assembleia Geral Extraordinária da Ambev S.A. ocorrida em 1º de outubro de 2014 foi aprovada a incorporação da Londrina Bebidas Ltda. (“Londrina Bebidas”), pela Ambev S.A.

Como resultado da incorporação, a Companhia recebeu pelos seus respectivos valores contábeis, a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Londrina Bebidas, que foi extinta, tendo suas ações sido canceladas e sendo sucedida pela Companhia, nos termos da lei.

O acervo líquido incorporado por empresa está demonstrado abaixo:

	Companhia de Bebidas das Américas S.A.	Ambev Brasil Bebidas S.A.	BSA Bebidas Ltda.	Londrina Bebidas Ltda
	01/01/2014	01/01/2014	01/01/2014	01/10/2014
Ativo				
Ativo circulante	11.027.626	1.133.510	61.324	519.648
Ativo não circulante	47.220.178	4.906.087	2.700	737.698
Total do ativo	58.247.804	6.039.597	64.024	1.257.346
Passivo				
Passivo circulante	10.258.087	3.059.124	24.737	304.087
Passivo não circulante	12.630.565	912.667	5.755	578.775
Total do passivo	22.888.652	3.971.791	30.492	882.862
Acervo líquido	35.359.152	2.067.806	33.532	374.484

Em janeiro de 2014 a Ambev Luxemburgo, subsidiária integral da Companhia, adquiriu da ABI a totalidade das ações da Cerbuco Brewing Inc. (“Cerbuco”), holding que detém participação na Bucanero S.A. (“Bucanero”), empresa líder no mercado cubano de cervejas.

Com esta aquisição a Companhia tem por objetivo fortalecer sua liderança no Caribe.

A Companhia contabilizou, pela aquisição da Cerbuco, uma transferência de controle comum e refletiu, retrospectivamente, a consolidação da subsidiária no valor contábil da ABI. A diferença entre o valor pago e o custo precedente dos ativos líquidos adquiridos é contabilizada no patrimônio líquido.

Os impactos sobre o balanço patrimonial e as demonstrações dos resultados anteriormente apresentados estão demonstrados abaixo.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(em milhares de reais)

	Controladora			
	2013	2013	2012	2012
	Ajustado	Anteriormente apresentado	Ajustado	Anteriormente apresentado
Ativo				
Ativo circulante	149.230	149.230	71.641	71.641
Ativo não circulante	43.887.283	43.733.604	25.356.478	25.165.218
Total do ativo	44.036.513	43.882.834	25.428.119	25.236.859
Passivo				
Passivo circulante	957.641	957.641	30.259	30.259
Passivo não circulante	86.415	86.415	-	-
Total do passivo	1.044.056	1.044.056	30.259	30.259
Patrimônio líquido	42.992.457	42.838.778	25.397.860	25.206.600

	Consolidado			
	2013	2013	2012	2012
	Ajustado	Anteriormente apresentado	Ajustado	Anteriormente apresentado
Ativo				
Ativo circulante	20.809.082	20.470.013	16.626.107	16.305.865
Ativo não circulante	48.276.098	48.204.006	45.592.575	45.527.010
Total do ativo	69.085.180	68.674.019	62.218.682	61.832.875
Passivo				
Passivo circulante	17.352.655	17.180.582	15.648.871	15.527.240
Passivo não circulante	7.507.830	7.496.039	9.046.922	9.036.637
Total do passivo	24.860.485	24.676.621	24.695.793	24.563.877
Patrimônio líquido				
Patrimônio líquido de controladores	42.992.457	42.838.778	25.397.860	25.206.600
Participação de não controladores	1.232.238	1.158.620	12.125.029	12.062.398
Total do patrimônio líquido	44.224.695	43.997.398	37.522.889	37.268.998

Demonstrações dos resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2013	2013	2013
	Ajustado	Anteriormente apresentado	Ajustado	Anteriormente apresentado
Receita líquida	-	-	35.079.107	34.791.391
Custo dos produtos vendidos	-	-	(11.572.543)	(11.397.801)
Lucro bruto	-	-	23.506.564	23.393.590
Despesas logísticas	-	-	(4.297.598)	(4.268.156)
Despesas comerciais	-	-	(3.762.318)	(3.757.623)
Despesas administrativas	(3.156)	(3.156)	(1.748.340)	(1.736.457)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	43.070	43.070	1.761.671	1.761.544
Lucro operacional antes dos itens não recorrentes	39.914	39.914	15.459.979	15.392.898
Reestruturação	-	-	(29.207)	(29.207)
Lucro operacional	39.914	39.914	15.430.772	15.363.691
Despesas financeiras	(1.488)	(1.488)	(2.494.964)	(2.495.918)
Receitas financeiras	5.368	5.368	933.581	932.492
Resultado financeiro, líquido	3.880	3.880	(1.561.383)	(1.563.426)
Participação nos resultados de controladas e coligadas	8.699.924	8.677.569	11.419	11.419
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	8.743.718	8.721.363	13.880.808	13.811.684
Imposto de renda e contribuição social	813.606	813.606	(2.481.371)	(2.457.614)
Lucro líquido do exercício	9.557.324	9.534.969	11.399.437	11.354.070
Atribuído a:				
Participação dos controladores	9.557.324	9.534.969	9.557.324	9.534.969
Participação dos não controladores	-	-	1.842.113	1.819.101
Lucro por ação ordinária (básico)	0,75	0,75	0,75	0,75
Lucro por ação ordinária (diluído)	0,75	0,74	0,75	0,74

Demonstrações dos fluxos de caixa:

(em milhares de reais)

	Consolidado	
	2013	2013
	Ajustado	Anteriormente apresentado
Fluxo de Caixa Consolidado		
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	15.314.792	15.245.896
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	(3.811.220)	(3.802.025)
Fluxo de caixa decorrente das atividades financeiras	(9.506.742)	(9.385.263)

Como resultado dos itens explanados acima, os lançamentos pela adoção da prática contábil do custo precedente estão assim detalhados no balanço patrimonial individual da Companhia:

	2013	2012
Patrimônio líquido da Cerbuco	153.679	191.260
Aquisição do controle	100%	100%
Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente	153.679	191.260
Atribuídos na Demonstração do Patrimônio Líquido à:		
Ajustes contábeis de transações entre sócios	153.679	191.260

O impacto dos lançamentos acima nas demonstrações dos resultados da Companhia são os seguintes:

	2013
Lucro líquido do exercício da Cerbuco	22.355
Participação acionária após aquisição	100%
Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente	22.355

Em 1 de março de 2014, a ABI e a Companhia celebraram, por meio de subsidiárias, contratos de licenciamento por meio dos quais as subsidiárias da Companhia relacionadas à operação no Canadá adquiriram o direito exclusivo de importar, vender, distribuir e comercializar os produtos da marca *Corona* e marcas relacionadas, incluindo sem se limitar a *Corona Extra*, *Corona Light*, *Coronita*, *Pacífico* e *Negra Modelo*, bem como a licença exclusiva para utilizar as marcas relacionadas a esses produtos, no Canadá.

A Companhia registrou um intangível no valor de R\$150.899 em contrapartida ao valor desembolsado.

(c) Principais eventos ocorridos em 2013:

Reestruturação Societária Ambev

Em 7 de dezembro de 2012, a Companhia de Bebidas das Américas – Ambev (“Companhia de Bebidas”) anunciou aos seus acionistas proposta de reorganização societária para uma estrutura com espécie única de ações ordinárias.

Em 17 de junho de 2013, como passo preliminar à reorganização societária, a controladora ABI contribuiu, por meio de suas subsidiárias IIBV e Ambrew, a totalidade

das ações de emissão da Companhia de Bebidas para a Ambev S.A. (“Contribuição de Ações”).

Posteriormente, em 30 de julho de 2013, uma incorporação de ações foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), pela qual cada ação ordinária e preferencial da Companhia de Bebidas não detida pela Ambev S.A. foi trocada por cinco novas ações ordinárias da AmBev S.A. (“Incorporação de Ações”).

A Companhia aplicou o método contábil do custo precedente na reestruturação societária com sua parte relacionada.

2. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), em vigor em 31 de dezembro de 2014.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelo CPC. O IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelo IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Não ocorreram mudanças significativas nas políticas contábeis das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2014, bem como nos métodos de cálculos utilizados, em relação àqueles apresentados nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

(a) Base de preparação e mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (“R\$”) arredondados para o milhar mais próximo indicado. Dependendo da norma IFRS/CPC aplicável, o critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável. Quando o IFRS/CPC permite a opção entre o custo de aquisição ou outro critério de mensuração (por exemplo, remensuração sistemática), o critério do custo de aquisição é utilizado.

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As demais alterações mandatórias para demonstrações contábeis com início em 1º de janeiro de 2014 não foram listadas devido à sua não-aplicabilidade ou à sua imaterialidade para a Companhia.

(c) Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações contábeis, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs. Em 2014 o IASB - International Accounting Standards Board publicou alterações ao IAS 27 - *'Equity Method in Separate Financial Statements (Amendments to IAS 27)'*. Esta alteração consiste em estabelecer o método da equivalência patrimonial como uma opção de contabilização de investimentos em subsidiárias, negócios em conjuntos e associadas em demonstrações financeiras separadas de uma entidade. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de Janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida. A Companhia optou por adotar a referida norma antecipadamente.

Os investimentos em controladas, coligadas e negócios em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e as práticas contábeis adotadas são uniformes àquelas adotadas pela Companhia. O valor contábil desses investimentos inclui desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial, ágio, sendo o ágio apresentado na rubrica Intangíveis.

(d) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis das controladas da Ambev S.A., negócios em conjunto e coligadas utilizadas nas demonstrações contábeis consolidadas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação da Ambev S.A., empregando práticas contábeis uniformes.

Todas as transações, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo foram eliminados.

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando ela está exposta ou tem direito a retornos variáveis em decorrência de seu envolvimento com a entidade e é capaz de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a entidade. Na determinação de controle, potenciais direitos de voto são levados em conta. Presume-se a existência de controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto (o que nem sempre equivale à participação econômica), a menos que possa ser demonstrado que essa participação não constitui controle.

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pela Companhia, exceto quando aplicada a prática contábil do custo precedente para transferência do controle comum. A consolidação é interrompida a partir da data em que esse controle deixa de existir.

A Ambev S.A. usa o método de alocação contábil do custo do investimento para registrar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Ambev S.A.. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos/assumidos em uma combinação de negócios são reconhecidos inicialmente pelos seus valores justos, na data da aquisição. A Ambev S.A. reconhece a participação de não controladores na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional à participação dos não controladores no valor justo dos ativos líquidos adquiridos. A mensuração da participação de não controladores é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso: (i) da contraprestação transferida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo transferido.

Negócios em conjunto

Negócios em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum

Combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelos IFRSs ou CPCs. O IFRS 3 / CPC 15(R1) - *Combinação de Negócios* é o pronunciamento que se aplica a combinações de negócios, porém explicitamente exclui do seu escopo as combinações de negócios entre entidades sob controle comum.

Sendo assim, conforme permitido pelo IAS 8 / CPC 23 - *Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro*, a Administração adotou uma prática contábil em linha com o USGAAP e o UKGAAP, a prática do custo precedente.

A prática contábil do custo precedente prevê que ao contabilizar uma transferência de ativos ou uma troca de ações entre entidades sob controle comum, a entidade que recebe os ativos líquidos ou as participações societárias inicialmente mensurará os ativos e

passivos transferidos, reconhecidos aos seus valores contábeis nas contas da entidade que faz a transferência, na data da transferência, retrospectivamente. Se os valores contábeis dos ativos e passivos transferidos, pela controladora ABI, diferirem do custo histórico da controladora das entidades sob controle comum, as demonstrações financeiras da entidade recebedora deverão refletir os ativos e passivos transferidos ao custo da controladora das entidades sob controle comum.

(e) Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”).

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da Companhia é o Real.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira e evidenciados pelo valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data de apuração do valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários são reconhecidas no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda estão incluídos no patrimônio líquido.

Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior

Os ativos e passivos destas controladas são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial, enquanto os saldos das demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, e os saldos das mutações do patrimônio líquido, pelas taxas de câmbio históricas das respectivas

transações. Os ajustes de conversão, compreendidos pela diferença entre as taxas de câmbio média e histórica, são registrados diretamente no resultado abrangente.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidos no resultado abrangente.

O ágio e os ajustes de valor justo decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Taxas de câmbio

As principais taxas de câmbio utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis da Companhia são:

Moeda	Denominação	País	Taxa final		Taxa média	
			2014	2013	2014	2013
CAD	Dólar canadense	Canadá e Cuba	2,2932	2,2021	2,1372	2,0945
DOP	Peso dominicano	República Dominicana	0,0601	0,0551	0,0540	0,0517
USD	Dólar americano	Equador, Dinamarca e Cuba ⁽ⁱ⁾	2,6562	2,3426	2,3488	2,1574
GTQ	Quetzal	Guatemala	0,3508	0,2998	0,3042	0,2744
PEN	Novo Sol	Peru	0,8934	0,8360	0,8285	0,8002
ARS	Peso	Argentina	0,3106	0,3594	0,2893	0,3961
BOB	Boliviano	Bolívia	0,3816	0,3366	0,3375	0,3100
PYG	Guarani	Paraguai	0,0006	0,0005	0,0005	0,0005
UYU	Peso uruguaio	Uruguai	0,1090	0,1093	0,1012	0,1052
CLP	Peso chileno	Chile	0,0044	0,0045	0,0041	0,0044

(i) A moeda funcional de Cuba, o peso cubano conversível (“CUC”), tem paridade com o dólar (“USD”) na data da demonstração contábil.

(f) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com riscos insignificantes de mudança de valor, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos de saldos de contas garantidas, quando aplicável.

(g) Ativos financeiros

g.i) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (1) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (2) empréstimos e recebíveis, (3) mantidos até o vencimento e (4) disponíveis para venda. A classificação depende da

finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

g. i.1) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

Em geral, os ativos dessa categoria são classificados como aplicações financeiras de curto prazo, no ativo circulante. Aqueles com vencimento original acima de um ano podem ser classificados como aplicações financeiras de curto prazo baseado na intenção e habilidade da Administração em resgatá-los em um período menor do que um ano, bem como, considerando-se a sua natureza de alta liquidez e pelo fato de representarem um caixa disponível para operações correntes.

São classificados nesta categoria investimentos em títulos de dívida.

g. i.2) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

g. i.3) Ativos mantidos até o vencimento

Os ativos mantidos até o vencimento são ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até o vencimento.

g. i.4) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são instrumentos não derivativos que não são classificados em nenhuma outra categoria. São apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

São classificados nesta categoria investimentos em títulos de dívida, e títulos patrimoniais, que são investimentos nos quais a Companhia não possui influência significativa ou controle. Isto é geralmente evidenciado quando o investimento equivale a menos de 20% dos direitos de voto.

g.ii) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

g.ii.1) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos são apresentados na demonstração do resultado, no período em que ocorrem.

g.ii.2) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

g.ii.3) Ativos mantidos até o vencimento

Os ativos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

g.ii.4) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os juros e as atualizações monetárias são registrados na demonstração do resultado. Subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo, com as variações decorrentes da avaliação ao valor justo registradas no resultado abrangente, e juros (calculados pelo método da taxa efetiva de juros), reconhecidos na demonstração do resultado.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são liquidados ou sofrem perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no resultado abrangente, são incluídos na demonstração do resultado.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a

outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade.

g.iii) Redução ao valor de recuperação (*impairment*) de ativos financeiros

A Administração avalia trimestralmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (“evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, e pode ser estimado de maneira confiável.

g.iv) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(h) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção dos riscos relacionados a moedas estrangeiras, taxa de juros e preço de *commodities*. Os instrumentos financeiros derivativos que, embora contratados com objetivo de proteção, não atendem a todos os critérios para aplicação de contabilização de *hedge* são reconhecidos pelo valor justo no resultado do exercício.

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, em condições normais de mercado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado, e também a qualidade de crédito da contraparte.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros derivativos são remensurados pelo seu valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações no valor justo do instrumento financeiro derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando estes são instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa ou *hedge* de investimento líquido, em que as variações no valor justo são reconhecidas no resultado abrangente.

Os conceitos de *hedge* de fluxo de caixa, de investimento líquido e de valor justo são aplicados a todos os instrumentos que atendem aos requerimentos de contabilidade de

hedge do IAS 39 / CPC 38 – *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*, como por exemplo, a manutenção da documentação requerida incluindo teste de efetividade do *hedge*.

Contabilização de *hedge* de fluxo de caixa

Quando um instrumento financeiro derivativo protege da exposição dos fluxos de caixa de um ativo ou passivo reconhecido, do risco de moeda estrangeira e de oscilação de preços de *commodities*, associados a uma transação de realização altamente provável, a parcela efetiva de qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecida diretamente no resultado abrangente (reservas de *hedge* de fluxo de caixa). A parcela inefetiva de qualquer ganho ou perda é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do exercício.

Quando um instrumento de *hedge* ou uma relação de *hedge* são extintos, mas ainda espera-se que a transação protegida ocorrerá, os ganhos e perdas acumulados (até aquele ponto) permanecem no resultado abrangente, sendo reclassificados de acordo com a prática acima, quando a transação de proteção ocorrer. Não havendo mais probabilidade de ocorrência da transação de proteção, os ganhos ou perdas acumulados e reconhecidos no resultado abrangente são reclassificados imediatamente para a demonstração de resultados.

Contabilização de *hedge* de valor justo

Quando um instrumento financeiro derivativo protege da exposição à variabilidade no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou um compromisso firme, qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecido na demonstração de resultado. O item protegido também é reconhecido pelo valor justo em relação ao risco sendo protegido, com respectivos ganhos e perdas reconhecidos na demonstração de resultados. A Companhia descontinuará a contabilização do *hedge* de valor justo quando o objeto de proteção expirar, for vendido, rescindido ou exercido.

Contabilização de *hedge* de investimento líquido

Quando um instrumento financeiro derivativo protege de um investimento líquido em operações no exterior, a parcela efetiva de qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecida diretamente no resultado abrangente (reservas de conversão), enquanto a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado.

No caso de alienação da operação no exterior, o valor acumulado dos ganhos ou perdas reconhecidos diretamente no resultado abrangente é transferido para o resultado do exercício.

Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos financeiros derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(i) Contas a receber

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo seu valor justo e posteriormente pelo seu custo amortizado, menos as perdas com provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do balanço patrimonial. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada quando há evidência objetiva que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. A provisão é reconhecida na demonstração do resultado, assim como eventuais reversões. Historicamente, não foram registradas perdas significativas em contas a receber de clientes.

(j) Estoques

Os estoques são valorizados pelo menor, entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui os gastos incorridos na aquisição do bem, transporte até sua localização atual e colocação em condições de uso. Para a apuração do custo dos estoques emprega-se o método da média ponderada.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão-de-obra direta, outros custos diretos, ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis baseados na capacidade operacional normal. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado em condições normais de mercado, deduzido dos gastos para colocação dos produtos em condições de venda e realização da venda.

Estoques são baixados quando o valor líquido de realização antecipado se torna menor que o valor contábil dos estoques. O cálculo do valor líquido de realização leva em consideração as características específicas de cada categoria de estoque, tais como data de validade, vida útil, indicadores de movimentação, entre outros.

(k) Intangíveis

A amortização relacionada aos ativos intangíveis e desenvolvimento está incluída nos custos de vendas, se estes estiverem relacionados à produção, e em despesas de vendas e marketing, se relacionados a atividades comerciais.

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo de tais ativos.

Direitos de fornecimento e distribuição

Um direito de distribuição é o direito de vender produtos específicos em um determinado território.

Direitos de distribuição adquiridos são mensurados inicialmente pelo custo ou valor justo quando obtido através de uma combinação de negócios.

Amortização relativa aos direitos de distribuição está incluída em despesas com vendas e *marketing*.

Marcas

Caso parte do valor pago em uma combinação de negócios relacione-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo de Intangíveis e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, o valor das marcas pode sofrer redução no caso de perdas por *impairment*. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento de uma marca são reconhecidos como despesa.

Software

O *software* adquirido é mensurado pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada. Gastos com *software* desenvolvido internamente são capitalizados quando os gastos se qualificam como atividades de desenvolvimento, caso contrário, são reconhecidos na demonstração do resultado conforme incorridos.

A amortização relacionada a *software* está incluída no custo das vendas, despesas de distribuição, vendas e despesas de *marketing* ou despesas administrativas, dependendo da atividade à qual o *software* está relacionado.

Outros intangíveis

Outros intangíveis, adquiridos pela Companhia, são mensurados pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação.

Outros intangíveis também incluem direitos de patrocínios de vários anos, adquiridos pela Companhia. Estes são inicialmente reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos futuros, e subsequentemente mensurados pelo custo menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação.

Amortização

Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear pelo período de sua vida útil estimada. Licenças e direitos de fornecimento e distribuição são amortizados pelo período em que existem os direitos. Marcas são consideradas intangíveis de vida útil indefinida e, portanto não são amortizadas. *Software* e custos de desenvolvimento capitalizados relacionados a tecnologia são amortizados ao longo de 3 a 5 anos.

Itens que não são amortizados são testados para fins de redução ao valor de recuperação anualmente.

(I) Ágio

O ágio surge na aquisição de controladas, coligadas e negócios em conjunto.

O ágio é determinado como sendo o excesso: (i) da contraprestação transferida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, na respectiva data de aquisição. Todas as combinações de negócios são contabilizadas pela aplicação do método de alocação contábil do custo do investimento.

Em conformidade com o IFRS 3 - *Combinações de Negócios*, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas sim testado no mínimo anualmente para fins de redução ao valor de recuperação, ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é expresso na moeda da controlada ou operação em conjunto (*joint operation*) a que se refere e convertido em reais pela taxa de câmbio vigente no final do exercício.

Com respeito às coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil da participação na coligada e/ou empreendimento controlado em conjunto (*joint ventures*).

Se a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos exceder o custo da combinação de negócios, tal excesso é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

Gastos com ágio gerado internamente são contabilizados como despesa, conforme incorridos.

O ágio inclui os efeitos do custo precedente conforme descrito na Nota 1 – *Informações gerais*.

(m) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo menos a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação. O custo abrange o preço de aquisição, os juros incorridos no financiamento durante a fase de construção, e todos os outros custos diretamente relacionados ao transporte do ativo imobilizado até o local e sua colocação em condições de operação na forma pretendida pela Administração da Companhia (por exemplo, impostos não recuperáveis, frete, custos de desmonte e retirada dos equipamentos e restauração do local em que se encontram, caso incorridos). O custo do imobilizado construído internamente é apurado conforme os mesmos princípios aplicáveis ao imobilizado adquirido de terceiros. Os métodos de depreciação, valor residual, bem como as vidas úteis são reavaliados e ajustados, se apropriado, anualmente.

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo de tais ativos.

Gastos subsequentes

A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição de um componente, se for provável que os benefícios econômicos futuros nele incorporados fluirão para a Companhia, e o custo do componente puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são lançados à conta de despesa quando incorridos.

Depreciação

O montante depreciável é o custo de um ativo menos o seu valor residual. Os valores residuais, se não insignificantes, são reavaliados anualmente. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento que os ativos estão instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens.

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

Edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Instalações	10 anos
Utensílios	10 anos
Bens de uso externo	2 a 5 anos

As vidas úteis e os valores residuais dos ativos são revisados periodicamente. A Administração aplica julgamentos na avaliação e determinação das vidas úteis dos ativos.

Terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida.

Ganhos e perdas na venda

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

O imobilizado e respectiva depreciação incluem os efeitos do custo precedente conforme descrito na Nota 1 – *Informações gerais*.

(n) Contabilização de arrendamento operacional

Arrendamentos de ativos nos quais os riscos e os benefícios do bem são retidos substancialmente pelo arrendador são classificados como arrendamento operacional. Pagamentos de arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado em uma base linear até o encerramento do contrato.

Quando um arrendamento operacional é encerrado antes da data de vencimento, qualquer pagamento a ser feito ao arrendatário a título de multa é reconhecido como uma despesa no período em que o contrato é encerrado.

(o) Contas a pagar

Contas a pagar a fornecedores são reconhecidas, inicialmente pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(p) Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo deduzidos dos custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, sendo qualquer diferença entre o valor inicial e o valor do vencimento reconhecido no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa efetiva de juros. A Companhia possui empréstimos e financiamentos que possuem estrutura de *hedge* (Nota 15 – *Empréstimos e financiamentos*).

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

(q) Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados; (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; e (iii) o valor pode ser estimado com razoável segurança.

As provisões são mensuradas descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados, a uma taxa antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado sobre o valor do

dinheiro no tempo, e quando apropriado, os riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão é reconhecido como despesa financeira.

Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia possui um plano detalhado e aprovado de reestruturação e quando a reestruturação já foi iniciada ou anunciada. Gastos relacionados às atividades normais e à conduta futura da Companhia não são provisionados, mas reconhecidos quando incorrida uma despesa. A provisão inclui os compromissos relacionados aos benefícios que serão pagos pela Companhia aos funcionários desligados na reestruturação.

Disputas e litígios

A provisão para disputas e litígios é reconhecida quando é mais provável do que improvável que a Companhia será obrigada a fazer pagamentos futuros, como resultado de eventos passados. Tais pagamentos incluem, mas não estão limitados a, várias reivindicações, processos e ações iniciados tanto por terceiros quanto pela Companhia, relativos às leis antitrustes, violação dos acordos de distribuição e licenciamentos, questões ambientais, disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos.

(r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, a não ser que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou outra conta do patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no resultado abrangente ou em conta do patrimônio líquido (exceto juros sobre o capital próprio, conforme Nota 3 (v)).

A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido utilizando o método do balanço patrimonial. Isto significa que para as diferenças tributáveis e dedutíveis de natureza temporária entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos, é reconhecido o imposto diferido ativo ou passivo. De acordo com esse método, a provisão para o imposto diferido é também calculada sobre as diferenças entre o valor justo de ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios e sua base fiscal. O IAS 12 / CPC 32 – *Tributos Sobre o Lucro* prevê que nenhum imposto diferido passivo seja reconhecido no reconhecimento do ágio; e que nenhum imposto diferido ativo e/ou passivo seja reconhecido (i) no reconhecimento inicial de um ativo ou passivo proveniente de uma transação que não a de combinação de negócios, que no momento da transação não afete o lucro ou prejuízo contábil ou fiscal; e (ii) sobre diferenças relacionadas a investimentos em ações de controladas, desde que não sejam revertidos no futuro previsível. O valor do imposto diferido determinado é baseado

na expectativa de realização ou liquidação da diferença temporária e utiliza a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados se existir um direito legal de compensar os passivos fiscais correntes e ativos, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades tributáveis que pretendam ou liquidar passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O imposto diferido ativo é reconhecido somente na extensão em que é provável que haja lucros tributáveis futuros. O imposto de renda diferido ativo é reduzido na extensão em que não mais seja provável a ocorrência de lucros tributáveis futuros.

(s) Benefícios a funcionários

Benefícios pós-emprego

Benefícios pós-emprego incluem benefícios de aposentadoria administrados, no Brasil, pelo Instituto Ambev de Previdência Privada – IAPP, e de assistência médica e odontológica administrados pela Fundação Zerrenner. Os planos de pensão normalmente são mantidos por pagamentos feitos tanto pela Companhia quanto pelos funcionários, considerando as recomendações dos atuários independentes. Os planos de assistência médica e odontológica são mantidos pelos rendimentos dos ativos da Fundação, podendo a Companhia contribuir com parte de seu lucro para a Fundação em caso de necessidade.

A Companhia possui planos de aposentadoria de contribuição definida e de benefício definido para funcionários do Brasil e de subsidiárias localizadas na República Dominicana, Argentina, Bolívia e no Canadá.

A Companhia possui planos de aposentadoria superavitários e deficitários.

s.1) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais ou construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado nos períodos corrente e anteriores.

As contribuições desses planos são reconhecidas como despesa no período em que são incorridas.

s.2) Planos de benefício definido

Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

Para os planos de benefício definido, as despesas são avaliadas para cada plano individualmente, utilizando o método de crédito unitário projetado. O crédito unitário projetado considera cada período de serviço como sendo uma unidade de benefício adicional para mensurar cada unidade separadamente. Baseado nesse método, o custo de prover a aposentadoria é reconhecido no resultado do exercício durante o período de serviço dos funcionários. Os valores reconhecidos no resultado do exercício compreendem o custo do serviço corrente, juros, custo do serviço passado e o efeito de quaisquer acordos e liquidações. As obrigações do plano reconhecidas no balanço patrimonial são mensuradas com base no valor presente dos desembolsos futuros utilizando uma taxa de desconto equivalente às taxas de títulos do governo com vencimento semelhante ao da obrigação, menos o valor justo dos ativos do plano.

Custos de serviço passado resultam da introdução de um novo plano ou mudança de um plano existente. Eles são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício, na data do que ocorrer primeiro: (i) acordos / liquidações, ou (ii) quando a empresa reconhece custos relacionados a reestruturação ou terminação, a menos que as mudanças estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Ganhos e perdas atuariais compreendem os efeitos das diferenças entre premissas atuariais prévias e o que de fato ocorreu, e os efeitos das mudanças nas premissas atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado abrangente.

Remensurações, compostas de ganhos e perdas atuariais, do efeito do limite de ativos (*assets ceiling*) e o retorno sobre os ativos do plano, ambos excluindo juros líquidos, são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, em sua totalidade, no período em que ocorrem. Remensurações não são reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes.

Quando o montante calculado de um plano de benefício definido é negativo (um ativo), a Companhia reconhece tais ativos (despesas antecipadas) na extensão do valor do benefício econômico disponível para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

Outras obrigações pós-emprego

A Companhia e suas subsidiárias patrocinam benefícios de assistência médica, reembolso de gastos com medicamentos e outros benefícios, por intermédio da Fundação Zerrener, para alguns aposentados do passado, não sendo concedidos tais benefícios para novas aposentadorias. Os custos esperados desses benefícios são reconhecidos durante o período de emprego utilizando-se uma metodologia similar à do plano de benefício definido, inclusive os ganhos e perdas atuariais.

Benefícios de rescisão

Benefícios de rescisão são reconhecidos como despesa na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia está comprometida com um plano formal detalhado de terminar o vínculo empregatício antes da data normal de aposentadoria, sem possibilidade real de retirá-lo; e (ii) quando a Companhia reconhecer custos de reestruturação.

Bônus

Bônus concedidos a funcionários e administradores são baseados no atingimento de metas individuais e coletivas, pré-definidas. O valor estimado do bônus é reconhecido como despesa no período de sua competência. O bônus pago em ações é tratado como pagamento baseado em ações.

(t) Pagamento baseado em ações

Diferentes programas de remuneração com base em ações e opções permitem que membros da Administração e outros executivos indicados pelo Conselho de Administração adquiram ações da Companhia. O valor justo das opções de ações é mensurado na data da outorga usando o modelo de precificação de opção mais apropriado. Baseado no número esperado de opções que serão exercidas, o valor justo das opções outorgadas é reconhecido como despesa durante o período de carência da opção com contrapartida no patrimônio líquido. Quando as opções são exercidas, o patrimônio líquido aumenta pelo montante dos proventos recebidos.

(u) Empréstimo subsidiado

A Companhia possui incentivos fiscais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial estadual na forma de financiamento ou diferimento do pagamento de impostos, com reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover no longo prazo o incremento da geração de emprego, a descentralização industrial, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos estados.

Nesses estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal e, quando existentes, as condições referem-se a fatos sob controle da Companhia. O benefício relativo à redução no pagamento desses impostos é registrado no resultado do exercício, com base no regime de competência.

Como as taxas de juros destes empréstimos são vantajosas em relação a taxa de mercado, tais financiamentos de ICMS são registrados a valor presente uma vez que estes são considerados empréstimos subsidiados. A Companhia determinou seu custo médio de captação de recursos no mercado de dívidas, como a taxa de desconto adequada para o cálculo de ajuste a valor presente neste tipo de operação. No momento da captação o ajuste referente a contraprestação é calculado e registrado em outras receitas operacionais, seguindo o tratamento dispensado aos subsídios. A Companhia tem como procedimento revisar a taxa de desconto utilizada anualmente, em havendo novos

empréstimos subsidiados, considerando aplicação prospectiva das taxas médias ponderadas vigentes naquele momento.

Mensalmente, considerando-se o valor da contraprestação, o período até o vencimento, a taxa do contrato de financiamento, a taxa de desconto acima mencionada, a redução no valor do ajuste a valor presente é alocada no resultado financeiro, de tal forma que na data prevista de liquidação de cada contraprestação tal ajuste monte a zero.

(v) Patrimônio líquido

Capital social

O capital da Companhia é composto apenas por ações ordinárias.

Recompra de ações

Quando a Companhia compra de volta suas próprias ações, o montante da consideração paga, incluindo os custos diretamente atribuíveis, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido, na rubrica de ações em tesouraria.

Custos com emissão de ações

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Dividendos e juros sobre o capital próprio são registrados no passivo após aprovação em Reunião do Conselho de Administração (“RCA”) e quando creditados individualmente aos acionistas da Companhia, com exceção à parcela referente ao dividendo mínimo obrigatório previsto por estatuto, a qual é contabilizada como passivo, quando aplicável, ao final de cada exercício.

A despesa relacionada aos juros sobre o capital próprio é registrada no resultado do exercício para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social, e posteriormente reclassificada para o patrimônio líquido para fins de apresentação nessas demonstrações contábeis.

(w) Redução ao valor de recuperação (*impairment*) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros como imobilizado, ágio e ativo intangível são revisados a cada fechamento para avaliar se existem indicativos de redução ao valor de recuperação. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado.

O ágio, os intangíveis ainda não disponíveis para o uso e os intangíveis de vida útil indefinida são testados para fins de redução ao valor de recuperação no mínimo

anualmente no nível da unidade de negócios (que é um nível abaixo do segmento reportado), ou sempre que tiverem indicativos de redução do valor recuperável.

Uma perda de redução ao valor de recuperação é reconhecida sempre que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação. Perdas de redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

O valor de recuperação de intangíveis com vida útil indefinida baseia-se primeiramente em um critério de valor justo, pelo qual se aplicam múltiplos que refletem transações de mercado atuais a indicadores que determinam a rentabilidade do ativo ou ao fluxo de *royalties* que poderia ser obtido com o licenciamento do ativo intangível a terceiros, em condições normais de mercado.

O valor de recuperação dos demais ativos é apurado como sendo o maior entre o seu valor justo menos os custos de venda, e o seu valor em uso. No caso de ativos que não geram fluxos de caixa individuais significativos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. O valor recuperável das unidades geradoras de caixa às quais o ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida pertencem é baseado nos fluxos de caixa futuros descontados utilizando uma taxa de desconto que reflete as avaliações correntes de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotados para subsidiárias de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis.

Ao mensurar seu valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, são revisados para possível reversão do *impairment* na data de apresentação. A perda por redução ao valor de recuperação é revertida somente até a extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor de recuperação tivesse sido reconhecida.

(x) Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo no Consolidado.

Venda de produtos

Com relação à venda de produtos, reconhece-se a receita quando os riscos e os benefícios inerentes ao bem forem transferidos ao comprador, não restando incerteza razoável acerca do recebimento do valor devido, dos custos associados ou da possível devolução dos produtos, e quando não houver mais nenhum envolvimento da Administração da Companhia com os produtos. A receita com a venda de produtos é mensurada pelo valor justo da contraprestação (preço) recebida ou a receber, líquida de devoluções, deduções e descontos comerciais.

Como parte de sua política comercial, a Companhia pratica desconto comercial com seus clientes, os quais são contabilizados como deduções de vendas.

Receitas financeiras

Receitas financeiras compreendem juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, dividendos recebidos, ganhos com variação cambial, ganhos de moeda líquidos de perdas com instrumentos de *hedge* de moeda, ganhos com instrumentos de *hedge* que não são parte de uma relação de contabilidade de *hedge*, ganhos com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, assim como qualquer ganho com inefetividade de *hedge*.

Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso.

(y) Despesas

Despesa de *royalties*

Royalties pagos são registrados como custo dos produtos vendidos.

Despesas financeiras

Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, perdas com variação cambial, perdas de moeda líquidas de ganhos com instrumentos de *hedge* de moeda, resultado com instrumentos de *hedge* de juros, perdas com instrumentos de *hedge* que não são parte de uma contabilização de *hedge*, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda, assim como qualquer perda com inefetividade de *hedge*.

Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira são reconhecidos, conforme incorridos, como despesas financeiras, exceto quando capitalizados. Qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento de empréstimos com juros e financiamentos, tais como custos de transação e ajustes de valor justo, são reconhecidos no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa de juros efetiva. Os juros relacionados a

arrendamento financeiro são reconhecidos no resultado do exercício utilizando a taxa de juros efetiva.

(z) Itens não recorrentes

Itens não recorrentes são aqueles que, no julgamento da Administração precisam ser divulgados separadamente por força da sua dimensão ou incidência. Para determinar se um acontecimento ou transação é não recorrente, a Administração considera fatores quantitativos e qualitativos, tais como a frequência ou a previsibilidade da ocorrência e do potencial de impacto sobre a variação dos lucros ou prejuízos. Esses itens são divulgados na demonstração dos resultados ou separadamente nas notas explicativas das demonstrações contábeis. Operações que podem dar origem a itens não recorrentes são principalmente as atividades de reestruturação, aquisição de subsidiárias, de perda no valor de recuperação, e os ganhos ou perdas na alienação de bens e investimentos.

(aa) Informações por segmento

As informações por segmentos são geradas com base em relatórios internos revisados, regularmente, pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia, para fins de avaliação do desempenho de cada segmento e alocando recursos para esses segmentos. Desta forma, as informações por segmento são apresentadas em zonas geográficas, uma vez que os riscos e taxas de retorno são afetados predominantemente pelo fato da Companhia operar em diferentes regiões. A estrutura gerencial da Companhia e as informações reportadas para o principal tomador de decisão estão estruturadas da mesma maneira.

A informação de desempenho por unidades de negócios (Cervejas e RefrigereNanc), embora não se qualifique como segmento reportável, também é utilizada pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia e está apresentada como informação adicional. Internamente, a Administração da Companhia utiliza indicadores de desempenho, como lucro ajustado das operações antes do resultado financeiro e dos impostos sobre a renda (EBIT ajustado) e lucro ajustado das operações antes do resultado financeiro, impostos sobre a renda e despesas com depreciação e amortização (EBITDA ajustado) como medidores de performance de segmento para tomar decisões sobre alocação de recursos e análise de desempenho. Estes indicadores são reconciliados com o lucro do segmento nos quadros apresentados na Nota 19 – *Informações por segmento*.

A Companhia opera seus negócios através de três zonas identificadas como segmentos reportáveis:

- América Latina - Norte, que inclui nossas operações (a) no Brasil, onde operamos duas subunidades de negócios: (i) cerveja e (ii) refrigerantes e (b) na América Latina Hispânica de Operações, excluindo a América Latina - Sul (“HILA-ex”), que inclui as nossas operações na República Dominicana (que também serve as ilhas do Caribe: Saint Vincent, Dominica e Antígua), Guatemala (que também serve El Salvador e Nicarágua) e Cuba;

- América Latina - Sul, que inclui as nossas operações na Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Chile, Equador e Peru.
- Canadá, representada pelas operações Labatt.

(bb) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente

A alteração das normas existentes a seguir foi publicada e são obrigatórias para períodos contábeis anuais futuros. Não houve adoção antecipada das normas e alterações de normas por parte da Companhia:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros:

O IFRS 9, que visa substituir o IAS 39, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. Neste novo pronunciamento, a base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Adicionalmente, introduz um novo modelo de *hedge accounting* e teste de *impairment* de instrumentos financeiros. O IASB emitiu o IFRS 9 com vigência a partir dos períodos anuais iniciados em /ou a partir de 1º de Janeiro de 2018, com possibilidade de adoção antecipada.

IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes:

O IFRS 15 requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O IASB emitiu o IFRS 15, com vigência a partir dos períodos anuais iniciados em/ou a partir de 1º de Janeiro de 2017.

Outras normas, interpretações e alterações às normas

As demais alterações mandatórias para demonstrações contábeis com início em 1º de janeiro de 2015 não foram listadas acima devido à sua não-aplicabilidade ou à sua imaterialidade para a Companhia.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com os CPCs e IFRS requer que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e tome decisões que afetam a aplicação das políticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos relacionados baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Mudanças em estimativas contábeis podem afetar apenas o período no qual a revisão foi feita, ou períodos futuros.

Apesar de cada política contábil significativa refletir julgamentos, avaliações ou estimativas, a Companhia acredita que as seguintes políticas contábeis refletem os julgamentos, estimativas e premissas mais críticos que são importantes para seus negócios e entendimento de seus resultados:

- (i) prática contábil do custo precedente (Nota 3 (c));
- (ii) combinações de negócios (Nota 3 (d) e (l));
- (iii) *impairment* (Nota 3 (g.iii) e (w));
- (iv) provisões (Nota 3 (q));
- (v) pagamento baseado em ações (Nota 3 (t));
- (vi) benefícios a funcionários (Nota 3 (s));
- (vii) imposto corrente e diferido (Nota 3 (r)); e
- (viii) negócios em conjunto (Nota 3 (d)).

O valor justo dos ativos intangíveis adquiridos é avaliado pelos fluxos de caixa futuros. A análise de *impairment* do *goodwill* e ativos intangíveis de vida útil indefinida são revistos anualmente e sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado.

A Companhia aplica julgamento para selecionar alguns de métodos, incluindo o método de fluxo de caixa descontado e faz suposições sobre o valor justo de instrumentos financeiros que se baseiam principalmente em condições de mercado existentes na data de cada balanço.

As premissas atuariais são estabelecidas para antecipar eventos futuros e são utilizados no cálculo das pensões e outras despesas com benefícios a empregados de longo prazo. Esses fatores incluem premissas com relação às taxas de juros, custo com plano de saúde, taxa de desconto, aumentos de salários e pensão futuros além de expectativa de vida.

A empresa está sujeita ao imposto de renda em várias jurisdições e é necessário julgamento para determinar o valor a ser considerado no exercício. Algumas subsidiárias do grupo estão envolvidas em auditorias fiscais e investigações locais, geralmente em relação aos anos anteriores. Essas auditorias e negociações com as autoridades fiscais locais estão em curso em diversas jurisdições na data do balanço e, pela sua natureza, estes podem tomar um tempo considerável para concluir. Ao avaliar o montante das provisões de imposto de renda a ser reconhecido nas demonstrações financeiras, é realizada uma estimativa do resultado esperado destes assuntos. As estimativas de juros e multas sobre obrigações tributárias também são registradas. As diferenças entre os montantes inicialmente registrados e os valores reais são registradas no exercício corrente.

Julgamentos feitos pela Administração na aplicação dos CPCs e IFRS que tenham um efeito significativo nas demonstrações contábeis e estimativas com risco significativo de ajuste material no próximo exercício são discutidos nas notas relevantes a seguir.

							Controladora
Contas a receber de clientes	Valor contábil líquido em 31 de dezembro	A vencer	Vencidos entre 30 e 60 dias	Vencidos entre 60 e 90 dias	Vencidos entre 90 e 180 dias	Vencidos entre 180 e 360 dias	Vencidos a mais de 360 dias
2014	862.768	843.277	10.722	8.120	300	54	295
Consolidado							
Contas a receber de clientes	Valor contábil líquido em 31 de dezembro	A vencer	Vencidos entre 30 e 60 dias	Vencidos entre 60 e 90 dias	Vencidos entre 90 e 180 dias	Vencidos entre 180 e 360 dias	Vencidos a mais de 360 dias
2014	3.028.854	2.960.427	37.641	28.506	1.054	189	1.037
2013	2.972.758	2.904.372	29.036	9.949	8.151	21.250	

A provisão para créditos de liquidação duvidosa reconhecida no resultado no grupo de despesas comerciais em 2014 foi de R\$13.750 na Controladora e R\$54.365 no Consolidado (R\$38.691 em 2013 no Consolidado).

A exposição a risco de crédito, de moeda e taxa de juros está divulgada na Nota 28 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Produtos acabados	433.024	-	1.109.555	878.980
Produtos em elaboração	104.991	-	243.320	248.083
Matérias-primas	1.131.106	-	1.578.458	1.310.664
Materiais de produção	710	-	45.177	36.979
Almoxarifado e outros	160.609	-	356.821	286.625
Adiantamentos	81.749	-	147.277	122.153
Provisão para perdas	(20.992)	-	(69.324)	(47.841)
	1.891.197	-	3.411.284	2.835.643

O valor das perdas em estoques reconhecidas no resultado na Controladora foi de R\$10.648 e no Consolidado foi de R\$44.824 (R\$78.455 em 2013 no Consolidado).

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos no Brasil, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Para as demais regiões, com atividade operacional, as alíquotas estão demonstradas abaixo:

HILA-ex	de 23% a 31%
América Latina Sul	de 14% a 35%
Canadá	26%

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O valor de imposto de renda e contribuição social diferidos por tipo de diferença temporária está detalhado a seguir:

Controladora						
	2014			2013		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Aplicações financeiras	8.206	-	8.206	-	-	-
Contas a receber	242.489	-	242.489	-	-	-
Derivativos	51.357	-	51.357	-	-	-
Estoques	7.137	-	7.137	-	-	-
Prejuízos fiscais a utilizar	384.913	-	384.913	11.000	-	11.000
Benefícios a empregados	82.590	-	82.590	-	-	-
Imobilizado	-	(509.693)	(509.693)	-	-	-
Provisões	194.705	-	194.705	1.610	-	1.610
Juros sobre o capital próprio	506.191	-	506.191	824.501	-	824.501
Contas a Pagar	-	(303.821)	(303.821)	-	-	-
Outros itens	-	(106.123)	(106.123)	-	-	-
Ativo / (passivo) tributário diferido bruto	1.477.588	(919.637)	557.951	837.111	-	837.111
Compensação	(919.637)	919.637	-	-	-	-
Ativo / (passivo) tributário diferido líquido	557.951	-	557.951	837.111	-	837.111

Consolidado						
	2014			2013		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Aplicações financeiras	8.852	-	8.852	-	-	-
Contas a receber	259.879	-	259.879	47.944	-	47.944
Derivativos	48.165	(13.905)	34.260	50.801	(20.938)	29.863
Estoques	223.048	(4.974)	218.074	138.820	(1.654)	137.166
Prejuízos fiscais a utilizar	522.385	-	522.385	293.330	-	293.330
Benefícios a empregados	494.662	-	494.662	477.182	-	477.182
Imobilizado	-	(674.874)	(674.874)	26.559	(667.386)	(640.827)
Ativo intangível	5.111	(625.219)	(620.108)	5.741	(605.011)	(599.270)
Contas a pagar	-	(303.585)	(303.585)	-	(239.324)	(239.324)
Empréstimos e financiamentos	-	(499)	(499)	7.520	-	7.520
Provisões	238.937	(31.032)	207.905	235.103	(21.503)	213.600
Juros sobre capital o próprio	506.191	-	506.191	824.501	-	824.501
Lucros auferidos em regime específico de subsidiária no exterior	-	(198.183)	(198.183)	-	(247.750)	(247.750)
Imposto sobre operações no exterior	-	(680.307)	(680.307)	-	(655.011)	(655.011)
Outros itens	-	(119.783)	(119.783)	-	(96.845)	(96.845)
Ativo / (passivo) tributário diferido bruto	2.307.230	(2.652.361)	(345.133)	2.107.501	(2.555.422)	(447.921)
Compensação	(914.730)	914.730	-	(459.736)	459.736	-
Ativo / (passivo) tributário diferido líquido	1.392.500	(1.737.631)	(345.131)	1.647.765	(2.095.686)	(447.921)

A Companhia realiza a compensação entre saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos somente quando estão na mesma entidade e espera-se que sejam realizados no mesmo período.

Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no Brasil sobre os quais o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados, não possuem prazo de prescrição.

Em 31 de dezembro de 2014, os impostos diferidos ativos e passivos líquidos têm a seguinte expectativa de realização/liquidação:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Imposto diferido não relacionado com prejuízos fiscais				
a ser realizado em até 12 meses	3.888.216	826.111	3.897.370	1.336.041
a ser realizado depois de 12 meses	(3.715.178)	-	(4.764.886)	(2.077.292)
	173.038	826.111	(867.516)	(741.251)
	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Imposto diferido relacionado com prejuízos fiscais				
2014	-	-	-	93.659
2015	-	-	32.086	67.991
2016	-	-	24.899	107.226
2017	-	-	8.713	-
A partir de 2018 ⁽ⁱ⁾	384.913	11.000	456.687	24.454
	384.913	11.000	522.385	293.330
Total	557.951	837.111	(345.131)	(447.921)

(i) Não existe expectativa de realização que ultrapasse o prazo de 10 anos.

A movimentação líquida do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado
	Valores reconhecidos diretamente na controladora	Efeito de equivalência patrimonial	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2013	837.111	-	(447.923)
Reconhecido no resultado abrangente	228.508	20.950	249.458
Reconhecimento integral de ganhos / (perdas) atuariais	5.080	53.691	58.771
Hedge de investimento caixa no exterior	133.174	(16.188)	116.986
Hedge de investimento República Dominicana	90.254	-	90.254
Ganhos/(perdas) na conversão de saldos no exterior	-	(16.553)	(16.553)
Reconhecido no resultado	(4.276)	-	50.626
Movimentações efetuadas diretamente no balanço patrimonial	(503.392)	(20.950)	(197.292)
Reconhecidas no grupo de imposto diferido			
Incorporação (Nota 1 (b))	(200.306)	-	-
Efeito reflexo pela adoção do custo precedente (Nota 1 (c))	(292.086)	-	-
Ajuste de exercícios anteriores (i)	-	-	(78.793)
Antecipação anistia federal	(11.000)	-	(118.499)
Reconhecidas no grupo de investimento			
Equivalência patrimonial	-	(20.950)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	557.951	-	(345.131)

(i) A Companhia adotava, para consolidação de suas distribuidoras, controladas em conjunto, no Canadá, o método proporcional de consolidação. Em linha com o IFRS 11(R), a Companhia adotou o método de equivalência patrimonial, a partir de 1º de janeiro de 2014, prospectivamente. Períodos anteriores não foram revisados visto que os valores foram considerados irrelevantes.

Em 31 de dezembro de 2014, ativos fiscais diferidos no montante de R\$425.680 (R\$253.850 em 31 de dezembro 2013) relacionados a prejuízos fiscais a compensar e diferenças temporárias em subsidiárias no exterior não foram registrados, já que sua realização não é provável.

O prazo de prescrição desses ativos é, em média, de cinco anos, e o prejuízo fiscal a compensar relacionado a eles equivale a R\$2.119.277 em 31 de dezembro de 2014 (R\$1.014.369 em 31 de dezembro de 2013).

10. INVESTIMENTOS

- a) Movimentação dos investimentos mantidos pela controladora em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), diretos e indiretos:

	Controladora	
	2014	2013
Saldo no início do exercício	43.049.892	25.346.813
Participação nos resultados de controladas e coligadas	6.730.188	8.699.924
Dividendos recebidos e a receber	(2.773.525)	(2.046.603)
Efeito de conversão de investimentos em controladas	1.302.830	165.591
Ganhos / (perdas) atuariais em controladas	(93.831)	202.050
Pagamento baseado em ações em controladas	39.040	115.745
Ganhos / (perdas) de participação	(4.233)	(28.242)
Aporte de capital em controladas	365.720	-
Efeito de reestruturação, incorporação controladas (Nota 1(b))	3.650.398	-
Incorporação de ações	-	97.054.802
Ajuste de transações entre sócios ⁽ⁱ⁾	-	(85.242.633)
Efeito reflexo pela adoção do custo precedente ⁽ⁱⁱ⁾	(505.332)	(1.241.592)
Outros	19.786	24.037
Saldo no final do exercício	51.780.933	43.049.892

(i) Conforme explicado na Nota 18 (d.5), no âmbito do ICPC 09 - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial*, faz-se necessário um ajuste contábil nas demonstrações contábeis individuais equivalente à provisão do montante do ágio pago em contrapartida ao patrimônio da entidade na operação de troca de ações, para harmonizá-la às demonstrações contábeis consolidadas.

(ii) Corresponde ao efeito reflexo de movimentações de capital de controladas, o qual foi registrado em ajustes de avaliação patrimonial na Companhia devido à prática contábil adotada na reestruturação societária da Ambev em 2014 e 2013.

- b) Informações sobre controladas diretas e controlada em conjunto:

	2014				2013 ⁽ⁱ⁾			
	Participação %	Patrimônio Líquido	Ágio ^(vii)	Total Investimento	Participação %	Patrimônio Líquido	Total Investimento	
Companhia de Bebidas	-	-	-	-	100,00%	(243.937)	(243.937)	
Agrega	50,00%	16.811	-	8.405	50,00%	21.002	10.501	
Ambev Bebidas ^{(ii) (viii)}	-	-	-	-	99,99%	2.067.806	2.024.207	
Imperial ^(v)	100,00%	73.704	-	73.704	100,00%	59.372	59.372	
Arosuco ^(viii)	99,70%	3.473.284	-	3.213.955	99,70%	2.742.754	2.541.612	
BSA Bebidas Ltda. ⁽ⁱ⁾	-	-	-	-	100,00%	33.532	30.425	
CRBS S.A. ^(viii)	69,84%	1.380.334	-	866.457	69,84%	1.751.505	1.206.436	
Dahlen S.A.	100,00%	223.660	-	223.660	100,00%	198.033	198.033	
Eagle ^{(iii) (viii)}	95,47%	4.445.050	-	4.244.005	95,46%	3.775.629	3.604.684	
Hohneck S.A.	50,69%	1.388.743	-	703.979	50,69%	1.195.553	606.048	
Ambev Luxemburgo	89,83%	27.552.340	2.746.989	27.496.350	89,83%	24.654.981	22.162.438	
Lambic Holding S.A.	87,10%	669.980	-	583.546	87,10%	575.959	501.654	
Lizar	100,00%	22.565	-	22.565	64,55%	34.749	22.430	
Londrina Bebidas Ltda. ^(viii)	-	-	-	-	95,89%	360.670	335.142	
Maltería Pampa S.A. ^(viii)	60,00%	1.840.823	76.803	1.124.810	60,00%	1.483.125	855.502	
Skol ⁽ⁱⁱⁱ⁾	57,09%	3.753.792	-	2.143.188	54,79%	2.919.646	1.599.766	
Tenedora CND ^(vi)	55,00%	1.678.279	3.032.308	3.955.573	-	-	-	
Fratelli Vita Ltd ^(vi)	100,00%	157.870	-	157.870	-	-	-	
VPC Fundo de Investimento Imobiliário	100,00%	170	-	170	-	-	-	
Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente ^(iv)				6.962.696			7.535.579	
				51.780.933			43.049.892	

	2014			2013 ⁽ⁱ⁾		
	Participação %	Resultado do exercício ajustado	Resultado da equivalência patrimonial	Participação %	Resultado do exercício ajustado	Resultado da equivalência patrimonial
Companhia de Bebidas	-	-	-	100,00%	492.964	173.944
Agrega	50,00%	22.609	11.304	50,00%	20.055	10.027
AmBev Bebidas ^{(ii) (viii)}	-	-	-	99,99%	965.674	1.076.429
Imperial ^(v)	100,00%	39.280	39.280	100,00%	61.757	61.757
Arosuco ^(viii)	99,70%	1.903.834	1.842.155	99,70%	2.197.047	2.145.335
BSA Bebidas Ltda. ^(viii)	-	-	-	100,00%	8.000	6.647
CRBS S.A. ^(viii)	69,84%	1.191.976	751.787	69,84%	2.798.995	1.962.131
Dahlen S.A.	100,00%	(781)	(781)	100,00%	(29)	(29)
Eagle ^{(iii) (viii)}	95,47%	667.898	637.642	95,46%	402.855	385.995
Hohneck S.A.	50,69%	193.190	97.931	50,69%	122.472	62.083
Ambev Luxemburgo	89,83%	2.602.912	2.337.750	89,83%	2.315.204	2.154.237
Lambic Holding S.A.	87,10%	94.021	81.892	87,10%	81.216	70.738
Lizar	100,00%	19.816	19.816	64,55%	9.854	6.361
Londrina Bebidas Ltda. ^(viii)	-	333.914	324.558	95,89%	354.300	339.725
Maltería Pampa ^(viii)	60,00%	357.214	192.504	60,00%	211.970	128.301
Skol ⁽ⁱⁱⁱ⁾	57,09%	280.144	159.433	54,79%	318.021	161.429
Tenedora CND ^(vi)	55,00%	391.778	216.106	-	-	-
Fratelli Vita Ltd ^(vi)	100,00%	20.249	20.249	-	-	-
Ice Tea do Brasil Ltda. ^(vi)	50,00%	(2.828)	(1.414)	-	-	-
VPC Fundo de Investimento Imobiliário	100,00%	(24)	(24)	-	-	-
Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente ^(iv)			-			(45.186)
		6.730.188				8.699.924

(i) Estão apresentados os saldos da Companhia de Bebidas e suas controladas diretas para melhor comparabilidade, visto que foi incorporada pela Ambev S.A. conforme nota 1 (b).

(ii) Alteração de participação referente à reestruturação societária de controladas.

(iii) Alteração de participação referente a aumento de capital por parte da Ambev, com renúncia da acionista não-subscritora.

(iv) Ajuste decorrente de mudança da adoção da prática contábil do custo precedente (Nota 3 (c)).

(v) Em 1º de dezembro de 2014 houve alteração da denominação social da Anep – Antártica Empreendimentos e Participações Ltda. para Imperial Fábrica de Cerveja Nacional Ltda. (“Imperial”)

(vi) Inclusão das controladas mediante reestruturação societária de controladas

(vii) Refere-se à realocação de ágios e marcas para o investimento.

(viii) Alguns valores podem não corresponder diretamente aos percentuais de participação devido aos lucros não realizados entre empresas do grupo.

Os valores de investimento e resultado de equivalência podem não corresponder diretamente aos percentuais de participação em decorrência do arredondamento dos percentuais.

c) Principais participações indiretas relevantes em controladas:

Denominação	Tabela de outras participações indiretas - %	
	2014	2013
Linthal S.A.	100,00%	100,00%
Labatt Brewing	100,00%	100,00%
Jalua Spain S.L.	100,00%	100,00%
Monthiers	100,00%	100,00%
Aspen	100,00%	100,00%

d) Principais controladas com participação de não controladores:

As controladas indiretas Cervecería Nacional Dominicana S.A. (“CND”), Cervecería Boliviana Nacional S.A. e Cervecería Paraguay S.A. são as que possuem maior

participação de não controladores, sendo responsáveis por praticamente a totalidade dos valores de não controladores.

11. IMOBILIZADO

	Controladora				
	2014				
	Terrenos e edifícios	Instalações e equipamentos	Utensílios e acessórios	Em construção	Total
Custo de aquisição					
Saldo inicial	-	-	-	-	-
Incorporação	3.625.811	11.188.796	1.863.151	914.758	17.592.516
Aquisições	-	389.070	-	1.520.069	1.909.139
Alienações	(33.612)	(567.338)	(143.899)	-	(744.849)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	496.188	930.718	297.506	(1.813.800)	(89.388)
Saldo final	4.088.387	11.941.246	2.016.758	621.027	18.667.418
Depreciação e Impairment					
Saldo inicial	-	-	-	-	-
Incorporação	(1.200.870)	(6.516.979)	(1.266.828)	-	(8.984.677)
Depreciação	(124.314)	(880.698)	(230.315)	-	(1.235.327)
Perda por redução ao valor de recuperação	-	(36.521)	-	-	(36.521)
Alienações	-	503.447	139.438	-	642.885
Transferências (de) para outras categorias de ativos	(28)	(21.876)	46.812	-	24.908
Saldo final	(1.325.212)	(6.952.627)	(1.310.893)	-	(9.588.732)
Valor contábil:					
31 de dezembro de 2014	2.763.175	4.988.619	705.865	621.027	9.078.686

	Consolidado				
	2014				
	Terrenos e edifícios	Instalações e equipamentos	Utensílios e acessórios	Em construção	Total
Custo de aquisição					
Saldo inicial	5.699.253	16.423.499	2.993.907	2.051.043	27.167.702
Efeito de variação cambial	61.260	188.354	37.781	(923)	286.472
Aquisições por meio de combinações de negócios	-	-	-	-	76
Aquisições	2.355	753.322	181.922	3.206.118	3.648.558
Alienações	(35.650)	(666.085)	(218.733)	(31)	(1.863.812)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	919.591	2.100.287	412.067	(3.426.650)	5.295
Outros	(125.870)	(85.516)	(92.919)	(647)	(304.952)
Saldo final	6.520.939	18.713.861	3.314.025	1.828.910	30.377.735
Depreciação e Impairment					
Saldo inicial	(1.749.784)	(9.429.199)	(1.983.158)	-	(13.162.141)
Efeito de variação cambial	(20.180)	(128.551)	(21.834)	-	(170.565)
Depreciação	(186.842)	(1.533.987)	(392.305)	-	(2.113.134)
Perda por redução ao valor de recuperação	(193)	(100.305)	(1.329)	-	(101.833)
Alienações	5.624	583.710	213.662	-	803.002
Transferências (de) para outras categorias de ativos	(945)	(100.750)	40.092	-	(61.603)
Outros	53.933	59.673	54.991	-	168.597
Saldo final	(1.898.387)	(10.649.409)	(2.089.881)	-	(14.637.677)
Valor contábil:					
31 de dezembro de 2013	3.949.469	6.994.300	1.010.749	2.051.043	14.005.561
31 de dezembro de 2014	4.622.552	8.064.452	1.224.144	1.828.910	15.740.058

Arrendamentos, juros capitalizados e imobilizados dados em garantia não são relevantes.

12. ATIVO INTANGÍVEL

						Controladora
						2014
Custo de aquisição	Contratos de					Total
	Marcas	distribuição	Software	Outros		
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-
Incorporação	-	1.513.233	469.500	68.138		2.050.871
Aquisições e despesas	-	263.258	-	-		263.258
Alienação	-	-	(596)	-		(596)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	-	(150)	59.478	-		59.328
Saldo final	-	1.776.341	528.382	68.138		2.372.861
Amortização e perdas de redução ao valor de recuperação ⁽ⁱ⁾						
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-
Incorporação	-	(1.284.058)	(312.294)	-		(1.596.352)
Amortização	-	(101.292)	(46.607)	-		(147.899)
Alienação	-	-	16	-		16
Transferências (de) para outras categorias de ativos	-	466	-	-		466
Saldo final	-	(1.384.884)	(358.885)	-		(1.743.769)
Valor contábil:						
31 de dezembro de 2014	-	391.457	169.497	68.138		629.092

							Consolidado
							2013
Custo de aquisição	Contratos de					Total	Total
	Marcas	distribuição	Software	Outros			
Saldo inicial	2.548.297	1.674.566	586.490	314.195	5.123.548		4.705.801
Efeito de variação cambial	127.710	22.562	(3.363)	(15.403)	131.506		68.502
Aquisições	7.590	497.589	2.287	24.448	531.914		256.778
Alienação	-	-	(3.013)	-	(3.013)		(14.911)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	-	(1.635)	89.838	(33.797)	54.406		107.378
Outros	-	-	-	116	116		
Saldo final	2.683.597	2.193.082	672.239	289.559	5.838.477		5.123.548
Amortização e perdas de redução ao valor de recuperação ⁽ⁱ⁾							-
Saldo inicial	(1.883)	(1.350.957)	(392.363)	(164.351)	(1.909.554)		(1.769.397)
Efeito de variação cambial	-	(669)	2.339	9.900	11.570		3.647
Amortização	-	(120.960)	(59.936)	(8.662)	(189.558)		(155.907)
Alienação	-	-	2.448	-	2.448		10.414
Transferências (de) para outras categorias de ativos	-	466	(837)	1.848	1.477		1.689
Saldo final	(1.883)	(1.472.120)	(448.349)	(161.265)	(2.083.617)		(1.909.554)
Valor contábil:							
31 de Dezembro de 2013	2.546.414	323.609	194.127	149.844	3.213.994		3.213.994
31 de Dezembro de 2014	2.681.714	720.962	223.890	128.294	3.754.860		

(i) O prazo de amortização dos ativos intangíveis de vida útil definida é de cinco anos e a amortização é calculada à taxa anual de 20% e reconhecida ao resultado do exercício pelo método linear.

A Companhia é proprietária de algumas das mais importantes marcas da indústria de cerveja do mundo. Consequentemente espera-se que estas marcas possam gerar fluxos de caixa positivos pelo exercício em que a Companhia mantiver sua propriedade. Nesse contexto, as marcas registradas como parte do valor justo quando da aquisição de subsidiárias são consideradas como de vida útil indefinida. As principais marcas reconhecidas pela Companhia são *Quilmes* na Argentina, *Pilsen* no Paraguai e Bolívia e *Presidente* e *Presidente Light* na República Dominicana.

O valor contábil dos intangíveis com vida útil indefinida classificados como marcas foi alocado para os seguintes países:

	2014	2013
Argentina	507.966	568.229
Bolívia	455.363	401.605
Canadá	92.415	88.744
Chile	56.543	56.456
Paraguai	435.007	386.626
República Dominicana	1.025.169	935.154
Uruguai	109.251	109.600
	2.681.714	2.546.414

Intangíveis com vida útil indefinida foram testados para fins de redução ao valor de recuperação no nível da unidade geradora de caixa com base na mesma abordagem descrita na Nota 13 - *Ágio*.

Os recursos provenientes de *royalties* que poderiam ser obtidos com licenciamento do intangível para um terceiro em uma transação em condições normais de mercado também são usados como indicadores de valor justo.

13. ÁGIO

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Saldo inicial	-	-	27.023.743	26.647.524
Efeito da variação cambial	-	-	486.373	502.241
Aquisição de subsidiárias	-	-	-	132.685
Efeito de reestruturação, incorporação controladas ⁽ⁱ⁾	281.858	-	-	-
Outros	-	-	(7.172)	(258.707)
Saldo final	281.858	-	27.502.944	27.023.743

(i) Este saldo refere-se a ágios incorporados de controladas conforme Nota 1(b). Estes ágios são oriundos de transações anteriores à aplicação do IFRS na Companhia.

O valor do ágio foi alocado às seguintes unidades geradoras de caixa (“UGCs”):

		Controladora		Consolidado	
	Moeda funcional	2014	2013	2014	2013
LAN:					
Brasil	BRL	281.858	-	17.364.875	17.364.875
Ágio	BRL	-	-	102.607.508	102.607.508
Transação com não controladores	BRL	-	-	(85.242.633)	(85.242.633)
República Dominicana	DOP	-	-	2.650.548	2.435.529
Cuba ⁽ⁱ⁾	USD	-	-	2.962	2.612
LAS:					
Argentina	ARS	-	-	782.347	905.299
Bolívia	BOB	-	-	940.684	828.631
Equador	USD	-	-	4.340	3.918
Chile	CLP	-	-	38.236	39.103
Paraguai	PYG	-	-	763.096	679.044
Peru	PEN	-	-	49.625	46.437
Uruguai	UYU	-	-	161.651	162.166
NA:					
Canadá	CAD	-	-	4.744.580	4.556.128
		281.858	-	27.502.944	27.023.743

(i) A moeda funcional de Cuba, o peso cubano conversível (CUC), tem paridade com o dólar (USD) na data da demonstração financeira.

Testes do ágio para verificação de *impairment*

A UGC à qual o ágio por expectativa de rentabilidade futura (“*goodwill*”) tiver sido alocado deve ser testada para verificar a necessidade de redução ao valor recuperável (“*impairment*”). O teste é feito comparando o valor contábil da UGC (incluindo o *goodwill*), com o seu valor recuperável, e deve ser realizado no mínimo anualmente, ou sempre que houver indicação de que a UGC possa estar desvalorizada.

Ao final de 2014, a Ambev S.A. efetuou sua verificação anual de redução ao valor recuperável de ativos e, com base nas premissas abaixo descritas, não apurou uma provisão relevante por redução ao valor recuperável de ativos.

A Companhia não pode prever se ocorrerá um evento que ocasione uma desvalorização dos ativos, quando ele irá ocorrer ou como ele afetará o valor informado dos ativos. A Ambev S.A. acredita que todas as suas estimativas são razoáveis: elas são consistentes com os relatórios internos e refletem as melhores estimativas da Administração. Entretanto, existem incertezas inerentes que a Administração pode não ser capaz de controlar.

O teste de *impairment* baseia-se em uma série de julgamentos críticos, estimativas e premissas. O ágio, que corresponde a aproximadamente 38% do total de ativos consolidados da Ambev S.A. em 31 de dezembro de 2014 (39% em 31 de dezembro de 2013), é testado para fins de redução ao valor recuperável, por UGC (um nível abaixo do segmento). Uma UGC é o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins gerenciais da Companhia. Sempre que ocorre uma combinação de negócios, o ágio é alocado a

partir da data de aquisição, em cada UGC que se espera ser beneficiada pelas sinergias da combinação de negócios.

A metodologia utilizada pela Companhia está de acordo com o IAS 36 / CPC 01 - *Redução ao Valor Recuperável de Ativos*, no qual as abordagens de valor justo líquido de despesas de venda e valor em uso são levados em consideração. Isso consiste na aplicação de um fluxo de caixa descontado baseado em modelos de avaliação de aquisição para as principais unidades de negócio e para as unidades de negócio que apresentam elevado capital investido nos múltiplos do lucro antes do resultado financeiro, imposto sobre a renda e despesas com depreciação e amortização (“EBITDA”) e múltiplos de avaliação para as outras unidades de negócio.

Adicionalmente, considerando uma queda de 10% no volume, o valor recuperável da UGC ainda se mantém superior ao seu valor em uso para as unidades testadas, não sendo necessário o reconhecimento de provisão para *impairment*.

Os julgamentos, estimativas e premissas utilizadas nos cálculos de fluxo de caixa descontado são calculados da seguinte forma:

- O primeiro ano do modelo é baseado na melhor estimativa do fluxo de caixa para o ano em curso;
- Do segundo ao quarto ano do modelo, os fluxos de caixa são baseadas no plano estratégico aprovado pela Administração. O plano estratégico é preparado por país e é baseado em fontes externas em relação aos pressupostos macro-econômicos, evolução da indústria, inflação e taxas de câmbio, experiência passada e iniciativas em termos de *market share*, receita, custos e capital de giro;
- Para os seis anos seguintes do modelo, os dados do plano estratégico são extrapolados utilizando hipóteses, como volumes constantes e custo variável por hectolitro e custo fixo indexados à inflação, obtidos de fontes externas;
- Os fluxos de caixa após o primeiro período de dez anos são extrapolados utilizando geralmente índices de preços ao consumidor a longo prazo anuais esperadas, com base em fontes externas, a fim de calcular o valor da perpetuidade;
- As projeções são feitas na moeda funcional da unidade de negócios e descontados pelo custo médio ponderado da unidade de capital (“WACC”), considerando-se as sensibilidades nesta métrica. O WACC variou principalmente entre 6,30% e 16,87 em dólares;
- Custo de venda assumido é 1,5% do valor da entidade, com base em históricos precedentes

As projeções são preparadas na moeda funcional de cada unidade de negócio e descontadas pelo custo médio ponderado de capital, considerando as sensibilidades sobre essa métrica. O custo médio ponderado de capital, em dólares nominais, para o teste de *impairment* do ágio realizado variou conforme a seguir:

	2014	2013
América Latina Norte	de 8,04% a 11,00%	de 7,77% a 9,84%
América Latina Sul	16,87%	21,25%
Canadá	6,25%	5,86%

Apesar de a Ambev S.A. acreditar que seus julgamentos, premissas e estimativas são apropriados, os resultados efetivos podem diferir de tais julgamentos.

14. CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Fornecedores e despesas provisionadas	4.330.290	12.395	8.708.739	8.007.700
Partes relacionadas	2.814.033	28.697	-	-
Passivo circulante	7.144.323	41.092	8.708.739	8.007.700
Fornecedores	69.914	-	73.927	69.423
Partes relacionadas	14.802.612	-	-	-
Passivo não circulante	14.872.526	-	73.927	69.423
Total	22.016.849	41.092	8.782.666	8.077.123

Os valores que a Controladora tem a pagar para partes relacionadas correspondem, principalmente, a contratos de mútuo celebrados com controladas integrais da Companhia - veja detalhes adicionais na Nota 32 - *Partes relacionadas*.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Empréstimos bancários com garantia	143.179	-	261.628	203.019
Empréstimos bancários sem garantia	514.623	-	670.942	808.962
Outros empréstimos sem garantia	53.432	-	53.432	26.854
Arrendamentos financeiros	-	-	2.054	1.768
Passivo circulante	711.234	-	988.056	1.040.603
Empréstimos bancários com garantia	372.870	86.415	456.109	449.915
Empréstimos bancários sem garantia	716.123	-	731.147	884.119
Bonds emitidos	281.572	-	281.572	336.641
Outros empréstimos sem garantia	128.466	-	145.755	175.171
Arrendamentos financeiros	-	-	19.984	19.396
Passivo não circulante	1.499.031	86.415	1.634.567	1.865.242

Informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e moeda estão divulgadas na Nota 28 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

A dívida da Companhia foi estruturada de forma a não concentrar nenhum vencimento significativo em um determinado ano e está vinculada a diferentes taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2014 as dívidas apresentavam as seguintes taxas:

	Controladora				
	2014			2013	
	Taxa média ao ano	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Instrumentos de Dívida					
Dívida cesta de moedas BNDES taxa flutuante (UMBNDDES)	1,74%	139.818	96.865	-	-
Dívida TJLP BNDES taxa flutuante (TJLP)	7,24%	480.632	682.233	-	-
Dívida em Reais - ICMS taxa fixa	4,59%	53.432	128.466	-	-
Dívida em Reais - taxa fixa	7,00%	37.351	591.467	-	86.415
Total		711.233	1.499.031	-	86.415

	Consolidado				
	2014			2013	
	Taxa média ao ano	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Instrumentos de Dívida					
Dívida denominada em USD taxa fixa	4,99%	19.489	-	123.405	48.625
Dívida denominada em USD taxa flutuante	1,87%	186.324	115.213	171.097	207.529
Dívida cesta de moedas BNDES taxa flutuante (UMBNDDES)	1,74%	139.818	96.865	153.265	189.151
Outras moedas latino-americanas taxa flutuante	9,01%	1.867	-	17.892	11.060
Outras moedas latino-americanas taxa Fixa	10,09%	68.279	-	-	47.116
Dívida TJLP BNDES taxa flutuante (TJLP)	7,24%	480.633	682.232	513.034	741.013
Dívida em Reais - ICMS taxa fixa	4,59%	53.432	128.466	26.854	163.381
Dívida em Reais - taxa fixa	6,93%	38.214	611.792	35.055	457.367
Total		988.056	1.634.568	1.040.602	1.865.242

Cronograma de desembolso em 31 de dezembro de 2014

	Controladora					
	Total	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos bancários com garantia	516.049	143.179	134.666	71.297	105.208	61.699
Empréstimos bancários sem garantia	1.230.746	514.623	393.009	166.902	156.212	-
Bonds emitidos	281.572	-	-	281.572	-	-
Outros empréstimos sem garantia	181.898	53.432	23.186	26.134	33.507	45.639
	2.210.265	711.234	550.861	545.905	294.927	107.338

	Consolidado					
	Total	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos bancários com garantia	717.737	261.628	199.868	73.794	110.202	72.245
Empréstimos bancários sem garantia	1.402.089	670.942	408.033	166.902	156.212	-
Bonds emitidos	281.572	-	-	281.572	-	-
Outros empréstimos sem garantia	199.187	53.432	28.442	26.133	33.507	57.673
Arrendamentos financeiros	22.038	2.054	1.767	1.875	16.342	-
	2.622.623	988.056	638.110	550.276	316.263	129.918

Cronograma de desembolso em 31 de dezembro de 2013

	Controladora					
	Total	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos bancários com garantia	86.415	-	-	-	23.203	63.212
	86.415	-	-	-	23.203	63.212

	Consolidado					
	Total	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos bancários com garantia	652.934	203.019	190.242	107.655	70.822	81.196
Empréstimos bancários sem garantia	1.693.081	808.962	450.767	348.336	85.016	-
Bonds emitidos	336.641	-	-	57.609	279.032	-
Outros empréstimos sem garantia	202.025	26.854	52.430	34.069	22.246	66.426
Arrendamentos financeiros	21.164	1.768	1.842	1.577	3.451	12.526
	2.905.845	1.040.603	695.281	549.246	460.567	160.148

Cláusulas contratuais (Covenants)

As dívidas da Companhia têm direitos iguais de pagamento, não havendo subordinação entre elas. Exceção feita às linhas de crédito FINAME contratadas pela Companhia junto ao BNDES, onde são prestadas garantias reais sobre os ativos adquiridos com o crédito concedido, os demais empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia preveem tão somente a prestação de garantia de outras empresas do grupo. Os contratos financeiros preveem cláusulas restritivas (*covenants*).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia atendeu aos compromissos contratuais de suas operações de empréstimos e financiamentos.

16. PROVISÕES

Controladora

(a) Movimentação das provisões

	Saldo em 31 de dezembro de 2013	Efeito de incorporação ⁽ⁱ⁾	Provisões constituídas	Provisões utilizadas e revertidas	Saldo em 31 de dezembro de 2014
Processos tributários, trabalhistas, cíveis e outros					
Cíveis	-	2.790	28.749	(15.562)	15.977
Impostos sobre vendas	-	83.293	207.951	(123.242)	168.002
Imposto de renda	-	73.261	55.631	(4.889)	124.003
Trabalhistas	-	131.689	118.856	(118.322)	132.223
Outros	-	27.864	42.996	(24.559)	46.301
Total provisões	-	318.897	454.183	(286.574)	486.506

(i) Refere-se às incorporações ocorridas em 1º de janeiro de 2014, conforme mencionado na Nota 1 (b).

(b) Expectativa de desembolso

	Saldo em 31 de dezembro de 2014	1 ano ou menos	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Processos tributários, trabalhistas, cíveis e outros					
Cíveis	15.977	3.795	5.018	6.740	424
Impostos sobre vendas	168.002	39.910	52.757	70.873	4.462
Imposto de renda	124.003	29.457	38.942	52.311	3.293
Trabalhistas	132.223	31.410	41.523	55.779	3.511
Outros	46.301	10.999	14.540	19.532	1.230
Total provisões	486.506	115.571	152.780	205.235	12.920

Consolidado**(a) Movimentação das provisões**

	Saldo em 31 de dezembro de 2013	Efeito das variações nas taxas de câmbio	Provisões constituídas	Provisões utilizadas e revertidas	Saldo em 31 de dezembro de 2014
Reestruturação	6.070	251	2.722	(2.066)	6.977
Contingências					
Cíveis	9.512	356	30.915	(17.107)	23.676
Impostos sobre vendas	141.564	844	197.273	(161.910)	177.772
Imposto de renda	149.859	2.251	31.130	(3.216)	180.024
Trabalhistas	174.367	1.034	146.327	(157.477)	164.251
Outros	95.279	6.492	61.285	(33.302)	129.754
Total contingências	570.581	10.977	466.930	(373.012)	675.477
Total provisões	576.651	11.228	469.652	(375.078)	682.454

(b) Expectativa de desembolso

	Saldo em 31 de dezembro de 2014	1 ano ou menos	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Reestruturação	6.977	6.392	585	-	-
Contingências					
Cíveis	23.676	4.319	7.973	10.710	674
Impostos sobre vendas	177.772	42.084	55.887	75.075	4.726
Imposto de renda	180.024	29.537	61.982	83.263	5.242
Trabalhistas	164.251	36.633	52.563	70.610	4.445
Outros	129.754	20.269	45.096	60.576	3.813
Total contingências	675.477	132.842	223.501	300.234	18.900
Total provisões	682.454	139.234	224.086	300.234	18.900

O prazo estimado para liquidação das provisões foi baseado na melhor estimativa da Administração na data das demonstrações contábeis.

Principais processos com perda provável:

(a) Impostos sobre vendas

A Companhia e suas subsidiárias possuem no Brasil diversos processos administrativos e judiciais referentes aos tributos de ICMS, IPI, PIS e COFINS. Estes processos envolvem compensações, cumprimento de liminares judiciais para não recolhimento de imposto, creditamentos, entre outros.

(b) Trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em processos trabalhistas considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados da Companhia, de suas subsidiárias, ou de empresas prestadoras de serviços. Tais processos envolvem principalmente horas extras, seus reflexos e respectivos encargos.

(c) Outros processos

A Companhia está envolvida em diversos processos ajuizados por ex-distribuidores, principalmente no Brasil, os quais se referem principalmente à pedidos de indenização pelo término da relação contratual de distribuição com a Companhia.

Os processos com probabilidades possíveis estão divulgados na Nota 31 - *Contingências*.

17. BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

A Companhia patrocina planos de pensão de benefício definido para funcionários do Brasil e das subsidiárias localizadas na República Dominicana, Argentina, Bolívia e Canadá com base no salário dos funcionários e no tempo de serviço dos mesmos. As entidades são regidas pelas regulamentações locais e pelas práticas individuais de cada país, como também pela relação da Companhia com os fundos de pensão privados e a composição dos mesmos.

A Ambev S.A. mantém outros benefícios pós-emprego como assistência médica, odontológica e outros. Os benefícios pós-emprego são classificados como planos de contribuição definida ou de benefício definido.

Os planos de pensão de benefício definido e os outros benefícios pós-emprego não são concedidos para novas aposentadorias.

Planos de contribuição definida

Esses planos são custeados pelos participantes e pela patrocinadora, e são administrados por fundos de pensão privados. Durante o exercício de 2014, a Companhia contribuiu com R\$26.590 para esses fundos, sendo esse montante considerado como despesa. Uma vez que as contribuições foram pagas, a Companhia não tem mais obrigações.

Planos de benefício definido

O passivo líquido de planos de benefício definido, em 31 de dezembro de 2014, está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Valor presente das obrigações custeadas	(1.182.580)	-	(4.156.394)	(4.681.235)
Valor justo dos ativos do plano	1.648.677	-	3.550.060	4.088.576
Valor presente de obrigações líquidas	466.097	-	(606.334)	(592.659)
Valor presente das obrigações não custeadas	(207.896)	-	(651.505)	(644.643)
Valor presente das obrigações líquidas	258.201	-	(1.257.839)	(1.237.302)
Ativos não reconhecidos	(453.275)	-	(453.275)	(285.633)
Passivos	(195.074)	-	(1.711.114)	(1.522.935)
Outros benefícios a funcionários de longo prazo	(29.833)	-	(33.030)	(11.870)
Total dos benefícios a funcionários	(224.907)	-	(1.744.144)	(1.534.805)
Valor dos benefícios a funcionários registrados no balanço patrimonial:				
Passivos	(237.729)	-	(1.756.966)	(1.558.261)
Ativos	12.822	-	12.822	23.456
Passivos líquidos	(224.907)	-	(1.744.144)	(1.534.805)

As mudanças no valor presente das obrigações de benefício definido estão demonstradas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Obrigação com benefícios definidos em 1º de janeiro	-	-	(5.325.879)	(5.418.349)
Efeito de incorporação	(1.267.624)	-	-	-
Efeito do ajuste de exercícios anteriores	-	-	1.054.578	-
Custo de serviços	(5.413)	-	(36.782)	(59.899)
Custo de juros	(137.567)	-	(283.018)	(302.199)
Ganhos e (perdas) em liquidações ou reduções dos benefícios	-	-	(1.543)	25.179
Contribuições dos participantes do plano	-	-	(3.560)	(3.217)
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas geográficas	391	-	9.143	(155.006)
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas financeiras	(29.235)	-	(293.889)	592.619
Ajustes de experiência	(89.602)	-	(111.616)	(75.908)
Diferenças cambiais	-	-	(152.760)	(281.946)
Benefícios pagos	138.574	-	337.427	352.847
Obrigação com benefícios definidos em 31 de dezembro	(1.390.476)	-	(4.807.899)	(5.325.879)

Na Fundação Zerrenner o valor presente das obrigações custeadas inclui R\$559.093 (R\$470.496 em 2013) de dois planos de assistência médica para os quais os benefícios são providos diretamente pela Fundação Zerrenner. A Fundação Zerrenner é uma entidade legalmente distinta que tem por principal finalidade proporcionar aos funcionários e administradores atuais e aposentados da Ambev S.A. no Brasil assistência médico-hospitalar e odontológica, auxiliar em cursos profissionalizantes e superiores, manter estabelecimentos para auxílio e assistência a idosos, entre outros, por meio de ações diretas ou mediante convênios de auxílios financeiros com outras entidades.

A movimentação do valor justo dos ativos dos planos de pensão de benefício definido está demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	-	-	4.088.576	4.279.143
Efeito de incorporação	1.369.577	-	-	-
Efeito do ajuste de exercícios anteriores	-	-	(919.149)	-
Receita de juros	149.580	-	234.417	272.835
Custos de administração	-	-	(2.779)	(5.027)
Retorno esperado excluindo receita de juros	243.460	-	313.333	(110.440)
Contribuições da Ambev	24.634	-	91.244	128.027
Contribuições dos participantes do plano	-	-	3.560	3.217
Diferenças cambiais	-	-	78.285	182.037
Acordos, liquidações e outros	-	-	-	(308.369)
Benefícios pagos excluindo custos de administração	(138.574)	-	(337.427)	(352.847)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	1.648.677	-	3.550.060	4.088.576

O retorno real dos ativos em 2014 foi um ganho de R\$385.355 (perda de R\$368.770 em 2013).

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou um montante de R\$12.822, referente ao limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros.

As mudanças no limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Impacto do limite sobre o reconhecimento de ativo em 1º de janeiro	-	-	23.456	25.480
Incorporação	15.346	-	-	-
Despesa de juros	1.301	-	1.301	2.130
Alterações excluindo os montantes incluídos na despesa de juros	(3.825)	-	(3.825)	(4.154)
Efeito do ajuste de exercícios anteriores	-	-	(8.110)	-
Impacto do limite sobre o reconhecimento de ativo em 31 de dezembro	12.822	-	12.822	23.456

A receita/(despesa) reconhecida no resultado em relação aos planos de benefício definido está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Custos de serviços correntes	(5.413)	-	(36.390)	(59.045)
Custos de administração	-	-	(2.779)	(5.027)
Ganhos e (perdas) em liquidações ou reduções dos benefícios	-	-	(1.538)	25.179
Resultado operacional	(5.413)	-	(40.707)	(38.893)
Custo financeiro	(19.562)	-	(80.568)	(86.538)
Total da despesa com benefícios a funcionários	(24.975)	-	(121.275)	(125.431)

A receita/(despesa) com benefícios a funcionários foram incluídas nos seguintes itens do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Custo de vendas	-	-	(20.224)	(18.043)
Despesas comerciais	-	-	(7.858)	(3.412)
Receitas administrativas	(5.413)	-	(12.626)	(17.438)
Despesas financeiras	(19.562)	-	(80.568)	(86.538)
	(24.975)	-	(121.276)	(125.431)

As premissas atuariais utilizadas no cálculo das obrigações estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Taxa de desconto	10,8%	-	6,2%	6,6%
Inflação	4,5%	-	2,8%	2,7%
Aumentos de salários futuros	5,8%	-	3,6%	3,9%
Aumentos de pensão futuros	4,5%	-	3,0%	2,7%
	8,2% ao ano com redução		7,2% ao ano com redução	7,0% ao ano com redução
Tendência de custo com plano de saúde	8,2%	-	6,0%	5,6%
Tendência de custo com plano odontológico	4,5%	-	4,5%	4,5%
Expectativa de vida para homens acima de 65 anos	85	-	84	84
Expectativa de vida para mulheres acima de 65 anos	88	-	87	86

Através de seus planos de pensão de benefício definido e planos médicos pós-emprego, a empresa está exposta a uma série de riscos, os mais significativos estão detalhados a seguir:

Volatilidade do ativo

Os passivos do plano são calculados utilizando uma taxa de desconto definida com referência aos títulos privados de alta qualidade, se os ativos do plano tiverem um desempenho menor que desses rendimentos corporativos, a obrigação de benefício definido líquido da Companhia pode aumentar. A maior parte dos planos custeados da Companhia mantém uma proporção de ações, que deverão superar a rentabilidade de títulos privados a longo prazo, apesar de proporcionar volatilidade e risco no curto prazo. Ao longo dos planos, a empresa geralmente reduz o nível de risco de investimento, investindo mais em ativos que melhor correspondem aos passivos.

Mudanças nos rendimentos de títulos

Uma diminuição nos rendimentos de títulos privados aumentará os passivos do plano, embora isso seria parcialmente compensado por um aumento no valor das participações dos títulos dos planos.

Risco de inflação

Algumas das obrigações de pensões da Companhia estão ligadas à inflação, e inflação mais alta levará a passivos superiores. A maioria dos ativos do plano ou são afetados por ou vagamente correlacionados a inflação, o que significa que um aumento da inflação poderia aumentar a obrigação de benefício líquida da Companhia.

Expectativa de vida

A maioria das obrigações dos planos objetiva trazer benefícios para a vida do participante, de modo que o aumento na expectativa de vida resultará em um aumento nos passivos dos planos.

No caso dos planos custeados, a empresa garante que as posições de investimento são geridas dentro de um quadro de correspondências entre ativos e passivos, que foi desenvolvido para atingir investimentos de longo prazo que estão em consonância com as obrigações decorrentes dos regimes de pensões. Dentro deste quadro de correspondências entre ativos e passivos, o objetivo da Companhia é combinar ativos às obrigações de pensão através de investimentos em títulos de rendimento fixo de longo prazo com vencimentos que coincidem com os pagamentos de benefícios na data de vencimento e na moeda apropriada. A Companhia monitora ativamente como a duração e o rendimento esperado dos investimentos estão se comportando em relação às saídas de caixa esperadas decorrentes da obrigação de pensão. A empresa não mudou os procedimentos utilizados para gerenciar seus riscos de períodos anteriores.

As sensibilidades das obrigações de benefício definido em relação às principais premissas ponderadas estão demonstradas abaixo:

Em milhares de reais	Controladora		
	2014		
	Alteração na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Custos com planos de saúde	100 pontos base	(65.586)	56.145
Taxa de desconto	50 pontos base	60.945	(66.615)
Aumento de salário futuro	50 pontos base	(9.777)	8.978
Longevidade	Um ano	(41.991)	41.680

Em milhares de reais	Consolidado		
	2014		
	Alteração na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Custos com planos de saúde	100 pontos base	(86.710)	74.687
Taxa de desconto	50 pontos base	233.228	(252.625)
Aumento de salário futuro	50 pontos base	(13.786)	12.810
Longevidade	Um ano	(134.113)	128.579

Os dados apresentados acima representam flutuações puramente hipotéticas nas premissas individuais, mantendo todas as demais premissas constantes: frequentemente, as condições econômicas e suas mudanças afetarão simultaneamente diversas premissas e os efeitos das mudanças nas principais premissas não são lineares. Dessa forma, as informações acima não são necessariamente uma representação razoável dos resultados futuros.

A composição dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2014 está demonstrada a seguir:

Controladora						
	2014				2013	
	Cotado	Não-cotado	Total		Cotado	Não-cotado
Títulos públicos	28%	-	28%	-	-	-
Instrumentos patrimoniais	3%	-	3%	-	-	-
Propriedade	-	2%	2%	-	-	-
Outros	67%	-	67%	-	-	-

Consolidado						
	2014				2013	
	Cotado	Não-cotado	Total		Cotado	Não-cotado
Títulos públicos	30%	-	30%	21%	-	21%
Títulos corporativos	10%	-	10%	17%	-	17%
Instrumentos patrimoniais	28%	-	28%	40%	-	40%
Propriedade	-	1%	1%	-	1%	1%
Outros	31%	-	31%	21%	-	21%

A taxa de retorno global esperada é calculada pela ponderação das taxas individuais de acordo com sua participação prevista no total da carteira de investimentos.

A Ambev S.A. reconhece os ativos desse plano (despesas antecipadas) na extensão do valor do benefício econômico disponível para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras, nesse caso em montante equivalente ao passivo atuarial correspondente.

A Ambev S.A. espera contribuir com aproximadamente R\$20.253 na Controladora e R\$142.313 no Consolidado para os seus planos de benefício definido em 2015.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

	2014		2013	
	Milhares de ações ordinárias	Valor	Milhares de ações ordinárias	Valor
No final do exercício anterior	15.664.280	57.000.790	249.061	249.061
Contribuição de ações	-	-	9.444.537	8.206.879
Incorporações de ações	-	-	5.967.838	48.527.401
Emissão de ações	48.339	581.559	2.843	17.449
	15.712.619	57.582.349	15.664.280	57.000.790

(b) Reservas de capital

	Reservas de capital				Total
	Ações em tesouraria	Prêmio na emissão de ações	Outras reservas de capital	Pagamentos baseados em ações	
Saldo em 1º de janeiro de 2013	-	-	-	-	-
Aumento de capital	-	5.163.148	1.012.723	599.080	6.774.951
Incorporação de ações	-	48.527.401	-	-	48.527.401
Gastos com emissão de ações	-	(26.866)	-	-	(26.866)
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	(28.800)	-	-	-	(28.800)
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	115.745	115.745
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(28.800)	53.663.683	1.012.723	714.825	55.362.431
Aumento de capital	(75.358)	127	(311.825)	(36.844)	(423.900)
Gastos com emissão de ações	-	(999)	-	-	(999)
Pagamentos baseados em ações	-	-	-	154.340	154.340
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	(68.603)	-	-	-	(68.603)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(172.761)	53.662.811	700.898	832.321	55.023.269

(b.1) Ações em tesouraria

As ações em tesouraria abrangem as ações de emissão própria readquiridas pela Companhia e o resultado de ações em tesouraria, que se refere aos ganhos e perdas relacionados à realização das transações de pagamentos baseados em ações, leilão e outros.

Segue abaixo a movimentação das ações em tesouraria:

	Compra/realização		Resultado sobre ações em tesouraria	2014 Total ações em tesouraria
	Milhares de ações ordinárias	Milhares de reais	Milhares de reais	Milhares de reais
No início do exercício	1.354	(22.955)	(5.845)	(28.800)
Alterações no exercício	(937)	16.241	(160.202)	(143.961)
No final do exercício	417	(6.714)	(166.047)	(172.761)

(b.2) Prêmio na emissão de ações

O prêmio na emissão de ações refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizado para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou recompra de ações.

(b.3) Pagamentos baseados em ações

Diversos programas de remuneração baseada em ações e opções de ações permitem que os executivos adquiram ações da Companhia.

A reserva de pagamentos baseados em ações foi impactada pela despesa de R\$115.503 na Controladora e R\$161.045 no Consolidado em 31 de dezembro de 2014 (R\$182.227 no Consolidado em 31 de dezembro de 2013) (Nota 27 - *Pagamento baseado em ações*).

(c) Reservas de lucros

	Reservas de lucros				
	Reserva de investimentos	Reserva Legal	Incentivos fiscais	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2013	-	4.456	-	47.193	51.649
Aumento de capital	-	-	1.431.928	-	1.431.928
Dividendos distribuídos	34.130	-	-	(47.193)	(13.063)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	417.965	-	417.965
Reserva de investimentos	906.002	-	-	-	906.002
Dividendos propostos	-	-	-	3.063.372	3.063.372
Saldo em 31 de dezembro de 2013	940.132	4.456	1.849.893	3.063.372	5.857.853
Dividendos distribuídos	(939.957)	-	-	(651.207)	(1.591.164)
Juros sobre o capital próprio distribuídos	-	-	-	(2.412.165)	(2.412.165)
Constituição de reservas - destinações:					
Reserva de incentivos fiscais	-	-	1.022.740	-	1.022.740
Juros sobre o capital próprio propostos	-	-	-	1.508.371	1.508.371
Reserva de investimentos	498.310	-	-	-	498.310
Saldo em 31 de dezembro de 2014	498.485	4.456	2.872.633	1.508.371	4.883.945

(c.1) Reserva de investimentos

A reserva de investimento refere-se à destinação de lucros, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios.

(c.2) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social.

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

(c.3) Incentivos fiscais

A Companhia possui incentivos fiscais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial estaduais e federais na forma de financiamento, diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido. Esses programas estaduais objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos Estados. Nesses Estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal.

(c.4) Juros sobre o capital próprio / Dividendos

Segundo a legislação brasileira, as empresas têm a opção de distribuir juros sobre o capital próprio (“JCP”), calculados com base na taxa de juros de longo prazo (“TJLP”), que são dedutíveis para fins de imposto de renda e, quando distribuídos, podem ser considerados parte dos dividendos obrigatórios.

Conforme determina o Estatuto Social, a Companhia deve distribuir aos seus acionistas, a título de dividendo obrigatório relativo a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, uma quantia não inferior a 40% aos seus lucros apurados conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustados na forma da legislação aplicável, salvo em caso de incompatibilidade com a situação financeira da Ambev S.A.. O dividendo obrigatório inclui os montantes pagos a título de JCP.

Eventos ocorridos durante o exercício de 2014:

Evento	Aprovação	Provento	Início pagamento	Exercício	Espécie e Classe de ação	Valor do provento por ação	Valor total do provento (R\$ mil)
RCA	06/01/2014	Juros sobre o capital próprio	23/01/2014	2013	ON	0,1540	2.412.165
RCA	06/01/2014	Dividendos	23/01/2014	2013	ON	0,1000	1.566.341
RCA	25/03/2014	Dividendos	25/04/2014	Não aplicável	ON	0,0600	939.957 ⁽ⁱ⁾
RCA	25/03/2014	Dividendos	25/04/2014	2014	ON	0,0700	1.096.616
RCA	14/07/2014	Juros sobre o capital próprio	28/08/2014	2014	ON	0,1000	1.569.242
RCA	14/07/2014	Dividendos	28/08/2014	2014	ON	0,0600	941.545
RCA	15/10/2014	Dividendos	13/11/2014	2014	ON	0,2200	3.454.031
RCA	22/12/2014	Juros sobre o capital próprio	14/01/2015	2014	ON	0,1300	2.042.587
RCA	31/12/2014	Juros sobre o capital próprio	30/01/2015	2014	ON	0,0960	1.508.372
							15.530.856

(i) Esses dividendos referem-se ao valor total aprovado para distribuição no exercício e que foram deduzidos da Reserva de Investimento.

Eventos ocorridos durante o exercício de 2013:

Evento	Aprovação	Provento	Início pagamento	Exercício	Espécie e Classe de ação	Valor do provento por ação	Valor total do provento (R\$ mil)
AGO	01/03/2013	Dividendos	11/03/2013	2012	ON	0,0524	13.063 ⁽ⁱ⁾
AGO	01/03/2013	Juros sobre o capital próprio	11/03/2013	2012	ON	0,0443	11.037 ⁽ⁱ⁾
RCA	30/08/2013	Dividendos	27/09/2013	2013	ON	0,1300	2.035.986
							2.060.086

(i) Esses dividendos e juros sobre o capital próprio referem-se ao valor total aprovado para distribuição no exercício e que foram deduzidos do lucro do exercício de 2012.

O JCP e dividendos não reclamados no prazo de três anos, a contar da data do início do pagamento, prescrevem e são revertidos a favor da Companhia. No exercício de 2014, a Companhia registrou R\$16.143 de JCP e dividendos prescritos (R\$15.636 em 31 de dezembro de 2013).

(c.5) Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos

As reservas de dividendos e juros sobre o capital próprio propostos têm como objetivo segregar os dividendos e juros sobre o capital próprio a serem distribuídos no exercício seguinte.

(d) Ajustes de avaliação patrimonial

Ajustes de avaliação patrimonial								
	Reservas de conversão	Hedge de fluxo de caixa	Ganhos/(perdas) atuariais	Opção de venda de participação em controlada concedida	Ganhos/(perdas) de participação	Combinação de negócios	Ajustes contábeis de transações entre sócios	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2013	-	-	-	-	-	-	24.905.890	24.905.890
Ajuste contábil do custo precedente ⁽ⁱ⁾	-	-	-	-	-	-	191.260	191.260
Saldo em 1º de janeiro de 2013 - ajustado	-	-	-	-	-	-	25.097.150	25.097.150
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	2.234.502	2.234.502
Resultado Abrangente:								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	(72.266)	-	-	-	-	-	237.857	165.591
Hedge de fluxo de caixa	-	132.296	-	-	-	-	(69.830)	62.466
Ganhos / (perdas) atuariais	-	-	(1.003.122)	-	-	-	1.205.172	202.050
Resultado abrangente do exercício	(72.266)	132.296	(1.003.122)	-	-	-	3.607.701	2.664.609
Aumento de capital ⁽ⁱⁱ⁾	-	-	-	(2.003.216)	(263.890)	156.091	(14.302.743)	(16.413.758)
Ajuste transação com minoritários	-	-	-	-	-	-	(85.242.633)	(85.242.633)
Opção de venda de participação em controlada	-	-	-	(54.065)	-	-	-	(54.065)
Ganhos / (perdas) de participação	-	-	-	-	2.378.195	-	(2.406.437)	(28.242)
Outras movimentações de capital de controlada ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	-	-	-	-	(1.251.678)	(1.251.678)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(72.266)	132.296	(1.003.122)	(2.057.281)	2.114.305	156.091	(74.498.640)	(75.228.617)
Resultado Abrangente:								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	495.886	-	-	-	-	-	(7.175)	488.711
Hedge de fluxo de caixa	-	133.661	-	-	-	-	-	133.661
Ganhos / (perdas) atuariais	-	-	(165.637)	-	-	-	-	(165.637)
Resultado abrangente do exercício	495.886	133.661	(165.637)	-	-	-	(7.175)	456.735
Ajuste de exercícios anteriores ^(iv)	29.737	-	59.630	-	-	-	-	89.367
Valor pago ABI – Bucanero (Nota 1 (b))	-	-	-	-	-	-	(505.332)	(505.332)
Ganhos / (perdas) de participação	-	-	-	-	(4.241)	-	-	(4.241)
Reversão efeito revalorização dos ativos fixos pelo custo precedente ^(v)	-	-	-	-	-	-	(75.881)	(75.881)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	453.357	265.957	(1.109.129)	(2.057.281)	2.110.064	156.091	(75.087.028)	(75.267.969)

(i) Conforme descrito na Nota 1(c), a Companhia adotou a prática contábil do custo precedente para a Contribuição de Ações. Deste modo, o valor equivalente à participação contribuída já está refletido no patrimônio da Ambev S.A. desde 1 de janeiro de 2012 e, no momento do aporte de capital, foi reclassificado da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial para demais contas do patrimônio líquido de acordo com o disposto nos atos societários.

(ii) Refere-se ao aumento de capital através da contribuição de ações, conforme mencionado na Nota 1 (c). O referido aumento foi realizado pelo valor de custo, sem qualquer ganho ou perda de capital.

(iii) Refere-se principalmente a efeitos reflexos da distribuição de resultados de controlada até abril de 2013, como consequência da adoção da prática contábil do custo precedente, conforme descrito na Nota 1 (c).

(iv) A Companhia adotava, para consolidação de suas distribuidoras, controladas em conjunto, no Canadá, o método proporcional de consolidação. Em linha com o IFRS 11(R), a Companhia adotou o método de equivalência patrimonial, a partir de 1º de janeiro de 2014, prospectivamente. Períodos anteriores não foram revisados bem como os valores foram considerados irrelevantes.

(v) A prática contábil do custo precedente não deve afetar o cálculo de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios, conforme descrito na nota 18 (f).

(d.1) Reservas de conversão

As reservas de conversão abrangem todas as diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações contábeis cuja moeda funcional é diferente do Real.

As reservas de conversão também compreendem a parcela do ganho ou perda dos passivos em moeda estrangeira e dos instrumentos financeiros derivativos caracterizados como *hedge* de investimento líquido efetivo, de acordo com as regras de contabilidade de *hedge* do IAS 39 / CPC 38 – *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*.

(d.2) Reservas de *hedge* de fluxo de caixa

As reservas de *hedge* compreendem a parcela efetiva proveniente da variação líquida acumulada do valor justo de *hedge* de fluxo de caixa na medida em que o risco protegido ainda não impactou o resultado do exercício – Nota 28 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

(d.3) Ganhos e perdas atuariais

Os ganhos e perdas atuariais abrangem a expectativa em relação às obrigações futuras nos planos de aposentadoria, consequentemente, os resultados destes ganhos e perdas atuariais são reconhecidos tempestivamente com base na melhor estimativa obtida pela Administração. Desta forma, a Companhia reconhece trimestralmente, os resultados quanto a estas estimativas de ganhos e perdas atuariais, de acordo com as expectativas apresentadas com base em laudo atuarial independente.

(d.4) Opção de venda de participação em controlada

Como parte do acordo de aquisição de participação na CND, uma opção de venda (“put”) foi emitida pela Companhia e uma opção de compra (“call”) foi emitida pela E. León Jimenes S.A. (“ELJ”), que pode resultar em uma aquisição pela Companhia das ações remanescentes da CND por um valor equivalente a múltiplo de EBITDA das operações no país, sendo a *put* exercível anualmente até 2019 e a *call* em 2019. Em 31 de dezembro de 2014, a opção de venda detida pela ELJ está valorizada em R\$3.289.778 e o passivo foi registrado com contrapartida no patrimônio líquido em conformidade com o IFRS 3/CPC 15 (R1) - *Combinação de Negócios* e categorizado como “Nível 3”. Nenhum valor foi atribuído à opção de compra detida pela Companhia. O valor justo desta consideração diferida foi calculado utilizando técnicas usuais de valorização (valor presente do valor principal e juros futuros, descontados pela taxa de mercado). Os critérios utilizados são baseados em informações de mercado, provenientes de fontes confiáveis e são reavaliados anualmente no mesmo momento que a administração efetua o teste de *impairment*. A movimentação desta opção está demonstrada na Nota 28 – *Instrumentos financeiros e riscos*.

(d.5) Ajustes contábeis de transações entre sócios

Nas transações com sócios de um mesmo negócio que, mesmo quando realizadas entre pessoas totalmente independentes entre si, apresentarem fundamentação econômica válida e refletirem condições usuais de mercado, as normas contábeis aplicáveis entendem tais transações como ocorridas no âmbito de uma mesma entidade contábil.

Desta forma, conforme determinado pelo IFRS 10 / CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores esteja contabilizada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos controladores. Em relação às Demonstrações Individuais, o ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, dispõe que estas Demonstrações Individuais devem refletir a situação desta controlada individual, mas sem perder de vista que ele está vinculado ao conceito da entidade econômica como um todo, incluindo os patrimônios da controladora e controlada, que portanto deveriam ser iguais. Diante disto, mesmo no caso em que a transação foi realizada entre partes com isenção de interesses e com efetivo desembolso na aquisição, faz-se necessário um ajuste contábil nas Demonstrações Individuais equivalente à provisão do montante do ágio pago em contrapartida ao patrimônio da entidade, e com isto harmonizando-a às Demonstrações Consolidadas. Na incorporação de ações dos não-controladores da controlada Companhia de Bebidas, procedemos referido ajuste reconhecendo a contrapartida da provisão no montante do ágio nesta conta patrimonial.

(e) Lucro por ação

Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Ambev S.A., e na quantidade proporcional média ponderada de ações em circulação durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Ambev S.A., e na quantidade média ponderada ajustada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, conforme segue:

Em milhares de ações	2014	2013
	Ordinárias	Ordinárias
Quantidade média ponderada de ações em 31 de dezembro ⁽ⁱ⁾	15.682.932	12.677.641
Efeito das opções de ações	136.933	145.816
Quantidade média ponderada de ações (diluídas) em 31 de dezembro	15.819.865	12.823.457

(i) Não consideradas as ações em tesouraria.

Lucro por ação básico e diluído antes de itens não recorrentes

O lucro por ação antes de itens não recorrentes é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Ambev S.A. antes de itens não recorrentes.

As tabelas abaixo apresentam o cálculo do lucro por ação (“LPA”):

	2014	2013 ⁽ⁱ⁾
	Ordinárias	Ordinárias
Lucro atribuível aos acionistas da Ambev	12.065.512	9.557.324
Média ponderada da quantidade de ações (não diluídas)	15.682.932	12.677.641
LPA básico ⁽ⁱⁱ⁾	0,77	0,75
Lucro atribuível aos acionistas da Ambev	12.065.512	9.557.324
Média ponderada da quantidade de ações (diluída)	15.819.865	12.823.457
LPA diluído ⁽ⁱⁱ⁾	0,76	0,75

(i) As informações relacionadas ao cálculo do lucro por ação de 2013 foram refeitas para refletir aplicação da prática contábil do custo precedente para a aquisição do controle da Cerbuco Brewing Inc. (“Cerbuco”), conforme descrito na Nota 1(b).

(ii) Valores expressos em reais.

O efeito de itens não recorrentes no lucro atribuível aos acionistas da Ambev S.A. foi de R\$(39.108) em 2014 (R\$(21.336) em 2013). Assim, o lucro por ação básico antes dos itens não recorrentes é de R\$0,77 em 2014 (R\$0,75 em 2013) e o lucro por ação diluído antes dos itens não recorrentes é de R\$0,76 em 2014 (R\$0,75 em 2013).

(f) Destinações

Destinações propostas

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia efetuou as destinações da conta de “Lucros acumulados”, de acordo com a legislação societária e seu estatuto social. O pagamento dos dividendos efetuados até dezembro de 2014 foi aprovado em Reuniões do Conselho de Administração.

Com relação à base para distribuição de dividendos, a Companhia entende que a prática contábil do custo precedente, bem como a sua apresentação para fins comparativos das informações financeiras, não deve afetar o cálculo de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. Para tanto, a Companhia ajustou a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, para excluir quaisquer impactos atuais e futuros no lucro líquido decorrentes da adoção desta prática contábil, relacionados à amortização/depreciação da mais valia dos ativos ou mesmo a um eventual *impairment* do ágio, desta forma preservando os dividendos mínimos obrigatórios.

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	12.065.512	9.557.324
Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente	-	(2.234.502)
Lucro líquido do exercício ajustado	12.065.512	7.322.822
Dividendos prescritos	16.143	15.636
Reversão efeito revalorização dos ativos fixos pelo custo precedente	75.881	39.340
Ajuste de exercícios anteriores ⁽ⁱ⁾	(24.094)	-
Lucro base para dividendos e destinações	12.133.442	7.377.798
Dividendos distribuídos e a distribuir		
Dividendos e JCP pagos com base no lucro do exercício	7.061.434	2.035.986
JCP aprovado em RCA para distribuição	2.042.587	-
JCP aprovado em RCA para distribuição (Nota 35)	1.508.371	3.978.505
Total de dividendos e JCP	10.612.392	6.014.491
Percentual do lucro distribuído	87%	82%

Cálculo da provisão de dividendos a distribuir do exercício de 2013

Lucro base para dividendos e destinações	7.377.798
Percentual de dividendos mínimos obrigatórios conforme estatuto	40%
Dividendos mínimos obrigatórios conforme estatuto	<u>2.951.119</u>
Dividendos distribuídos e a distribuir	<u>(2.035.986)</u>
Dividendos a distribuir provisionados	915.133

(i) A Companhia adotava, para consolidação de suas distribuidoras, controladas em conjunto, no Canadá, o método proporcional de consolidação. Em linha com o IFRS 11(R), a Companhia adotou o método de equivalência patrimonial, a partir de 1º de janeiro de 2014, prospectivamente, conforme demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

19. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações por segmento são apresentadas em milhares de reais (R\$), com exceção do volume que está em milhares de hectolitros.

(a) Segmentos reportáveis – exercícios findos em:

	América Latina - norte ⁽ⁱ⁾		América Latina - sul ⁽ⁱⁱ⁾		Canadá		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Volume	125.418	120.415	36.826	36.918	9.521	9.135	171.766	166.468
Receita Líquida	26.470.655	23.767.388	6.955.694	7.051.651	4.653.437	4.260.068	38.079.786	35.079.107
Custo dos produtos vendidos	(8.807.498)	(7.727.296)	(2.607.335)	(2.604.997)	(1.399.755)	(1.240.250)	(12.814.588)	(11.572.543)
Lucro bruto	17.663.157	16.040.092	4.348.359	4.446.654	3.253.682	3.019.818	25.265.198	23.506.564
Despesas logísticas	(3.299.199)	(2.920.087)	(681.666)	(667.599)	(866.437)	(709.912)	(4.847.302)	(4.297.598)
Despesas comerciais	(2.954.809)	(2.492.590)	(740.103)	(746.057)	(616.487)	(523.671)	(4.311.399)	(3.762.318)
Despesas administrativas	(1.398.844)	(1.313.007)	(254.634)	(257.935)	(166.568)	(177.398)	(1.820.046)	(1.748.340)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.620.949	1.768.017	11.611	(12.275)	(3.396)	5.929	1.629.164	1.761.671
Lucro operacional ajustado (EBIT ajustado)	11.631.254	11.082.425	2.683.567	2.762.788	1.600.794	1.614.766	15.915.615	15.459.979
Itens não recorrentes	(50.174)	(12.728)	(28.763)	(9.905)	(10.075)	(6.574)	(89.012)	(29.207)
Lucro operacional (EBIT)	11.581.080	11.069.697	2.654.804	2.752.883	1.590.719	1.608.192	15.826.603	15.430.772
Resultado financeiro líquido	(972.133)	(902.905)	(540.633)	(668.736)	37.362	10.258	(1.475.404)	(1.561.383)
Participação no resultado das coligadas	11.304	9.848	-	-	6.074	1.571	17.378	11.419
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.620.251	10.176.640	2.114.171	2.084.147	1.634.155	1.620.021	14.368.577	13.880.808
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(845.231)	(1.098.218)	(733.653)	(985.814)	(427.674)	(397.339)	(2.006.558)	(2.481.371)
Lucro líquido do exercício	9.775.020	9.078.422	1.380.518	1.098.333	1.206.481	1.222.682	12.362.019	11.399.437
EBITDA ajustado	13.422.676	12.624.736	3.098.650	3.150.442	1.754.499	1.789.896	18.275.825	17.565.074
Itens não recorrentes	(50.174)	(12.728)	(28.763)	(9.905)	(10.075)	(6.574)	(89.012)	(29.207)
Depreciação, amortização & impairment (excluindo despesas não recorrentes)	(1.791.422)	(1.542.311)	(415.083)	(387.654)	(153.705)	(175.130)	(2.360.210)	(2.105.095)
Resultado financeiro líquido	(972.133)	(902.905)	(540.633)	(668.736)	37.362	10.258	(1.475.404)	(1.561.383)
Participação no resultado das coligadas	11.304	9.848	-	-	6.074	1.571	17.378	11.419
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(845.231)	(1.098.218)	(733.653)	(985.814)	(427.674)	(397.339)	(2.006.558)	(2.481.371)
Lucro líquido do exercício	9.775.020	9.078.422	1.380.518	1.098.333	1.206.481	1.222.682	12.362.019	11.399.437
Margem EBITDA ajustado em %	50,7 %	53,1 %	44,5 %	44,7 %	37,7 %	42,0 %	48,0 %	50,1 %
Aquisição de imobilizado/intangível	3.430.838	2.958.572	903.403	645.004	183.268	206.732	4.517.509	3.810.308
Adição/Reversão provisões	326.478	406.604	17.116	2.864	-	4.842	343.594	414.310
Média de funcionários em tempo integral	38.381	38.338	10.872	10.482	2.619	2.799	51.871	51.619
Ativos do segmento	42.504.501	40.217.782	9.323.042	8.135.681	7.024.650	6.611.172	58.852.193	54.964.635
Eliminação entre segmentos							(1.618.092)	(927.371)
Ativos não segmentados							14.909.102	15.047.916
Total do ativo							72.143.203	69.085.180
Passivos do segmento	16.564.786	14.336.057	3.836.631	2.873.146	2.665.900	2.450.957	23.067.317	19.660.160
Eliminação entre segmentos							(1.618.092)	(927.371)
Passivos não segmentados							50.693.978	50.352.391
Total do passivo e patrimônio líquido							72.143.203	69.085.180

(i) América Latina – norte: compreende as operações no Brasil e HILA-ex (Cuba, Guatemala e República Dominicana).

(ii) América Latina – sul: compreende as operações na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai, Equador e Peru.

(b) Informações adicionais – por unidades de negócio – exercícios findos em:

	América Latina - norte					
	Cerveja		Refrigerante		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Volume	93.151	88.882	32.267	31.533	125.418	120.415
Receita Líquida	22.135.170	19.784.816	4.335.485	3.982.572	26.470.655	23.767.388
Custo dos produtos vendidos	(6.815.094)	(5.866.590)	(1.992.404)	(1.860.706)	(8.807.498)	(7.727.296)
Lucro bruto	15.320.076	13.918.226	2.343.081	2.121.866	17.663.157	16.040.092
Despesas logísticas	(2.689.305)	(2.378.382)	(609.894)	(541.705)	(3.299.199)	(2.920.087)
Despesas comerciais	(2.708.642)	(2.265.134)	(246.167)	(227.456)	(2.954.809)	(2.492.590)
Despesas administrativas	(1.289.273)	(1.171.266)	(109.571)	(141.741)	(1.398.844)	(1.313.007)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.326.603	1.392.404	294.346	375.613	1.620.949	1.768.017
Lucro operacional ajustado (EBIT ajustado)	9.959.459	9.495.849	1.671.795	1.586.576	11.631.254	11.082.425
Itens não recorrentes	(38.432)	(11.007)	(11.742)	(1.721)	(50.174)	(12.728)
Lucro operacional (EBIT)	9.921.027	9.484.842	1.660.053	1.584.855	11.581.080	11.069.697
Resultado financeiro líquido	(972.133)	(902.905)	-	-	(972.133)	(902.905)
Participação no resultado das coligadas	11.304	9.848	-	-	11.304	9.848
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	8.960.198	8.591.785	1.660.053	1.584.855	10.620.251	10.176.640
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(845.231)	(1.098.218)	-	-	(845.231)	(1.098.218)
Lucro líquido do exercício	8.114.967	7.493.567	1.660.053	1.584.855	9.775.020	9.078.422
EBITDA ajustado	11.426.333	10.759.428	1.996.343	1.865.308	13.422.676	12.624.736
Itens não recorrentes	(38.432)	(11.007)	(11.742)	(1.721)	(50.174)	(12.728)
Depreciação, amortização & <i>impairment</i> (excluindo despesas não recorrentes)	(1.466.874)	(1.263.579)	(324.548)	(278.732)	(1.791.422)	(1.542.311)
Resultado financeiro líquido	(972.133)	(902.905)	-	-	(972.133)	(902.905)
Participação no resultado das coligadas	11.304	9.848	-	-	11.304	9.848
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(845.231)	(1.098.218)	-	-	(845.231)	(1.098.218)
Lucro líquido do exercício	8.114.967	7.493.567	1.660.053	1.584.855	9.775.020	9.078.422
Margem EBITDA ajustado em %	51,6%	54,4%	46,0%	46,8%	50,7%	53,1%

	Brasil					
	Cerveja		Refrigerante		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Volume	86.903	82.974	30.605	30.174	117.508	113.148
Receita Líquida	20.468.633	18.407.151	3.914.185	3.633.657	24.382.818	22.040.808
Custo dos produtos vendidos	(6.162.399)	(5.323.722)	(1.670.799)	(1.588.076)	(7.833.198)	(6.911.798)
Lucro bruto	14.306.234	13.083.429	2.243.386	2.045.581	16.549.620	15.129.010
Despesas logísticas	(2.516.502)	(2.217.404)	(562.452)	(496.081)	(3.078.954)	(2.713.485)
Despesas comerciais	(2.493.400)	(2.116.956)	(189.974)	(188.076)	(2.683.374)	(2.305.032)
Despesas administrativas	(1.211.850)	(1.074.011)	(81.736)	(112.904)	(1.293.586)	(1.186.915)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.329.557	1.409.766	294.367	365.617	1.623.924	1.775.383
Lucro operacional ajustado (EBIT ajustado)	9.414.039	9.084.824	1.703.591	1.614.137	11.117.630	10.698.961
Itens não recorrentes	(11.436)	(6.268)	(124)	-	(11.560)	(6.268)
Lucro operacional (EBIT)	9.402.603	9.078.556	1.703.467	1.614.137	11.106.070	10.692.693
Resultado financeiro líquido	(997.489)	(893.372)	-	-	(997.489)	(893.372)
Participação no resultado das coligadas	11.304	9.848	-	-	11.304	9.848
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	8.416.418	8.195.032	1.703.467	1.614.137	10.119.885	9.809.169
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(749.295)	(994.344)	-	-	(749.295)	(994.344)
Lucro líquido do exercício	7.667.123	7.200.688	1.703.467	1.614.137	9.370.590	8.814.825
EBITDA ajustado	10.744.427	10.229.774	1.980.513	1.852.885	12.724.940	12.082.659
Itens não recorrentes	(11.436)	(6.268)	(124)	-	(11.560)	(6.268)
Depreciação, amortização & <i>impairment</i> (excluindo despesas não recorrentes)	(1.330.388)	(1.144.950)	(276.922)	(238.748)	(1.607.310)	(1.383.698)
Resultado financeiro líquido	(997.489)	(893.372)	-	-	(997.489)	(893.372)
Participação no resultado das coligadas	11.304	9.848	-	-	11.304	9.848
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(749.295)	(994.344)	-	-	(749.295)	(994.344)
Lucro líquido do exercício	7.667.123	7.200.688	1.703.467	1.614.137	9.370.590	8.814.825
Margem EBITDA ajustado em %	52,5%	55,6%	50,6%	51,0%	52,2%	54,8%

	HILA-ex					
	Cerveja		Refrigerante		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Volume	6.247	5.908	1.663	1.359	7.910	7.267
Receita Líquida	1.666.537	1.377.665	421.300	348.915	2.087.837	1.726.580
Custo dos produtos vendidos	(652.695)	(542.868)	(321.605)	(272.630)	(974.300)	(815.498)
Lucro bruto	1.013.842	834.797	99.695	76.285	1.113.537	911.082
Despesas logísticas	(172.803)	(160.978)	(47.442)	(45.624)	(220.245)	(206.602)
Despesas comerciais	(215.242)	(148.178)	(56.193)	(39.380)	(271.435)	(187.558)
Despesas administrativas	(77.423)	(97.255)	(27.835)	(28.837)	(105.258)	(126.092)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2.954)	(17.362)	(21)	9.996	(2.975)	(7.366)
Lucro operacional ajustado (EBIT ajustado)	545.420	411.025	(31.796)	(27.561)	513.624	383.464
Itens não recorrentes	(26.996)	(4.739)	(11.618)	(1.721)	(38.614)	(6.460)
Lucro operacional (EBIT)	518.424	406.286	(43.414)	(29.282)	475.010	377.004
Resultado financeiro líquido	25.356	(9.533)	-	-	25.356	(9.533)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	543.780	396.753	(43.414)	(29.282)	500.366	367.471
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(95.936)	(103.874)	-	-	(95.936)	(103.874)
Lucro líquido do exercício	447.844	292.879	(43.414)	(29.282)	404.430	263.597
EBITDA ajustado	681.906	529.654	15.830	12.423	697.736	542.077
Itens não recorrentes	(26.996)	(4.739)	(11.618)	(1.721)	(38.614)	(6.460)
Depreciação, amortização & <i>impairment</i> (excluindo despesas não recorrentes)	(136.486)	(118.629)	(47.626)	(39.984)	(184.112)	(158.613)
Resultado financeiro líquido	25.356	(9.533)	-	-	25.356	(9.533)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(95.936)	(103.874)	-	-	(95.936)	(103.874)
Lucro líquido do exercício	447.844	292.879	(43.414)	(29.282)	404.430	263.597
Margem EBITDA ajustado em %	40,9%	38,4%	3,8%	3,6%	33,4%	31,4%

	América Latina - sul					
	Cerveja		Refrigerante		Total	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Volume	22.095	22.093	14.731	14.825	36.826	36.918
Receita Líquida	5.294.949	5.152.001	1.660.745	1.899.650	6.955.694	7.051.651
Custo dos produtos vendidos	(1.628.371)	(1.530.732)	(978.964)	(1.074.265)	(2.607.335)	(2.604.997)
Lucro bruto	3.666.578	3.621.269	681.781	825.385	4.348.359	4.446.654
Despesas logísticas	(404.975)	(398.174)	(276.691)	(269.425)	(681.666)	(667.599)
Despesas comerciais	(566.825)	(542.096)	(173.278)	(203.961)	(740.103)	(746.057)
Despesas administrativas	(173.519)	(198.421)	(81.115)	(59.514)	(254.634)	(257.935)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	7.851	(10.184)	3.760	(2.091)	11.611	(12.275)
Lucro operacional ajustado (EBIT ajustado)	2.529.110	2.472.394	154.457	290.394	2.683.567	2.762.788
Itens não recorrentes	(28.763)	(7.478)	-	(2.427)	(28.763)	(9.905)
Lucro operacional (EBIT)	2.500.347	2.464.916	154.457	287.967	2.654.804	2.752.883
Resultado financeiro líquido	(503.995)	(606.756)	(36.638)	(61.980)	(540.633)	(668.736)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.996.352	1.858.160	117.819	225.987	2.114.171	2.084.147
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(691.201)	(979.991)	(42.452)	(5.823)	(733.653)	(985.814)
Lucro líquido do exercício	1.305.151	878.169	75.367	220.164	1.380.518	1.098.333
EBITDA ajustado	2.873.767	2.777.318	224.883	373.124	3.098.650	3.150.442
Itens não recorrentes	(28.763)	(7.478)	-	(2.427)	(28.763)	(9.905)
Depreciação, amortização & <i>impairment</i> (excluindo despesas não recorrentes)	(344.657)	(304.924)	(70.426)	(82.730)	(415.083)	(387.654)
Resultado financeiro líquido	(503.995)	(606.756)	(36.638)	(61.980)	(540.633)	(668.736)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(691.201)	(979.991)	(42.452)	(5.823)	(733.653)	(985.814)
Lucro líquido do exercício	1.305.151	878.169	75.367	220.164	1.380.518	1.098.333
Margem EBITDA ajustado em %	54,3%	53,9%	13,5%	19,6%	44,5%	44,7%

	Canadá			
	2014		2013	
	Cerveja	Total	Cerveja	Total
Volume	9.521	9.521	9.135	9.135
Receita Líquida	4.653.437	4.653.437	4.260.068	4.260.068
Custo dos produtos vendidos	(1.399.755)	(1.399.755)	(1.240.250)	(1.240.250)
Lucro bruto	3.253.682	3.253.682	3.019.818	3.019.818
Despesas logísticas	(866.437)	(866.437)	(709.912)	(709.912)
Despesas comerciais	(616.487)	(616.487)	(523.671)	(523.671)
Despesas administrativas	(166.568)	(166.568)	(177.398)	(177.398)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(3.396)	(3.396)	5.929	5.929
Lucro operacional ajustado (EBIT ajustado)	1.600.794	1.600.794	1.614.766	1.614.766
Itens não recorrentes	(10.075)	(10.075)	(6.574)	(6.574)
Lucro operacional (EBIT)	1.590.719	1.590.719	1.608.192	1.608.192
Resultado financeiro líquido	37.362	37.362	10.258	10.258
Participação no resultado das coligadas	6.074	6.074	1.571	1.571
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.634.155	1.634.155	1.620.021	1.620.021
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(427.674)	(427.674)	(397.339)	(397.339)
Lucro líquido do exercício	1.206.481	1.206.481	1.222.682	1.222.682
EBITDA ajustado	1.754.499	1.754.499	1.789.896	1.789.896
Itens não recorrentes	(10.075)	(10.075)	(6.574)	(6.574)
Depreciação, amortização & impairment (excluindo despesas não recorrentes)	(153.705)	(153.705)	(175.130)	(175.130)
Resultado financeiro líquido	37.362	37.362	10.258	10.258
Participação no resultado das coligadas	6.074	6.074	1.571	1.571
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(427.674)	(427.674)	(397.339)	(397.339)
Lucro líquido do exercício	1.206.481	1.206.481	1.222.682	1.222.682
Margem EBITDA ajustado em %	37,7%	37,7%	42,0%	42,0%

20. RECEITA LÍQUIDA

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita bruta de vendas e ou serviços	38.341.889	-	80.213.458	69.642.519
Deduções da receita bruta	(18.326.976)	-	(42.133.672)	(34.563.412)
	20.014.913	-	38.079.786	35.079.107

As deduções da receita bruta contemplam os impostos e abatimentos. Serviços prestados por distribuidores, tais como divulgação de nossas marcas, serviços logísticos e localização estratégica em lojas são consideradas como despesa quando separadamente identificáveis.

21. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Subvenção governamental e ajuste a valor presente de incentivos fiscais	1.176.274	-	1.479.896	1.148.008
(Adições)/reversões de provisões (Perda)/ganho na alienação de imobilizado, intangível e ativo mantido para venda	(33.319)	-	(32.162)	(69.923)
Receita de aluguéis	11.734	-	33.888	24.650
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	145	2.844
	372.690	43.070	147.397	656.092
	1.527.379	43.070	1.629.164	1.761.671

O incremento na conta de subvenção governamental deve-se à maiores investimentos de capital nos últimos anos, para aumento da capacidade fabril atual e construção de novas plantas, o que permite a Companhia receber mais incentivos fiscais.

22. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

Depreciação, amortização e despesa com redução ao valor de recuperação (*impairment*) estão incluídas nas seguintes contas do resultado do exercício de 2014 e 2013:

	Controladora			
	Depreciação e <i>impairment</i> do imobilizado		Amortização do intangível	
	2014	2013	2014	2013
Custo dos produtos vendidos	963.762	-	1.526	-
Despesas logísticas	54.181	-	-	-
Despesas comerciais	186.559	-	101.355	-
Despesas administrativas	67.346	-	45.018	-
	1.271.848	-	147.899	-

	Consolidado			
	Depreciação e <i>impairment</i> do imobilizado		Amortização do intangível	
	2014	2013	2014	2013
Custo dos produtos vendidos	1.593.879	1.435.515	1.694	778
Despesas logísticas	144.649	138.773	-	-
Despesas comerciais	310.471	250.331	127.303	119.237
Despesas administrativas	133.671	119.346	60.561	35.892
Itens não recorrentes	32.297	-	-	-
	2.214.967	1.943.965	189.558	155.907

23. ITENS NÃO RECORRENTES

Itens não recorrentes são aqueles que, no julgamento da Administração precisam ser divulgados por força da sua dimensão ou incidência. Para determinar se um acontecimento ou transação é não recorrente, a Administração considera fatores quantitativos e qualitativos, tais como a frequência ou a previsibilidade da ocorrência e do potencial de impacto sobre a variação dos lucros ou prejuízos. Operações que podem dar origem a itens não recorrentes são principalmente as atividades de reestruturação, de perda no valor de recuperação, e os ganhos ou perdas na alienação de bens e investimentos. A Companhia

considera que esses itens são importantes pela sua natureza e, por consequência, a Administração excluiu esses itens da mensuração do desempenho por segmento conforme observado na Nota 19 - *Informações por segmento*.

Os itens não recorrentes, incluídos na demonstração de resultado, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Reestruturação	(4.013)	-	(48.934)	(29.207)
<i>Impairment</i> de ativo fixo	-	-	(32.297)	-
Outros	(5.225)	-	(7.781)	-
	(9.238)	-	(89.012)	(29.207)

As despesas de reestruturação reconhecidas relacionam-se, principalmente, ao realinhamento da estrutura e dos processos no segmento geográfico América Latina – Norte e América Latina – Sul.

24. DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

(a) Despesas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesas com juros	(556.361)	(392)	(750.087)	(587.387)
Juros capitalizados	27.801	-	52.725	54.343
Juros líquidos sobre planos de pensão	(19.562)	-	(80.567)	(86.538)
Perdas com derivativos não considerados como <i>hedge accounting</i>	(584.934)	-	(857.304)	(514.347)
Perdas com inefetividade do <i>hedge</i>	(62.129)	-	(74.963)	(16.393)
Juros sobre contingências	(214.399)	-	(228.557)	(213.766)
Juros e variação cambial sobre mútuo	(1.515.004)	-	(3.738)	-
Variação cambial	-	(54)	(320.245)	(750.561)
Perdas com instrumentos financeiros não derivativos (valor justo por meio do resultado)	(178.392)	-	(178.392)	-
Impostos sobre transações financeiras	(14.166)	(110)	(78.115)	(86.384)
Despesas com fiança bancária	(72.607)	-	(73.083)	(82.895)
Outros custos financeiros, incluindo taxas bancárias	(28.410)	(932)	(56.301)	(211.036)
	(3.218.163)	(1.488)	(2.648.627)	(2.494.964)

A despesa com juros é apresentada líquida do efeito dos instrumentos financeiros derivativos que protegem o risco de taxa de juros da Ambev S.A. – consultar também a Nota 28 - *Instrumentos financeiros e riscos*. A despesa com juros é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesas com Juros				
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	(199.445)	(392)	(393.171)	(271.898)
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(325.186)	-	(325.186)	(291.508)
Hedge de valor justo - itens protegidos	(31.453)	-	(31.453)	6.461
Hedge de valor justo - instrumentos de hedge	(277)	-	(277)	(30.442)
	(556.361)	(392)	(750.087)	(587.387)

(b) Receitas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita de juros	243.898	5.368	399.428	343.441
Ganhos com derivativos não considerados como <i>hedge accounting</i>	687.321	-	687.321	329.781
Ganhos com instrumentos financeiros não derivativos (valor justo por meio do resultado)	64.755	-	66.584	238.478
Dividendos recebidos de companhias não consolidadas	-	-	7.368	-
Variação cambial	43.039	-	-	-
Outros resultados financeiros	6.945	-	12.522	21.881
	1.045.958	5.368	1.173.223	933.581

A receita de juros tem a seguinte composição por origem de ativo financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas de Juros				
Caixa e equivalentes de caixa	107.931	5.368	226.209	216.647
Aplicação financeira em título para negociação	135.967	-	173.219	126.794
	243.898	5.368	399.428	343.441

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Imposto de renda e contribuição social corrente	201.662	(13.840)	(2.057.184)	(1.935.969)
Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias	(378.189)	826.110	(178.429)	(496.434)
Imposto diferido sobre prejuízos fiscais	373.913	1.336	229.055	(48.968)
Total do imposto de renda diferido	(4.276)	827.446	50.626	(545.402)
Resultado de imposto de renda e contribuição social	197.386	813.606	(2.006.558)	(2.481.371)

A reconciliação da taxa efetiva com a taxa nominal média está demonstrada como segue:

	Controladora	
	2014	2013
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	11.868.126	8.743.718
Ajuste na base tributável		
Receita financeira líquida e outras receitas não tributáveis	12.796	-
Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas	(1.022.740)	-
Participação nos resultados de controladas	(6.730.188)	(8.699.924)
Despesas não dedutíveis	379.892	-
	4.507.886	43.794
Alíquota nominal ponderada agregada	34,00%	34,00%
Impostos a pagar – alíquota nominal	(1.532.681)	(14.890)
Ajuste na despesa tributária		
Incentivos regionais de imposto de renda	16.065	-
Benefício de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio	1.729.847	828.496
Benefício fiscal da amortização de ágio nos livros fiscais	200.459	-
Outros ajustes tributários	(216.304)	-
	197.386	813.606
Imposto de renda e contribuição social	197.386	813.606
Alíquota efetiva de impostos	-1,66%	-9,31%

	Consolidado	
	2014	2013
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	14.368.577	13.880.808
Ajuste na base tributável		
Receita financeira líquida e outras receitas não tributáveis	(549.985)	(631.637)
Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas	(1.196.819)	(794.090)
Participação nos resultados de coligadas	(17.378)	(11.419)
Despesas não dedutíveis	507.576	375.522
	13.111.971	12.819.184
Alíquota nominal ponderada agregada	32,04%	32,86%
Impostos a pagar – alíquota nominal	(4.200.905)	(4.211.944)
Ajuste na despesa tributária		
Incentivos regionais de imposto de renda	43.691	45.645
Benefício de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio	1.729.847	860.593
Benefício fiscal da amortização de ágio nos livros fiscais	202.251	283.783
Imposto retido na fonte sobre dividendos e outras receitas	(239.418)	(424.865)
Provisões contingenciais de imposto de renda	(6.889)	-
Outros ajustes tributários	464.865	965.417
	(2.006.558)	(2.481.371)
Imposto de renda e contribuição social	(2.006.558)	(2.481.371)
Alíquota efetiva de impostos	13,96%	17,88%

Os principais eventos ocorridos no exercício e que impactaram a alíquota efetiva foram: (a) aumento do impacto de juros sobre o capital próprio; (b) aumento da subvenção governamental relativa a impostos sobre vendas; (c) redução do resultado em companhias que possuem alíquota média de imposto inferior a 34%, os quais foram parcialmente compensados pela redução do imposto retido na fonte sobre dividendos e outras receitas.

A Companhia possui incentivos fiscais de imposto de renda concedidos pelo Governo Federal para incentivar o desenvolvimento econômico e social em algumas áreas das regiões Norte e Nordeste do país. Esses incentivos são registrados no resultado conforme o regime de competência e destinados no final do ano para a conta de reservas de incentivos fiscais.

No dia 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627 publicada em 11 de novembro de 2013, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei n.º 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação

pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta Lei, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre o capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. A vigência é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015, com faculdade pela adesão antecipada para a vigência a partir de 1º de janeiro de 2014.

A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A Administração, com base nas disposições sancionadas na referida Lei e Instruções Normativas relacionadas, decidiu aderir à sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária, a fim de eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, efetivamente pagos, bem como resultados de equivalência patrimonial.

26. FOLHA DE PAGAMENTO E BENEFÍCIOS RELACIONADOS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Salários e encargos	813.892	980	2.262.720	2.510.798
Contribuições previdenciárias	197.458	527	538.669	562.974
Outros custos com pessoal	335.428	158	522.832	443.421
Aumento (redução) no passivo para planos de benefício definido	24.975	-	121.275	125.431
Remuneração baseada em ações	122.112	-	167.654	187.597
Contribuição para planos de contribuição definida	16.547	-	26.590	16.296
	1.510.412	1.665	3.639.740	3.846.517
Média de funcionários em tempo integral	19.980	40	51.181	52.964

27. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Existem diferentes programas de ações e opções que permitem que os executivos que trabalham no grupo econômico recebam ou adquiram ações da Companhia. Para todos os planos de opções, o valor justo é estimado na data da concessão usando o modelo de precificação denominado binomial de *Hull*, ajustado para refletir o requerimento do IFRS 2 / CPC 10 – *Pagamento Baseado em Ações* de que premissas sobre decaimento do direito de aquisição antes do final do período de carência não podem impactar o valor justo da opção.

O modelo atual de remuneração baseada em ações contempla dois tipos de outorga: (i) no primeiro tipo de outorga, o beneficiário pode escolher destinar 30%, 40%, 60%, 70% ou 100% do montante relativo à participação nos lucros por ele recebido no ano, ao exercício imediato de opções, adquirindo assim as correspondentes ações de emissão da Companhia,

sendo que a entrega de uma parte substancial das ações adquiridas está condicionada à permanência na Companhia pelo prazo de cinco anos a contar da data do exercício (“*Outorga 1*”); (ii) no segundo tipo de outorga, o beneficiário pode exercer as opções após um prazo de cinco anos (“*Outorga 2*”).

Além disto, para incentivar a mobilidade dos administradores, algumas opções concedidas em anos anteriores a 2010 foram modificadas, onde as características de proteção de dividendos dessas opções foram canceladas e compensadas pela emissão de 230 mil opções em 2014 (222 mil opções em 2013), representando o valor econômico da proteção de dividendos eliminada. Como não houve alteração entre o valor justo do prêmio original imediatamente antes da modificação e do valor justo do prêmio modificado imediatamente após a alteração, nenhuma despesa adicional foi registrada como resultado dessa modificação.

O valor justo médio ponderado das opções e premissas utilizadas na aplicação do modelo de precificação de opção da Ambev S.A. para as outorgas de 2014 e 2013 estão demonstrados abaixo:

<i>Em R\$, exceto quando mencionado</i>	2014 ⁽ⁱ⁾	2013 ⁽ⁱ⁾
Valor justo das opções concedidas	5,20	6,11
Preço da ação	15,93	17,09
Preço de exercício	15,93	17,09
Estimativa de volatilidade	32,5%	32,8%
Carência (em anos)	5	5
Estimativa de dividendos	5%	de 0% a 5%
Taxa de juros livre de risco	2,2% a 12,4% ⁽ⁱⁱ⁾	1,9% a 12,6% ⁽ⁱⁱ⁾

(i) Informações baseadas em médias ponderadas dos planos concedidos, exceto pela estimativa de dividendos e taxa de juros livre de risco.

(ii) Os percentuais contemplam as outorgas de opções de ação e *ADRs* no exercício, onde a taxa de juros livre de risco das *ADRs* é calculada em dólar americano.

O número total de opções em aberto está demonstrado a seguir:

<i>Em lotes de mil</i>	2014	2013
Opções em aberto em 1º de janeiro	147.718	143.915
Opções outorgadas durante o exercício	17.045	13.056
Opções exercidas durante o exercício	(34.760)	(7.219)
Opções canceladas durante o exercício	(3.854)	(2.034)
Opções em aberto no final do exercício	126.149	147.718

A faixa de preços de exercício das opções em aberto é de R\$1,06 (R\$1,83 em 31 de dezembro de 2013) até R\$19,14 (R\$17,84 em 31 de dezembro de 2013) e o prazo contratual médio remanescente é de cerca de 6,87 anos (6,35 anos em 31 de dezembro de 2013).

Das 126.149 mil opções em aberto (147.718 mil em 31 de dezembro de 2013), 35.918 mil são exercíveis em 31 de dezembro de 2014 (34.570 mil em 31 de dezembro de 2013).

O preço médio ponderado de exercício das opções está demonstrado a seguir:

<i>Em R\$ por ação</i>	2014	2013
Opções em aberto em 1º de janeiro	6,30	7,23
Opções outorgadas durante o exercício	16,02	17,03
Opções canceladas durante o exercício	11,28	8,11
Opções exercidas durante o exercício	3,84	2,70
Opções em aberto no final do exercício	10,07	6,30
Opções exercíveis no final do exercício	2,96	3,32

Para as opções exercidas durante o exercício de 2014, o preço médio ponderado da ação na data do exercício foi de R\$16,12.

Para liquidar opções de ações, a Companhia pode usar ações em tesouraria. Além disso, o limite atual do capital autorizado da Companhia é considerado suficiente para atender a todos os planos de opções caso seja necessária a emissão de novas ações para fazer frente às outorgas concedidas nos Programas.

Durante o exercício, a Ambev S.A. emitiu 5.198 mil (4.270 mil em 2013) unidades de ações diferidas relacionadas à realização imediata das opções no modelo de *Outorga I*. Estas unidades de ações diferidas são avaliadas ao valor da cotação do dia da concessão, o que representou um valor justo de aproximadamente R\$88.090 em 2014 (R\$76.487 em 2013), e terá um período de carência de cinco anos.

O número total de ações adquiridas no âmbito do plano de ações pelos funcionários, cuja entrega é diferida para um momento futuro sob determinadas condições (ações diferidas), está demonstrado a seguir:

<i>Em lotes de mil</i>	2014	2013
Ações diferidas em aberto em 1o. de janeiro	15.588	11.530
Novas ações diferidas durante o exercício	5.198	4.270
Ações diferidas entregues durante o exercício	(2.312)	-
Ações diferidas canceladas durante o exercício	(984)	(212)
Ações diferidas em aberto no final do exercício	17.490	15.588

Adicionalmente, alguns funcionários e administradores da Companhia receberam opções para aquisição de ações da controladora ABI cujo custo (*compensation cost*) está reconhecido no resultado em contrapartida do patrimônio líquido.

As transações com pagamento baseado em ações acima descritas resultaram em despesa de R\$122.112 na Controladora e R\$167.654 no Consolidado (R\$187.597 no Consolidado em 31 de dezembro de 2013) registrados na rubrica de despesa administrativa.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS

Fatores de riscos

Exposição em moeda estrangeira, taxa de juros, preços de *commodities*, a liquidez e o risco de crédito surgem no curso normal dos negócios da Companhia. A Companhia analisa cada um desses riscos tanto individualmente como em uma base interconectada, e define estratégias para gerenciar o impacto econômico sobre o desempenho da Companhia em consonância com sua Política de Gestão de Riscos Financeiros.

A utilização de derivativos pela Companhia segue estritamente as determinações da Política de Gestão de Riscos Financeiros aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da Política é fornecer diretrizes para a gestão de riscos financeiros inerentes ao mercado de capitais no qual a Ambev S.A. executa suas operações. A Política abrange quatro pontos principais: (i) estrutura de capital, financiamentos e liquidez, (ii) riscos transacionais relacionados ao negócio, (iii) riscos de conversão de balanços e (iv) riscos de crédito de contrapartes financeiras.

A Política estabelece que todos os passivos e ativos financeiros em cada país onde mantemos operações devem ser mantidos em suas respectivas moedas locais. A Política também determina os procedimentos e controles necessários para identificação, sempre que possível, mensuração e minimização de riscos de mercado, tais como variações nos níveis de câmbio, juros e *commodities* (principalmente alumínio, trigo, milho e açúcar) que possam afetar o valor de nossas receitas, custos e/ou investimentos. A Política determina que os riscos atualmente registrados (por exemplo, câmbio e juros) devem ser protegidos por meio de contratação de instrumentos financeiros derivativos. Riscos existentes, mas ainda não reconhecidos (por exemplo, aquisição futura de matérias-primas ou bens do imobilizado) devem ser protegidos com base em previsões pelo período necessário para a Companhia se adaptar ao novo cenário de custos, que pode variar de dez a quatorze meses, também com a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em sua maioria, os riscos de conversão de balanço não são protegidos. Qualquer exceção à Política deve ser aprovada pelo Conselho de Administração.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos autorizados pela Política de Gestão de Riscos Financeiros são contratos futuros negociados em bolsa, *full deliverable forwards*, *non deliverable forwards*, *swaps* e opções. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam nenhuma operação de *target forward*, *swaps* com verificação ou quaisquer outras operações de derivativos que impliquem em alavancagem além do valor nominal de seus contratos. As operações de derivativos são classificadas por estratégias de acordo com os seus objetivos, conforme demonstrado abaixo:

- i) Derivativos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa - transações previstas altamente prováveis, contratadas com o propósito de minimizar a exposição da Companhia à flutuação de câmbio e preços de matérias-primas, investimentos, equipamentos e serviços a serem adquiridos, protegidas por *hedge* de fluxo de caixa, que devem ocorrer em diversas datas durante os próximos quatorze meses. Ganhos e perdas classificados como reserva de *hedge* no patrimônio líquido são reconhecidos na demonstração do resultado no período ou nos períodos em que a transação prevista e protegida por *hedge* afetar o resultado. Isso ocorre no período de até quatorze meses da data do balanço em consonância com a Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia.
- ii) Derivativos instrumentos de *hedge* de valor justo - operações contratadas com o objetivo de proteção do endividamento líquido da Companhia contra as variações de câmbio e taxas de juros. As posições de caixa e dívida da Companhia em moeda estrangeira são constantemente acompanhadas para identificação de novas exposições.

Os resultados dessas operações, mensuradas conforme seu valor justo, são reconhecidos em cada período de apuração, no resultado financeiro.

iii) Derivativos instrumentos de *hedge* de investimento líquido - operações contratadas com o objetivo de minimizar a exposição das diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido, ou parte do investimento líquido, nas subsidiárias da Companhia localizadas no exterior por conta de tradução de balanço. A parte efetiva do *hedge* é alocada no patrimônio líquido e ocorrendo inefetividade, este resultado é contabilizado diretamente no resultado financeiro.

iv) Derivativos ao valor justo por meio de resultado - operações contratadas com o objetivo de proteger a Companhia de oscilações no resultado do exercício, porém não atendem aos requerimentos de contabilidade de *hedge* definidos no IAS 39 / CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Referem-se a derivativos contratados com o objetivo de minimizar a volatilidade de imposto de renda e contribuição social provenientes da variação cambial dos contratos de mútuo celebrados entre a Companhia e suas subsidiárias no exterior. Estes derivativos são valorizados ao valor justo, com ganhos e perdas reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social, no resultado do exercício.

As tabelas a seguir sumarizam as exposições da Companhia que foram identificadas e protegidas em conformidade com a Política de Risco da Companhia. As seguintes denominações foram aplicadas:

Hedge Operacional: Refere-se às exposições oriundas da atividade fim da Ambev S.A., tais como: compra de insumos, compra de ativos fixos e contratos de serviço atrelados à moeda estrangeira, as quais são protegidas com o uso de derivativos.

Hedge Financeiro: Refere-se às exposições oriundas de caixa e atividades de financiamento, tais como: caixa em moeda estrangeira e dívida em moeda estrangeira, as quais são protegidas com o uso de derivativos.

Hedge de investimento líquido – caixa no exterior: Refere-se às exposições oriundas de caixa em moeda estrangeira em subsidiárias no exterior cuja moeda funcional é diferente da moeda de consolidação. Uma vez que os derivativos contratados para proteção deste caixa estão contratados em entidades cuja moeda funcional é o Real, denominou-se parte dos ativos líquidos, equivalente ao caixa, destas subsidiárias no exterior como objeto de *hedge* de investimento líquido destes derivativos, de modo que o resultado do *hedge* fique registrado no grupo do resultado abrangente assim como o resultado do objeto do *hedge*.

Hedge de investimento líquido – República Dominicana: Conforme detalhado na nota 18 (d.4) a Companhia constituiu um passivo relacionado a aquisição de participação minoritária nas operações da República Dominicana. Este instrumento financeiro é denominado em Pesos Dominicanos e está registrado em empresa cuja moeda funcional é o Real. A Companhia denominou este instrumento financeiro como instrumento de *hedge* para parte de seus ativos líquidos localizados na República Dominicana, de maneira que o resultado de variação cambial deste instrumento financeiro seja registrado no grupo do resultado abrangente assim como resultado do objeto do *hedge*.

Os tipos de *hedge* são assim definidos: *hedge* de fluxo de caixa – CFH, *hedge* de investimento líquido – NIH e *hedge* econômico – ECO.

Transações protegidas em conformidade com a política de risco

Exposição					Valor Justo		Ganhos / (Perdas) reconhecidos em		
	Risco	Nocional	Tipo de instrumento	Tipo de Hedge	Ativo	Passivo	Resultado Financeiro	Resultado da Operação	Patrimônio Líquido
Custo	(6.196.208)	6.196.208	Derivativos	CFH	76.350	(371.967)	(627.121)	251.224	445.351
Despesa	6.199.061	(6.199.061)	Derivativos	ECO	427.843	(893.726)	324.936	-	-
Hedge operacional	2.853	(2.853)			504.193	(1.265.693)	(302.185)	251.224	445.351
Caixa em moeda estrangeira	(2.242.745)	2.242.745	Derivativos	ECO	113.835	(291.571)	150.341	-	-
Caixa em moeda local	1.070.000	(1.070.000)	Derivativos	ECO	145	(1.642)	(4.396)	-	-
Dívida em moeda estrangeira	(212.658)	212.658	Derivativos	ECO	-	(4.633)	(3.162)	-	-
Dívida em moeda local	(397.393)	397.393	Derivativos	FVH	4.725	(18.424)	(277)	-	-
Hedge financeiro	(1.782.796)	1.782.796			118.705	(316.270)	142.506	-	-
Hedge investimento líquido	1.745.521	(1.745.521)	Derivativos	NIH	223.209	(290.735)	413.342	-	(368.243)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(34.422)	34.422			846.107	(1.872.698)	253.663	251.224	77.108

Exposição					Valor Justo		Ganhos / (Perdas) reconhecidos em		
	Risco	Nocional	Tipo de instrumento	Tipo de Hedge	Ativo	Passivo	Resultado Financeiro	Resultado da Operação	Patrimônio Líquido
Custo	(8.619.334)	8.619.334	Derivativos	CFH	118.204	(438.309)	(922.387)	251.224	445.351
Despesa	6.199.061	(6.199.061)	Derivativos	ECO	427.843	(893.726)	324.936	-	-
Hedge operacional	(2.420.273)	2.420.273			546.047	(1.332.035)	(597.451)	251.224	445.351
Caixa em moeda estrangeira	(2.242.745)	2.242.745	Derivativos	ECO	113.835	(291.571)	150.341	-	-
Caixa em moeda local	1.070.000	(1.070.000)	Derivativos	ECO	145	(1.642)	(4.396)	-	-
Dívida em moeda estrangeira	(588.939)	212.658	Derivativos	ECO	-	(4.633)	(3.162)	-	-
Dívida em moeda local	(397.393)	397.393	Derivativos	FVH	4.725	(18.424)	(277)	-	-
Hedge financeiro	(2.159.077)	1.782.796			118.705	(316.270)	142.506	-	-
Hedge investimento líquido	1.745.521	(1.745.521)	Derivativos	NIH	223.209	(290.735)	413.342	-	(368.243)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(2.833.829)	2.457.548			887.961	(1.939.040)	(41.603)	251.224	77.108

Controladora

Consolidado

Exposição	Consolidado								
	Risco	Nocional	Tipo de instrumento	Tipo de Hedge	Valor Justo		Ganhos / (Perdas) reconhecidos em		
					Ativo	Passivo	Resultado Financeiro	Resultado da Operação	Patrimônio Líquido
Custo	(7.955.089)	7.955.089	Derivativo	CFH	290.483	(243.932)	(463.942)	220.611	280.946
Despesa	4.259.288	(4.259.288)	Derivativo	ECO	209.345	(564.822)	169.083	-	-
Hedge operacional	(3.695.801)	3.695.801			499.828	(808.754)	(294.859)	220.611	280.946
Caixa em moeda estrangeira	(1.628.977)	1.628.977	Derivativo	ECO	32.904	(85.658)	223.768	-	-
Caixa em moeda local	350.000	(350.000)	Derivativo	ECO	477	(646)	(8.211)	-	-
Dívida em moeda estrangeira	(698.804)	304.421	Derivativo	ECO	2.234	-	24.458	-	-
Dívida em moeda local	(300.000)	300.000	Derivativo	FVH	-	(17.449)	(30.442)	-	-
Hedge financeiro	(2.277.781)	1.883.398			35.615	(103.753)	209.573	-	-
Hedge investimento líquido	3.209.972	(3.209.972)	Derivativo	NIH	75.863	(65.552)	199.762	-	(429.851)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(2.763.610)	2.369.227			611.306	(978.059)	114.476	220.611	(148.905)

I. Riscos de mercado

a.1) Risco de moeda estrangeira

A Companhia incorre em risco cambial sobre empréstimos, investimentos, compras, dividendos e despesas/receitas com juros sempre que eles são denominados em moeda diferente da moeda funcional da subsidiária. Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados para administrar o risco de moeda estrangeira são contratos de futuros, *swaps*, opções, *non deliverable forwards* e *full deliverable forwards*.

a.2) Risco de commodities

Parte significativa dos insumos da Companhia é composta de *commodities*, as quais apresentam, historicamente, oscilações relevantes de preços. A Companhia, portanto, utiliza contratos de compra com preço fixo e a contratação de instrumentos financeiros derivativos para minimizar a exposição à volatilidade dos preços das *commodities*. A Companhia tem posições importantes para os seguintes produtos: alumínio, açúcar, trigo e milho. Os instrumentos financeiros derivativos contratados para este fim foram designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

a.3) Risco de taxa de juros

A Companhia aplica uma abordagem dinâmica de *hedge* de taxa de juros segundo a qual a composição de destino entre a dívida de taxa fixa e flutuante é revista periodicamente. O objetivo da política da Companhia é alcançar um equilíbrio entre o custo de captação e a volatilidade dos resultados financeiros. Para isso, leva-se em conta as condições do mercado bem como a estratégia de negócios e periodicamente essa estratégia é revisada.

A tabela abaixo demonstra o total de dívida da Companhia e o cenário antes e após a estratégia de hedge de taxa de juros:

Controladora				
2014				
	Pré - Hedge		Pós - Hedge	
	Taxa de juros	Montante	Taxa de juros	Montante
Dívida em Real Brasileiro	6,5%	810.947	5,1%	442.872
Dívida em Dólar Americano	0,4%	74.064	0,0%	-
Taxa de juros pré-fixado		885.011		442.872
Dívida em Real Brasileiro	7,2%	1.162.635	8,0%	1.841.457
Dívida em Dólar Americano	1,7%	236.683	0,0%	-
Taxa de juros pós-fixado		1.399.318		1.841.457
Controladora				
2013				
	Pré - Hedge		Pós - Hedge	
	Taxa de juros	Montante	Taxa de juros	Montante
Dívida em Real Brasileiro	3,5%	86.415	3,5%	86.415
Taxa de juros pré-fixado		86.415		86.415

Consolidado				
2014				
Pré - Hedge		Pós - Hedge		
	Taxa de juros	Montante	Taxa de juros	Montante
Dívida em Real Brasileiro	6,4%	832.133	5,1%	464.060
Dívida em Peso Argentino	23,7%	98.906	23,7%	98.906
Dívida em Peso Dominicano	10,4%	60.096	10,4%	60.096
Dívida em Dólar Americano	3,9%	18.811	5,9%	12.600
Dívida em Quetzal Guatemalteco	7,9%	8.113	7,9%	8.111
Taxa de juros pré-fixado		1.018.059		643.773
Dívida em Real Brasileiro	7,2%	1.162.634	8,7%	1.773.786
Dívida em Dólar Americano	1,9%	537.113	2,1%	300.247
Dívida em Peso Dominicano	9,1%	3.906	9,1%	3.906
Taxa de juros pós-fixado		1.703.653		2.077.939

Consolidado				
2013				
Pré - Hedge		Pós - Hedge		
	Taxa de juros	Montante	Taxa de juros	Montante
Dívida em Real Brasileiro	5,9%	682.658	3,5%	403.627
Dívida em Peso Dominicano	13,0%	47.116	13,0%	47.116
Dívida em Dólar Americano	0,5%	160.240	5,5%	16.015
Taxa de juros pré-fixado		890.014		466.758
Dívida em Real Brasileiro	7,2%	1.254.047	8,2%	2.019.902
Dívida em Dólar Americano	1,7%	732.832	1,7%	390.233
Dívida em Peso Dominicano	8,1%	28.952	8,1%	28.952
Taxa de juros pós-fixado		2.015.831		2.439.087

Análise de Sensibilidade

A Companhia mitiga seus riscos em ativos e passivos financeiros não derivativos substancialmente, por intermédio de contratação de instrumentos financeiros derivativos. Neste contexto, a Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros derivativos e, com isso, desenvolveu uma análise de sensibilidade com base em três cenários que poderão gerar impactos nos resultados e/ou no fluxo de caixa futuros da Companhia, conforme descrito abaixo:

1 - Cenário Provável: expectativa da Administração de deterioração de cada fator de risco principal de cada transação. Para estimar os possíveis efeitos nos resultados das operações de derivativos, a Companhia utiliza o cálculo do *Value at Risk* – *VaR* paramétrico. O *VaR* é uma medida estatística desenvolvida por meio de estimativas de desvio padrão e de correlações entre os retornos dos diversos fatores de risco. Este modelo tem como resultado a perda limite esperada para um ativo, em um determinado exercício de tempo e intervalo de confiança. De acordo com esta metodologia, utilizamos como parâmetros para o cálculo, a exposição potencial de cada instrumento financeiro, um intervalo de confiança de 95% e um horizonte de 21 dias a partir de 31 de dezembro de 2014, os quais estão apresentados em módulo.

2 - Cenário Adverso: deterioração de 25% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2014.

3 - Cenário Remoto: deterioração de 50% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2014.

		Controladora			
Transação	Risco	Valor justo	Cenário Provável	Cenário Adverso	Cenário Remoto
<i>Hedge</i> cambial	Desvalorização de	(166.622)	(307.618)	(1.295.186)	(2.423.751)
Compras de insumos	moeda estrangeira	166.622	307.618	1.295.186	2.423.751
<i>Hedge commodities</i>	Queda no preço	(127.586)	(132.674)	(498.731)	(869.876)
Compras de insumos	das <i>commodities</i>	127.586	132.674	498.731	869.876
<i>Hedge</i> cambial	Desvalorização de	(1.409)	(15.769)	(50.752)	(100.094)
Compra de <i>capex</i>	moeda estrangeira	1.409	15.769	50.752	100.094
<i>Hedge</i> cambial	Valorização de	(465.883)	(505.556)	(1.419.653)	(2.373.423)
Despesas Fiscais	moeda estrangeira	465.883	505.556	1.419.653	2.373.423
<i>Hedge operacional</i>		(761.500)	(961.617)	(3.264.322)	(5.767.144)
Compras operacionais		761.500	961.617	3.264.322	5.767.144
Efeito líquido		-	-	-	-
<i>Hedge</i> cambial	Valorização de	(182.369)	(410.226)	(1.484.138)	(2.785.907)
Dívida líquida	moeda estrangeira	182.369	410.226	1.484.138	2.785.907
<i>Hedge</i> de juros	Aumento da Taxa	(15.196)	(23.407)	(314.373)	(298.794)
Despesa com juros	de juros	15.196	23.407	314.373	298.794
<i>Hedge financeiro</i>		(197.565)	(433.633)	(1.798.511)	(3.084.701)
Dívida líquida e juros		197.565	433.633	1.798.511	3.084.701
Efeito líquido		-	-	-	-
<i>Hedge</i> de investimento	Valorização de	(67.526)	(214.402)	(928.156)	(1.788.785)
Investimento no exterior	moeda estrangeira	67.526	214.402	928.156	1.788.785
<i>Hedge de investimento líquido</i>		(67.526)	(214.402)	(928.156)	(1.788.785)
Investimento no Exterior		67.526	214.402	928.156	1.788.785
Efeito líquido		-	-	-	-
		Consolidado			
Transação	Risco	Valor justo	Cenário Provável	Cenário Adverso	Cenário Remoto
<i>Hedge</i> cambial	Desvalorização de	(167.438)	(371.237)	(1.789.037)	(3.410.636)
Compras de insumos	moeda estrangeira	167.438	371.237	1.789.037	3.410.636
<i>Hedge commodities</i>	Queda no preço	(145.835)	(149.310)	(556.556)	(967.276)
Compras de insumos	das <i>commodities</i>	145.835	149.310	556.556	967.276
<i>Hedge</i> cambial	Desvalorização de	(6.831)	(21.625)	(86.705)	(166.578)
Compra de <i>capex</i>	moeda estrangeira	6.831	21.625	86.705	166.578
<i>Hedge</i> cambial	Valorização de	(465.883)	(505.556)	(1.419.653)	(2.373.423)
Despesas Fiscais	moeda estrangeira	465.883	505.556	1.419.653	2.373.423
<i>Hedge operacional</i>		(785.987)	(1.047.728)	(3.851.951)	(6.917.913)
Compras operacionais		785.987	1.047.728	3.851.951	6.917.913
Efeito líquido		-	-	-	-
<i>Hedge</i> cambial	Valorização de	(182.369)	(410.226)	(1.484.138)	(2.785.907)
Dívida líquida	moeda estrangeira	182.369	398.857	1.390.068	2.597.767
<i>Hedge</i> de juros	Aumento da Taxa	(15.196)	(23.407)	(314.373)	(298.794)
Despesa com juros	de juros	15.196	23.407	314.373	298.794
<i>Hedge financeiro</i>		(197.565)	(433.633)	(1.798.511)	(3.084.701)
Dívida líquida e juros		197.565	422.264	1.704.441	2.896.561
Efeito líquido		-	(11.369)	(94.070)	(188.140)
<i>Hedge</i> de investimento	Valorização de	(67.526)	(214.402)	(928.156)	(1.788.785)
Investimento no exterior	moeda estrangeira	67.526	214.402	928.156	1.788.785
<i>Hedge de investimento líquido</i>		(67.526)	(214.402)	(928.156)	(1.788.785)
Investimento no Exterior		67.526	214.402	928.156	1.788.785
Efeito líquido		-	-	-	-

Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2014 apresentavam as seguintes faixas de vencimentos de Valor Nominal e Valor Justo por instrumento:

		Valor Nocional					
Fator de Risco / Hedge	Instrumento Financeiro	2015	2016	2017	2018	>2019	Total
Moeda estrangeira	Contratos futuros	3.859.883	-	-	-	-	3.859.883
Moeda estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	851.746	-	-	-	-	851.746
<i>Commodity</i>	Contratos futuros	855.792	-	-	-	-	855.792
<i>Commodity</i>	<i>Swaps</i>	628.787	-	-	-	-	628.787
Hedge custo		6.196.208	-	-	-	-	6.196.208
Moeda estrangeira	Contratos futuros	(5.602)	-	-	-	-	(5.602)
Moeda estrangeira	<i>Swaps/Non Deliverable Forwards</i>	(6.318.964)	125.505	-	-	-	(6.193.459)
Hedge despesa		(6.324.566)	125.505	-	-	-	(6.199.061)
Moeda estrangeira	Contratos futuros	3.366.595	-	-	-	-	3.366.595
Moeda estrangeira	<i>Swaps</i>	251.986	-	-	-	-	251.986
Moeda estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	(1.375.836)	-	-	-	-	(1.375.836)
Hedge caixa em moeda estrangeira		2.242.745	-	-	-	-	2.242.745
Taxas de Juros	Contratos futuros	-	(370.000)	(300.000)	(400.000)	-	(1.070.000)
Hedge caixa em moeda local		-	(370.000)	(300.000)	(400.000)	-	(1.070.000)
Moeda estrangeira	Contratos futuros	212.658	-	-	-	-	212.658
Hedge dívida em moeda estrangeira		212.658	-	-	-	-	212.658
Taxas de Juros	<i>Swaps</i>	-	-	300.000	-	97.393	397.393
Hedge caixa em moeda local		-	-	300.000	-	97.393	397.393
Moeda estrangeira	Contratos futuros	(2.594.020)	-	-	-	-	(2.594.020)
Moeda estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	848.499	-	-	-	-	848.499
Hedge de investimento líquido		(1.745.521)	-	-	-	-	(1.745.521)
Total Derivativos		581.524	(244.495)	-	(400.000)	97.393	34.422

		Valor Justo					
Fator de Risco / Hedge	Instrumento Financeiro	2015	2016	2017	2018	>2019	Total
Moeda estrangeira	Contratos futuros	(83.234)	-	-	-	-	(83.234)
Moeda estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	(84.797)	-	-	-	-	(84.797)
<i>Commodity</i>	Contratos futuros	(97.376)	(7.122)	-	-	-	(104.498)
<i>Commodity</i>	<i>Swaps</i>	(23.088)	-	-	-	-	(23.088)
Hedge custo		(288.495)	(7.122)	-	-	-	(295.617)
Moeda estrangeira	Contratos futuros	4.265	-	-	-	-	4.265
Moeda estrangeira	<i>Swaps/Non Deliverable Forwards</i>	(469.262)	(886)	-	-	-	(470.148)
Hedge despesa		(464.997)	(886)	-	-	-	(465.883)
Moeda estrangeira	Contratos futuros	(73.828)	-	-	-	-	(73.828)
Moeda estrangeira	<i>Swaps</i>	(12.974)	-	-	-	-	(12.974)
Moeda estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	(90.934)	-	-	-	-	(90.934)
Hedge caixa em moeda estrangeira		(177.736)	-	-	-	-	(177.736)
Taxas de Juros	Contratos futuros	-	(86)	(344)	(1.067)	-	(1.497)
Hedge caixa em moeda local		-	(86)	(344)	(1.067)	-	(1.497)
Moeda estrangeira	Contratos futuros	(4.633)	-	-	-	-	(4.633)
Hedge dívida em moeda estrangeira		(4.633)	-	-	-	-	(4.633)
Taxas de Juros	<i>Swaps</i>	-	-	(18.424)	-	4.725	(13.699)
Hedge caixa em moeda local		-	-	(18.424)	-	4.725	(13.699)
Moeda estrangeira	Contratos futuros	39.131	-	-	-	-	39.131
Moeda estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	(106.657)	-	-	-	-	(106.657)
Hedge de investimento líquido		(67.526)	-	-	-	-	(67.526)
Total Derivativos		(1.003.387)	(8.094)	(18.768)	(1.067)	4.725	(1.026.591)

		Valor Nominal					
Fator de Risco / Hedge	Instrumento Financeiro	2015	2016	2017	2018	>2019	Total
Moeda estrangeira	Contratos futuros	3.859.883	-	-	-	-	3.859.883
Moeda estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	2.355.300	-	-	-	-	2.355.300
Moeda estrangeira	<i>Deliverable Forwards</i>	759.828	-	-	-	-	759.828
<i>Commodity</i>	Contratos futuros	872.340	630	-	-	-	872.970
<i>Commodity</i>	<i>Swaps</i>	771.353	-	-	-	-	771.353
Hedge custo		8.618.704	630	-	-	-	8.619.334
Moeda estrangeira	Contratos futuros	(5.602)	-	-	-	-	(5.602)
Moeda estrangeira	<i>Swaps / Non Deliverable Forwards</i>	(6.318.964)	125.505	-	-	-	(6.193.459)
Hedge despesa		(6.324.566)	125.505	-	-	-	(6.199.061)
Moeda estrangeira	Contratos futuros	3.366.595	-	-	-	-	3.366.595
Moeda estrangeira	<i>Swaps</i>	251.986	-	-	-	-	251.986
Moeda estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	(1.375.836)	-	-	-	-	(1.375.836)
Hedge caixa em moeda estrangeira		2.242.745	-	-	-	-	2.242.745
Taxas de Juros	<i>Contratos futuros</i>	-	(370.000)	(300.000)	(400.000)	-	(1.070.000)
Hedge caixa em moeda local		-	(370.000)	(300.000)	(400.000)	-	(1.070.000)
Moeda estrangeira	Contratos futuros	212.658	-	-	-	-	212.658
Hedge dívida em moeda estrangeira		212.658	-	-	-	-	212.658
Taxas de Juros	<i>Swaps</i>	-	-	300.000	-	97.393	397.393
Hedge caixa em moeda local		-	-	300.000	-	97.393	397.393
Moeda estrangeira	Contratos futuros	(2.594.020)	-	-	-	-	(2.594.020)
Moeda estrangeira	<i>Non Deliverable Forwards</i>	848.499	-	-	-	-	848.499
Hedge de investimento líquido		(1.745.521)	-	-	-	-	(1.745.521)
Total Derivativos		3.004.020	(243.865)	-	(400.000)	97.393	2.457.548

		Valor Justo					Consolidado
Fator de Risco / Hedge	Instrumento Financeiro	2015	2016	2017	2018	>2019	Total
Moeda estrangeira	Contratos futuros	(83.234)	-	-	-	-	(83.234)
Moeda estrangeira	Non Deliverable Forwards	(110.175)	-	-	-	-	(110.175)
Moeda estrangeira	Deliverable Forwards	19.139	-	-	-	-	19.139
Commodity	Contratos futuros	(99.735)	(7.304)	-	-	-	(107.039)
Commodity	Swaps	(38.371)	(426)	-	-	-	(38.797)
Hedge custo		(312.376)	(7.730)	-	-	-	(320.106)
Moeda estrangeira	Contratos futuros	4.265	-	-	-	-	4.265
Moeda estrangeira	Swaps / Non Deliverable Forwards	(469.262)	(886)	-	-	-	(470.148)
Hedge despesa		(464.997)	(886)	-	-	-	(465.883)
Moeda estrangeira	Contratos futuros	(73.828)	-	-	-	-	(73.828)
Moeda estrangeira	Swaps	(12.974)	-	-	-	-	(12.974)
Moeda estrangeira	Non Deliverable Forwards	(90.934)	-	-	-	-	(90.934)
Hedge caixa em moeda estrangeira		(177.736)	-	-	-	-	(177.736)
Taxas de Juros	Contratos futuros	-	(86)	(344)	(1.067)	-	(1.497)
Hedge caixa em moeda local		-	(86)	(344)	(1.067)	-	(1.497)
Moeda estrangeira	Contratos futuros	(4.633)	-	-	-	-	(4.633)
Hedge dívida em moeda estrangeira		(4.633)	-	-	-	-	(4.633)
Taxas de Juros	Swaps	-	-	(18.424)	-	4.725	(13.699)
Hedge caixa em moeda local		-	-	(18.424)	-	4.725	(13.699)
Moeda estrangeira	Contratos futuros	39.131	-	-	-	-	39.131
Moeda estrangeira	Non Deliverable Forwards	(106.657)	-	-	-	-	(106.657)
Hedge de investimento líquido		(67.526)	-	-	-	-	(67.526)
Total Derivativos		(1.027.268)	(8.701)	(18.768)	(1.067)	4.725	(1.051.079)

II. Risco de crédito

Concentração de risco de crédito no contas a receber

Parte substancial das vendas da Companhia é feita a distribuidores, supermercados e varejistas dentro de ampla rede de distribuição. O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e dos procedimentos de controle que o monitoram. Historicamente, a Companhia não registra perdas significativas em contas a receber de clientes.

Concentração de risco de crédito de contraparte

A fim de minimizar o risco de crédito de seus investimentos, a Companhia adotou políticas de alocação de caixa e investimentos, levando em consideração limites e avaliações de créditos de instituições financeiras, não permitindo concentração de crédito, ou seja, o risco de crédito é monitorado e minimizado, pois as negociações são realizadas apenas com um seleto grupo de contrapartes altamente qualificado.

A definição das instituições financeiras autorizadas a operar como contrapartes da Companhia está descrita em nossa Política de Risco de Crédito. A Política de Risco de Crédito estabelece limites máximos de exposição a cada contraparte com base na classificação de risco e na capitalização de cada contraparte.

A Companhia adota, com a finalidade de minimizar o risco de crédito junto às suas contrapartes nas operações significativas de derivativos, cláusulas de “gatilhos”

bilaterais. De acordo com estas cláusulas, sempre que o valor justo de uma operação superar uma percentagem de seu valor nocional (geralmente entre 10% e 15%), a parte devedora liquida a diferença em relação a este limite em favor da parte credora.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantinha aplicações financeiras relevantes nas seguintes instituições financeiras: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Morgan Stanley, Deutsche Bank, Itaú, Citibank, Toronto Dominion Bank, ING, JP Morgan Chase, Santander e HSBC. A Companhia possuía contratos de derivativos com as seguintes instituições financeiras: Barclays, Citibank, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Deutsche Bank, Itaú, JP Morgan Chase, Santander, ScotiaBank, Société Generale, Banco Bisa, Goldman Sachs, BNB, BNP Paribas, Macquarie e TD Securities.

Os valores contábeis de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, excluindo pagamentos antecipados, impostos a recuperar e instrumentos financeiros derivativos estão apresentados líquidos das provisões de *impairment* reconhecidas e representam a exposição máxima de risco de crédito em 31 de dezembro de 2014. Não havia nenhuma concentração de risco de crédito com quaisquer contrapartes em 31 de dezembro de 2014.

III. Risco de liquidez

A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, junto com os instrumentos financeiros derivativos e acesso a facilidades de empréstimo é suficiente para financiar as despesas de capital, o passivo financeiro e pagamento de dividendos no futuro.

IV. Gerenciamento de Capital

A Ambev S.A. está constantemente otimizando sua estrutura de capital visando maximizar o valor do investimento dos acionistas, mantendo a desejada flexibilidade financeira para executar os projetos estratégicos. Além dos requisitos legais mínimos de financiamento de capital próprio que se aplicam às subsidiárias nos diferentes países, a Ambev S.A. não está sujeita a quaisquer requerimentos externos de capital. Ao analisar sua estrutura de capital, a Ambev S.A. utiliza a mesma relação de dívida e classificações de capital aplicada nas suas demonstrações contábeis.

Instrumentos financeiros

(a) Categoria dos instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia é efetuada por estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita pela análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.).

O quadro abaixo demonstra todos os instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia, segregados por categoria:

Controladora					
2014					
Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Ativos/Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Passivos mensurados pelo custo amortizado	Total
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	5.165.282	-	-	-	5.165.282
Aplicações financeiras	-	67.651	684.861	-	752.512
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	3.887.523	-	-	-	3.887.523
Instrumentos financeiros derivativos	-	541.823	304.284	-	846.107
Total	9.052.805	67.651	1.226.684	304.284	10.651.424
Passivos financeiros					
Contas a pagar e outros passivos	-	3.289.778	-	22.410.948	25.700.726
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.191.572	681.126	-	1.872.698
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	2.210.265	2.210.265
Total	-	4.481.350	681.126	24.621.213	29.783.689
Controladora					
2013					
Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Ativos/Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Passivos mensurados pelo custo amortizado	Total
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	137.021	-	-	-	137.021
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	9.570	-	-	-	9.570
Total	146.591	-	-	-	146.591
Passivos financeiros					
Contas a pagar e outros passivos	-	-	-	41.226	41.226
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	86.415	86.415
Total	-	-	-	127.641	127.641

Consolidado					
2014					
Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Ativos/Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Passivos mensurados pelo custo amortizado	Total
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	9.722.067	-	-	-	9.722.067
Aplicações financeiras	-	67.966	712.958	-	780.924
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	5.257.006	-	-	-	5.257.006
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	541.823	346.138	887.961
Total	14.979.073	67.966	1.254.781	346.138	16.647.958
Passivos financeiros					
Contas a pagar e outros passivos	-	-	3.289.778	9.182.651	12.472.429
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.191.572	747.468	1.939.040
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	2.622.623	2.622.623
Total	-	-	4.481.350	11.805.274	17.034.092
Consolidado					
2013					
Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Ativos/Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Derivativos usados para hedge	Passivos mensurados pelo custo amortizado	Total
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	11.538.241	-	-	-	11.538.241
Aplicações financeiras	-	63.796	288.604	-	352.400
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	4.999.730	-	-	-	4.999.730
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	244.960	366.346	611.306
Total	16.537.971	63.796	533.564	366.346	17.501.677
Passivos financeiros					
Contas a pagar e outros passivos	-	-	2.520.747	8.313.615	10.834.362
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	651.126	326.933	978.059
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	2.905.845	2.905.845
Total	-	-	3.171.873	11.219.460	14.718.266

(b) Classificação dos instrumentos financeiros por tipo de mensuração do valor justo

O IFRS 13 / CPC 46 – *Mensuração do Valor Justo* define valor justo como sendo o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Ainda de acordo com o IFRS 13, os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo devem ser classificados entre as categorias abaixo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 - Informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e

Nível 3 - Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

	Controladora							
	2014				2013			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	684.861	-	-	684.861	-	-	-	-
Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado	97.801	444.022	-	541.823	-	-	-	-
Derivativos - <i>Hedge</i> operacional	28.760	47.590	-	76.350	-	-	-	-
Derivativos - <i>Hedge</i> de valor justo	-	4.725	-	4.725	-	-	-	-
Derivativos - <i>Hedge</i> de investimento líquido	89.025	134.184	-	223.209	-	-	-	-
	900.447	630.521	-	1.530.968	-	-	-	-
Passivos Financeiros								
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ⁽ⁱ⁾	-	-	3.289.778	3.289.778	-	-	-	-
Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado	173.495	1.018.077	-	1.191.572	-	-	-	-
Derivativos - <i>Hedge</i> operacional	188.570	183.397	-	371.967	-	-	-	-
Derivativos - <i>Hedge</i> de valor justo	-	18.424	-	18.424	-	-	-	-
Derivativos - <i>Hedge</i> de investimento líquido	49.894	240.841	-	290.735	-	-	-	-
	411.959	1.460.739	3.289.778	5.162.476	-	-	-	-

	Consolidado							
	2014				2013			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	712.958	-	-	712.958	288.604	-	-	288.604
Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado	97.801	444.022	-	541.823	62.269	182.691	-	244.960
Derivativos - <i>Hedge</i> operacional	28.760	89.444	-	118.204	154.318	136.165	-	290.483
Derivativos - <i>Hedge</i> de valor justo	-	4.725	-	4.725	-	-	-	-
Derivativos - <i>Hedge</i> de investimento líquido	89.025	134.184	-	223.209	698	75.165	-	75.863
	928.544	672.375	-	1.600.919	505.889	394.021	-	899.910
Passivos Financeiros								
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ⁽ⁱ⁾	-	-	3.289.778	3.289.778	-	-	2.520.747	2.520.747
Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado	173.495	1.018.077	-	1.191.572	38.424	612.702	-	651.126
Derivativos - <i>Hedge</i> operacional	221.860	216.449	-	438.309	160.878	83.054	-	243.932
Derivativos - <i>Hedge</i> de valor justo	-	18.424	-	18.424	-	17.449	-	17.449
Derivativos - <i>Hedge</i> de investimento líquido	49.894	240.841	-	290.735	31.010	34.542	-	65.552
	445.249	1.493.791	3.289.778	5.228.818	230.312	747.747	2.520.747	3.498.806

(i) Refere-se à opção de venda de participação em controlada conforme Nota 18 d(4).

Reconciliação da movimentação da categorização do Nível 3

	Controladora	Consolidado
Saldo do Passivo Financeiro em 31 de dezembro de 2013	-	2.520.747
Efeito de reestruturação, incorporação controladas (Nota 1(b))	2.520.747	-
Total de ganhos e perdas no exercício	769.031	769.031
Despesa reconhecida no resultado do exercício	503.578	503.578
Despesa reconhecida em outros resultado abrangentes	265.453	265.453
Saldo do Passivo Financeiro em 31 de dezembro de 2014 ⁽ⁱ⁾	3.289.778	3.289.778

(i) O passivo foi registrado na rubrica de “Outros passivos” no balanço patrimonial.

(c) Valor justo dos passivos mensurados pelo custo amortizado

Os passivos, empréstimos e financiamentos, e as contas a pagar excluindo impostos a recolher da Companhia estão contabilizados a valor de custo, atualizados monetariamente de acordo com o método de taxa efetiva, acrescidos de variações monetárias e cambiais, conforme índices de fechamento de cada exercício.

Caso a Companhia tivesse adotado o critério de reconhecimento de seus passivos financeiros ao custo amortizado a valor de mercado, teria apurado uma perda adicional, antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, de aproximadamente R\$(12.554) na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2014 (R\$(11.593) no Consolidado em 31 de dezembro de 2013), conforme demonstrado na tabela a seguir:

	Controladora					
	2014			2013		
	Contábil	Mercado	Diferença	Contábil	Mercado	Diferença
FINEP - Moeda Nacional	86.503	86.503	-	86.415	86.415	-
BNDES - Moeda Nacional	1.423.609	1.423.609	-	-	-	-
BNDES - Moeda Internacional	236.683	236.683	-	-	-	-
Bond 2017	281.572	294.126	(12.554)	-	-	-
Incentivo Fiscal	181.898	181.898	-	-	-	-
Contas a pagar e outros passivos	22.410.948	22.410.948	-	957.201	957.201	-
	24.621.213	24.633.767	(12.554)	1.043.616	1.043.616	-

	Consolidado					
	2014			2013		
	Contábil	Mercado	Diferença	Contábil	Mercado	Diferença
Financiamentos internacionais (outras moedas)	369.134	369.134	-	605.562	605.562	-
FINEP - Moeda Nacional	86.503	86.503	-	86.415	86.415	-
BNDES - Moeda Nacional	1.444.796	1.444.796	-	1.381.021	1.381.021	-
BNDES - Moeda Internacional	236.683	236.683	-	342.416	342.416	-
Bond 2017	281.572	294.126	(12.554)	279.032	290.625	(11.593)
Incentivo Fiscal	181.898	181.898	-	190.235	190.235	-
Financial Leasing - Moeda Internacional	22.038	22.038	-	21.164	21.164	-
Contas a pagar e outros passivos	9.182.651	9.182.651	-	8.313.615	8.313.615	-
	11.805.275	11.817.829	(12.554)	11.219.460	11.231.053	(11.593)

A apuração do valor de mercado dos títulos de dívida foi baseada em cotações de corretores de investimento, em cotações dos bancos que prestam serviços à Ambev S.A. e no valor de mercado secundário dos títulos na data-base de 31 de dezembro de 2014, sendo de aproximadamente 98,04% para o *Bond* 2017 (96,88% em 31 de dezembro de 2013).

Apuração do valor justo de derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos calculando o seu valor presente por meio da utilização das curvas de mercado que impactam o instrumento nas datas de apuração. No caso de *swaps*, tanto a ponta ativa quanto a ponta passiva são estimadas de forma independente e trazidas a valor presente, onde a diferença do resultado entre as pontas gera o valor de mercado do *swap*. Para os instrumentos financeiros negociados em bolsa, o valor justo é calculado de acordo com os preços de ajustes divulgados pelas mesmas.

Margens dadas em garantia

Para atender às garantias exigidas pelas bolsas de derivativos e/ou contrapartes contratadas em determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, a Companhia mantinha em 31 de dezembro de 2014 um montante de R\$698.145 na Controladora e no Consolidado em aplicações de liquidez imediata ou em espécie, classificado como caixa e equivalentes de caixa (R\$647.847 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2013).

Compensação de ativos e passivos financeiros

Para os ativos e passivos financeiros sujeitos a acordos de liquidação pelo valor líquido ou acordos similares, cada acordo entre a Companhia e a contraparte permite esse tipo de liquidação quando ambas as partes fazem essa opção. Na ausência de tal eleição, os ativos e passivos financeiros serão liquidados pelos seus valores brutos, porém cada parte terá a opção de liquidá-los pelo valor líquido, no caso de inadimplência da parte contrária.

29. ARRENDAMENTO OPERACIONAL

A Companhia arrenda principalmente centros de distribuição e salas comerciais. O arrendamento é feito normalmente para um período de 5 a 10 anos, com opção de renovação após essa data.

O saldo dos arrendamentos operacionais a pagar está demonstrado a seguir, por prazo de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Menos de 1 ano	-	-	28.697	62.842
De 1 a 5 anos	-	-	53.201	160.347
Mais de 5 anos	-	-	38.392	74.056
	-	-	120.290	297.245

Em 2014, a despesa de arrendamento operacional totalizou R\$43.497 no resultado do exercício (R\$65.234 em 2013).

30. GARANTIAS, OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, ADIANTAMENTO DE CLIENTES E OUTROS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Cauções	1.223.963	-	1.223.963	1.193.932
Outros compromissos	-	-	497.873	447.246
	1.223.963	-	1.721.836	1.641.178
Compromissos contratuais com fornecedores	7.640.966	-	8.271.355	11.918.718
Compromissos contratuais - <i>Bond 17</i>	300.000	-	300.000	300.000
	7.940.966	-	8.571.355	12.218.718

Em 31 de dezembro de 2014, as cauções e outros compromissos totalizavam R\$1.223.963 na Controladora e R\$ 1.721.836 no Consolidado, incluindo R\$518.260 na Controladora e R\$525.944 no Consolidado em garantias em dinheiro. Os depósitos em dinheiro para garantia são apresentados como parte do contas a receber. Adicionalmente, para atender às garantias exigidas pelas bolsas de derivativos e/ou contrapartes contratadas em determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, a Companhia mantinha, em 31 de dezembro de 2014 na Controladora e no Consolidado, um montante de R\$698.145 em aplicações de liquidez imediata ou espécie (Nota 28 - *Instrumentos financeiros e riscos*).

A maior parte do saldo de compromissos contratuais refere-se a obrigações com fornecedores de embalagens.

A Companhia é garantidora do *Bond 2017* no valor de R\$300.000, remunerado a 9,5% ao ano, com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em julho de 2017.

O vencimento dos compromissos contratuais em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Menos de 1 ano	3.477.970	-	3.776.816	3.438.320
Entre 1 e 2 anos	2.388.778	-	2.555.578	2.379.406
Mais de 2 anos	2.074.218	-	2.238.961	6.400.992
	7.940.966	-	8.571.355	12.218.718

31. CONTINGÊNCIAS

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios.

Os passivos contingentes prováveis estão totalmente provisionados, conforme detalhado na nota explicativa 16 - *Provisões*.

Adicionalmente, a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda, classificados pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
PIS e COFINS	274.192	-	305.442	363.919
ICMS e IPI	5.074.181	-	5.648.753	3.807.350
IRPJ e CSLL	9.952.947	-	12.946.672	10.196.153
Trabalhistas	102.152	-	207.867	135.736
Cíveis	199.437	-	3.546.357	161.613
Outros	1.611.591	-	1.668.220	1.386.559
	17.214.500	-	24.323.311	16.051.330

Principais processos com probabilidade de perda possível

Ágio

Em dezembro de 2011, a Companhia recebeu uma autuação da Secretaria da Receita Federal do Brasil referente, principalmente, à glosa de despesas de amortização do ágio decorrente da incorporação da InBev Holding Brasil S.A.. Em novembro de 2014, o CARF concluiu o julgamento do recurso e a AmBev aguarda ser intimada da decisão. Considerando que o julgamento foi parcialmente favorável, a AmBev apresentará recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais, assim que for intimada. A Ambev S.A. considera a probabilidade de perda no valor de R\$4,2 bilhões (R\$3,9 bilhões em 31 de dezembro de 2013) relacionado a essa autuação como possível. A Companhia não constituiu nenhuma provisão para esse fim. Na eventualidade de a Companhia ser requerida a pagar este montante, a ABI reembolsará o valor proporcional ao seu benefício decorrente da amortização do ágio referido, bem como dos respectivos custos.

Em outubro de 2013, a Ambev S.A. recebeu mais um Auto de Infração relacionado com o ágio amortizado referente a incorporação da Quinsa S.A. na Ambev S.A.. Em dezembro de 2014, a Ambev S.A. apresentou Recurso Voluntário contra a decisão de primeira instância administrativa que manteve a autuação. O Recurso aguarda julgamento no CARF. O valor do risco possível é de aproximadamente R\$1,2 bilhão, para dezembro de 2014 (R\$1,1 bilhão em 31 de dezembro de 2013). Não houve nenhuma provisão feita sobre a matéria.

Lucros auferidos no exterior

Durante o primeiro trimestre de 2005, a Companhia e algumas de suas subsidiárias receberam autuações da Secretaria da Receita Federal do Brasil com relação à tributação de lucros auferidos por subsidiárias domiciliadas no exterior. Em dezembro de 2008, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda – CARF julgou um dos autos de infração sendo que a decisão foi parcialmente favorável à Companhia. No que se refere à parte remanescente, a Companhia interpôs recurso voluntário para a Câmara Superior do CARF e aguarda seu respectivo julgamento. A

Companhia não constituiu nenhuma provisão para esse fim. Para o exercício de 2014 a Ambev S.A. estima um valor de aproximadamente R\$4,2 bilhões (R\$3,8 bilhões em 31 de dezembro de 2013) com classificação de perda possível e de aproximadamente R\$34,7 milhões com classificação de perda provável (R\$32,3 milhões em 31 de dezembro de 2013).

Zona Franca de Manaus - IPI

Os produtos fabricados na Zona Franca de Manaus para remessa a outros lugares no Brasil estão isentos de IPI. Subsidiárias da Ambev S.A. registraram crédito presumido sobre a aquisição de insumos isentos lá fabricados. Desde 2009, a Ambev S.A. tem recebido uma série de Autos de Infração à glosa destes créditos presumidos. Ainda não há jurisprudência pacificada sobre o assunto. A Ambev S.A. estima que o valor envolvido nestes processos seja de aproximadamente R\$917 milhões classificados como perda possível (R\$723 milhões em 31 de dezembro de 2013).

Descontos Incondicionais

A Ambev S.A. está sendo cobrada em processos judiciais pelo Estado do Rio de Janeiro, os quais têm como objeto a cobrança de ICMS sobre descontos incondicionais concedidos pela Ambev S.A. de janeiro de 1996 a fevereiro de 1998. Esses processos encontram-se no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal para julgamento. Em novembro de 2013, novembro e dezembro de 2014, a Ambev S.A. recebeu Autos de Infração similares emitidos pelo Estado do Pará. A Ambev S.A. estima que o valor envolvido nestes processos seja de aproximadamente R\$820 milhões (R\$760 milhões em 31 de dezembro de 2013), sendo aproximadamente R\$704 milhões classificados como perda possível e, portanto, sem provisão, e os restantes R\$116 milhões classificados como perda provável, relativos a um processo cuja chance de perda foi reclassificada em outubro de 2014, tendo sido o montante devidamente provisionado.

Utilização de prejuízo fiscal em incorporação

A Companhia e uma de suas subsidiárias são partes em autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, os quais visam à cobrança de suposto crédito tributário decorrentes da não concordância pelo Fisco Federal com o aproveitamento integral de prejuízo fiscal acumulado para abatimento do lucro real por empresas em seu último ano de existência, decorrente de incorporação.

A Companhia não constituiu nenhuma provisão para estes casos por entender que não há disposição legal expressa que limite a utilização de prejuízos fiscais para os casos de extinção da pessoa jurídica (incluindo casos de incorporação), não se aplicando, portanto, o entendimento da fiscalização nos mencionados autos de infração. Após decisão proferida pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, a Companhia passou a considerar parte da contingência como sendo de perda remota. Nesse sentido, a Companhia estima que a exposição de perdas possíveis dessas

autuações foi reduzida para aproximadamente R\$419 milhões em 31 de dezembro de 2014 (R\$582 milhões em 31 de dezembro de 2013).

Bônus de subscrição de ações

Determinados detentores de bônus de subscrição da Companhia de Bebidas, sucedida pela Ambev S.A., emitidos em 1996 (para exercício em 2003) propuseram ações judiciais para subscrever as ações correspondentes por valor inferior ao que a Companhia entende como sendo o estabelecido no momento da emissão do bônus, e ainda receber os dividendos correspondentes a estas ações desde o exercício de 2003 (valor aproximado atual de R\$572 milhões (R\$413 milhões em 31 de dezembro de 2013) além de custas e honorários advocatícios a serem determinados). Caso a Companhia venha a perder a totalidade das referidas ações judiciais, seria necessária a emissão de 172.832 mil ações ordinárias, recebendo em contrapartida recursos substancialmente inferiores ao valor de mercado das ações. A Companhia entende que a perda do processo é possível e não constituiu nenhuma provisão para esse fim.

Sistema brasileiro de defesa da concorrência

Em 22 de julho de 2009 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE julgou o processo administrativo iniciado em 2004 em decorrência de representação da Schincariol, que teve por objeto a investigação de práticas de mercado da Companhia, notadamente o nosso programa de fidelidade denominado “Tô Contigo”.

Durante a fase investigatória deste processo, a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça – SDE concluiu que o programa “Tô Contigo” deveria ser considerado anti-concorrencial, ausentes determinados ajustes, os quais já se encontravam substancialmente incorporados ao programa na sua configuração de então. Não houve recomendação de multa por parte da SDE. As demais acusações tiveram recomendação de arquivamento. Após o parecer da SDE, o processo foi encaminhado ao CADE para julgamento, que determinou a condenação da Companhia, incluindo uma multa de R\$352 milhões (R\$524 milhões em 31 de dezembro de 2014 incluindo os juros acumulados (R\$488 milhões em 31 de dezembro de 2013). A perda deverá ser limitada ao montante da multa e outras taxas legais referentes a esse processo.

A Companhia ajuizou ação para anular a decisão do CADE. O juízo da 16ª Vara Federal de Brasília determinou a suspensão da multa e de outras partes da decisão, mediante a apresentação de caução. A Companhia já apresentou uma carta de fiança para essa finalidade. A Companhia entende que a perda do processo é possível e não constituiu nenhuma provisão para esse fim.

Adicionalmente, a Companhia possui outros processos administrativos com o CADE e SDE, que investigam determinadas condutas, as quais no entender da Companhia, não representam infração concorrencial.

ICMS Guerra Fiscal

A Companhia, ao longo dos anos, recebeu autos de infração dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais relacionados à discussão da legalidade da tomada de créditos de ICMS advindos de incentivos fiscais concedidos por outros Estados da Federação. No decorrer do terceiro trimestre de 2014, a Companhia recebeu novos autos de infração da mesma matéria que somados perfazem o montante de R\$507 milhões. Tendo em vista o recebimento destes novos autos de infração, além dos outros casos anteriormente recebidos, o valor em discussão para dezembro de 2014 é de R\$1,0 bilhão. Não foi feita nenhuma provisão relacionada aos novos casos.

IPI Suspensão

No decorrer do ano de 2014, a Ambev S.A. foi intimada de Autos de Infração lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, veiculando cobrança de IPI supostamente devido na remessa de produtos acabados para outras unidades da Companhia. A Ambev S.A. estima que o valor envolvido nestes processos seja de aproximadamente R\$510 milhões, em dezembro de 2014. Não foi feita nenhuma provisão relacionada à matéria.

Em janeiro de 2015, a Ambev S.A. recebeu novo Auto de Infração relativo ao mesmo tema, no valor de R\$568 milhões, igualmente classificado como perda possível e, portanto, sem provisão relacionada.

Ação coletiva contra Brewers Retail Inc.

Em 12 de dezembro de 2014, foi proposta uma ação judicial coletiva na Corte de Justiça da Província Ontario, no Canadá, contra a *Liquor Control Board of Ontario* (“LCBO”), *Brewers Retail Inc.* (“*The Beer Store*”) e os acionistas da *The Beer Store* (*Molson Coors Canada, Sleeman Breweries Ltd. e Labatt Breweries of Canada LP*). A ação judicial, seguindo o *Ontario Class Proceedings Act*, busca a declaração de que a LCBO e *The Beer Store* teriam firmado acordos para alocação de vendas, território ou mercados para cervejas vendidas em Ontario desde junho de 2000, bem como a declaração de que os acionistas da *The Beer Store* teriam feito acordos para fixação de preço. A ação pretende indenização total de até CAD \$1,4 bilhão, de todas as partes mencionadas. Considerando que *The Beer Store* segue as normas estabelecidas pelo Governo de Ontário e que os preços são definidos de forma independente por cada cervejaria, a Companhia entende que há fortes argumentos de defesa e, deste modo, não registrou provisão correspondente.

Glosa de despesas financeiras e perdas em investimentos

No dia 29 de dezembro de 2014, a Companhia recebeu um Auto de Infração da Receita Federal do Brasil no montante aproximado de R\$1,2 bilhão. A autuação teve como base, de um modo geral, a glosa de despesas relacionadas aos juros contratados em instrumentos financeiros. A Companhia entende que a perda integral do processo é possível, de modo que não houve nenhum valor provisionado.

Contingências ativas

De acordo com o IAS 37 / CPC 25 – *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*, ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis.

32. PARTES RELACIONADAS

Políticas e práticas quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação que lhe é aplicável.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia compete ao Conselho de Administração a aprovação de quaisquer negócios ou contratos entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas, administradores e/ou acionistas (incluindo os sócios, diretos ou indiretos, dos acionistas da Companhia). Ao Comitê de *Compliance* da Companhia cabe assessorar o Conselho de Administração da Companhia em assuntos relativos às transações com partes relacionadas.

É vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante, ainda que em tese, com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar em ata de Reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria a sua não participação na deliberação.

É regra da Companhia que as transações com partes relacionadas sigam condições razoáveis e comutativas, em linha com as que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros e estejam claramente refletidas nas demonstrações contábeis e sejam refletidas em contratos escritos.

Transações com membros da Administração

Além dos benefícios de curto prazo, os administradores são elegíveis ao Plano de Opções de Compra de Ações, conforme mencionado na Nota 27 - *Pagamento baseado em ações*.

O total das despesas com Administradores da Companhia está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Benefícios de curto prazo ⁽ⁱ⁾	22.172	28.720
Pagamento baseado em ações ⁽ⁱⁱ⁾	39.303	44.507
Total remuneração ao pessoal-chave da Administração	61.475	73.227

(i) Corresponde substancialmente a honorários dos Administradores e participação no resultado (incluindo bônus por desempenho).

(ii) Corresponde ao custo das opções concedidas aos Administradores. Nos valores acima não consta a remuneração do Conselho Fiscal.

Exceto pela remuneração descrita acima e pelos programas de opções de compra de ações (Nota 27 - *Pagamento baseado em ações*), a Companhia não possui nenhum tipo de transação com os administradores tampouco saldos pendentes a receber ou a pagar em seu balanço patrimonial.

Transações com os acionistas da Companhia

a) Assistência médica, odontológica e outros benefícios

A Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência (“Fundação Zerrenner”) é uma das acionistas da Ambev S.A., com 9,81% do capital total. A Fundação Zerrenner é também uma entidade legalmente independente, cujo principal objetivo é proporcionar aos funcionários ativos e certos inativos, da Ambev S.A., no Brasil, assistência médica e odontológica, auxílio em cursos de formação técnica e superior e instalações para assistência e auxílio a idosos, por meio de iniciativas diretas ou acordos de assistência financeira com outras entidades. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as responsabilidades atuariais relativas aos benefícios proporcionados diretamente pela Fundação Zerrenner eram integralmente cobertos pelos ativos da Fundação Zerrenner mantidos para tal fim, os quais excedem em montante significativo o valor dos passivos atuariais nessa mesma data. A Ambev S.A. reconhece os ativos (despesas antecipadas) desse plano na extensão do valor do benefício econômico disponíveis para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

As despesas incorridas pela Fundação Zerrenner, no Brasil, para fornecer os benefícios acima mencionados aos funcionários da Companhia totalizaram, em 31 de dezembro de 2014, R\$216.340 (R\$185.610 em 31 de dezembro de 2013), sendo R\$195.538 (R\$163.688 em 31 de dezembro de 2013) relacionados aos funcionários ativos e R\$22.802 (R\$21.922 em 31 de dezembro de 2013) relacionados aos funcionários inativos.

b) Reserva especial de ágio

Como resultado da incorporação da InBev Holding Brasil S.A. em 2005, a Companhia vem auferindo, anualmente, benefício fiscal decorrente de amortização de ágio, nos

termos da Instrução CVM nº 319/99. O saldo da reserva especial de ágio, em 31 de dezembro de 2014 totaliza R\$2.048 (R\$313.872 em 31 de dezembro de 2013) e poderá ser utilizado para futuros aumentos de capital.

c) Arrendamento de ativos

A Companhia possui um contrato de arrendamento de ativos com a Fundação Zerrener, no valor total de R\$63.328, pelo prazo de 10 anos, com vencimento em 31 de março de 2018.

d) Aluguel do imóvel da Administração Central da Companhia (AC)

A Companhia possui contrato de locação de dois conjuntos comerciais com a Fundação Zerrener, no valor de R\$ 4.522, com vencimento em janeiro de 2016.

e) Licenciamentos

A Companhia mantém contratos de licenciamento com a Anheuser-Busch Inc., para produzir, engarrafar, vender e distribuir os produtos Budweiser no Brasil, no Canadá, no Equador, na Guatemala, na República Dominicana e no Paraguai. Além disso, a Companhia produz e distribui produtos Stella Artois sob licença da ABI no Brasil, Canadá, Argentina e outros países e, por meio de licença concedida à ABI, esta distribui produtos Brahma em determinados países da Europa, Ásia e África. Neste contexto, a Companhia registrou R\$1.605 (R\$15.456 em 31 de dezembro de 2013) e R\$293.116 (R\$249.198 em 31 de dezembro de 2013) como receita e despesa de licenciamento no Consolidado, respectivamente.

Em 29 de outubro de 2013, a Companhia celebrou contrato com a empresa B2W - Companhia Digital S.A. para gerir a plataforma de *e-commerce* da Companhia, denominada “Parceiro Ambev”. O contrato tem vigência de 2 anos, e o objeto do mesmo é a comercialização de produtos da Ambev por meio de *websites*. Ambas as partes possuem os mesmos controladores.

Transações da Controladora com partes relacionadas

	2014			2013		
	Contas a Receber ⁽ⁱ⁾	Contas a Pagar ⁽ⁱ⁾	Empréstimos/ Mútuo a Pagar	Contas a Receber ⁽ⁱ⁾	Contas a Pagar ⁽ⁱ⁾	Empréstimos/ Mútuo a Pagar
Circulante						
AB InBev	16.244	(7.290)	-	5.086	-	-
Arosuco	1.822	(484.509)	-	-	-	-
CND	1.427	(9.647)	-	-	-	-
Imperial	443	(11.646)	-	-	-	-
CRBS	1.438.814	(8.463)	-	-	-	-
Eagle	4.530	-	-	-	-	-
Skol	300.764	(87.799)	-	-	-	-
InBev	60.715	(180.816)	-	-	28.697	-
Labatt Breweries	2.705	(5)	(37.967)	-	-	-
Lizar	1.789	-	-	-	-	-
Maltería Pampa	344	(908)	-	-	-	-
Maltería Uruguay	279	(724.535)	-	-	-	-
Cympay	-	(223.972)	-	-	-	-
Monthiers	-	(4.134)	(908.729)	-	-	-
AmBev Peru	1.165	(247)	-	-	-	-
Cerveceria Paraguaya	13.142	(43)	-	-	-	-
Linthal	9.659	(3.611)	(47.557)	-	-	-
Cervecería Chile	-	-	(2.175)	-	-	-
Grupo Modelo	8.715	(232)	-	-	-	-
Dunvegan	-	-	(28.738)	-	-	-
Fratelli Vita	-	-	(23.198)	-	-	-
Dahlen S/A	-	(5.162)	-	-	-	-
Outras	1.348	(9.994)	(2.656)	-	-	-
	1.863.905	(1.763.013)	(1.051.020)	5.086	28.697	-

	2014		2013	
	Mútuo a Receber	Empréstimos/ Mútuo a Pagar	Mútuo a Receber	Empréstimos/ Mútuo a Pagar
Não circulante				
Dunvegan	-	(4.405.470)	-	-
Monthiers	-	(2.639.561)	-	-
NCAQ	-	(346.328)	-	-
Linthal	-	(2.959.748)	-	-
Cervecería Chile	-	(900.000)	-	-
Labatt Breweries	-	(3.416.834)	-	-
Fratelli Vita	-	(134.671)	-	-
	-	(14.802.612)	-	-

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

Mútuos a receber

Correspondem a contratos de mútuo celebrados com controladas integrais da Companhia, com vencimento indeterminado, sem incidência de juros e sem garantias.

Empréstimos / Mútuos a pagar

Os quadros abaixo demonstram as transações da Controladora com partes relacionadas, as quais foram reconhecidas no resultado:

2014

Empresa	Compras/Prestação Serviços / Aluguéis	Vendas	Rateio Despesas c/ Controladas	Royalties / Benefícios	Resultado Financeiro
AB InBev	(699)	-	-	720	1.825
Agrega	(16.500)	-	-	-	-
Arosuco	(1.707.031)	35.061	35.385	-	-
CRBS	(87)	7.026.276	58.529	-	-
Cympay	(197.078)	-	-	-	(4.669)
Dunvegan	-	-	-	-	(651.966)
Fratelli Vita	-	-	-	-	(20.249)
Fundação Zerrenner	(12.797)	-	-	(7.079)	-
InBev	(3.048)	-	-	398	47.441
Labatt Breweries	-	-	-	-	(107.697)
Lizar	(10.569)	-	-	-	-
Londrina	(419.757)	130.883	11.881	-	-
Maltería Pampa	-	-	-	-	260
Maltería Uruguay	(678.908)	-	-	-	(26.289)
Monthiers	-	-	-	-	(613.520)
Cerveceria Paraguaya	-	30.403	-	-	270
AmBev Peru	-	1.164	-	-	-
NCAQ	-	-	-	-	(51.619)
Linthal	(12.932)	-	-	-	(52.866)
Cervecería Chile	-	-	-	-	(78.300)
CND	-	19	-	-	2.382
Skol	(126.962)	31.520	165.226	-	(19)
Outras	(495)	4.157	-	-	40.011
	(3.186.863)	7.259.483	271.021	(5.961)	(1.515.005)

2013

Empresa	Compras / Prestação Serviços / Aluguéis	Vendas	Rateio Despesas c/ Controladas	Royalties / Benefícios	Resultado Financeiro
InBev	(2.931)	-	-	-	-
	(2.931)	-	-	-	-

Denominações utilizadas nos quadros acima:

Agrega Inteligência em Compras Ltda. (“Agrega”)

Anheuser-Busch InBev N.V./S.A. (“InBev”)

Anheuser-Busch LLC (“AB InBev”)

Arosuco Aromas e Sucos Ltda. (“Arosuco”)

CRBS S.A. (“CRBS”)

Cervecería y Maltería Payssandú S.A. (“Cympay”)

Cervecería Chile

Cervecería Paraguaya S.A.

Cervejarias Reunidas Skol Caracu S.A. (“Skol”)

Compañía Cervecera Ambev Peru S.A.C. (“Ambev Peru”)

Cervecería Nacional Dominicana, S.A. (“CND”)

Dunvegan S.A. (“Dunvegan”)

Eagle Distribuidora de Bebidas S.A. (“Eagle”)

Fundação Antonio e Helena Zerrenner (“Fundação Zerrenner”)

Fratelli Vita Ltd (“Fratelli Vita”)

Imperial Fábrica de Cerveja Nacional Ltda. (“Imperial”)

Labatt Breweries of Canada LP (“Labatt Breweries”)

Linthal S.A. (“Linthal”)

Lizar Administradora de Carteira de Valores Mobiliários Ltda. (“Lizar”)

Londrina Bebidas Ltda. (“Londrina”)
 Maltería Pampa S.A. (“Maltería Pampa”)
 Maltería Uruguay S.A. (“Maltería Uruguay”)
 Monthiers S.A. (“Monthiers”)
 NCAQ Sociedad Colectiva (“NCAQ”)

33. COMPANHIAS DO GRUPO

Abaixo estão listadas as principais companhias e o percentual de participação do grupo. O número de companhias consolidadas e controladas em conjunto totaliza 38.

Argentina

CERVECERIA Y MALTERIA QUILMES SAICA Y G	99,74%
Av. Del Libertador 498, 26º andar - Buenos Aires	

Bolívia

CERVECERIA BOLIVIANA NACIONAL S.A.	85,67%
Av. Montes 400 e Rua Chuquisaca - La Paz	

Brasil

AMBEV S.A.	Companhia
Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1017, 3º andar, Itaim Bibi, São Paulo	Consolidadora

AROSUCO AROMAS E SUCOS LTDA.	100,00%
Avenida Buriti, 5.385, Distrito Industrial - Manaus - AM	

CRBS S.A.	100,00%
Avenida Antartica, 1.891 Fazenda Santa Úrsula –Jaguariúna - SP	

EAGLE DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS S.A.	100,00%
Avenida Antartica, 1.891 Fazenda Santa Úrsula – Jaguariúna – SP	

CERVEJARIA REUNIDAS SKOL CARACU S.A.	100,00%
Av. Antartica, 1891 Fazenda Santa. Úrsula – Jaguariúna - SP	

Canadá

LABATT BREWING COMPANY LIMITED	100,00%
207 Queens Quay West, Suite 299 - M5J 1A7 - Toronto	

Chile

CERVECERIA CHILE S.A.	100,00%
Avenida Presidente Eduardo Frei Montalva, 9600 - Comuna de Quilicura - Santiago	

Espanha

JALUA SPAIN, S.L.	100,00%
Juan Vara Terán, 14 – Ilhas Canárias	

Equador

COMPANHIA CERVECERA AMBEV ECUADOR S.A.	100,00%
Km 14,5 Vía Dauley, Av. Las Iguanas - Guayaquil	

Luxemburgo

AMBEV LUXEMBOURG 5, Gabriel Lippmann, L - 5365 Munsbach	100,00%
Guatemala INDUSTRIAS DEL ATLÁNTICO, SOCIEDAD ANÓNIMA 43 Calle 1-10 Clzd. Aguilar Bartres, Zona 12, Edifício Mariposa, nível 4 - 01012 - Zacapa	50,00%
Paraguai CERVECERIA PARAGUAY S.A., Ruta Villeta KM 30 - Ypané	87,34%
Peru COMPANÍA CERVECERA AMBEV PERU S.A.C. Av. República de Panamá, 3659 San Isidro - Lima 41 – Lima	100,00%
República Dominicana CERVECERÍA NACIONAL DOMINICANA, S.A. Autopista 30 de Mayo, Distrito Nacional	55,00%
Uruguai LINTHAL S.A. 25 de Mayo 444, office 401 - Montevideo	99,99%
CERVECERIA Y MALTERIA PAYSSANDÚ S.A. Rambla Baltasar Brum, 2933 – 11800 - Payssandu	98,62%
MONTHIERS SOCIEDAD ANÓNIMA Cortinas Cesar, 2037 - Montevideo	100,00%

34. SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

i) Na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 31 de dezembro de 2014, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram a distribuição de JCP, a serem deduzidos do resultado do exercício de 2014 e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do mesmo exercício, à razão de R\$0,096 por ação da Companhia. A distribuição de juros sobre o capital próprio será tributada na forma da legislação em vigor, o que resultará em uma distribuição líquida de JCP de R\$0,0816 por ação da Companhia.

Referido pagamento foi efetuado a partir de 30 de janeiro de 2015 (*ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária referente ao exercício social encerrado em 31 de

dezembro de 2014) com base na posição acionária de 7 de janeiro de 2015 (inclusive) no que se refere à BM&FBOVESPA e 12 de janeiro de 2015 no que se refere à NYSE, sem incidência de correção monetária.

ii) Na Reunião do Conselho de Administração realizada em fevereiro de 2015, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram a distribuição de JCP, à razão de R\$0,09 por ação da Companhia devendo R\$0,03 serem deduzidos da Reserva de Investimentos apurada nas Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 e R\$0,06 serem deduzidos do resultado acumulado deste ano com base no balanço extraordinário de 31 de janeiro de 2015. A distribuição de juros sobre o capital próprio será tributada na forma da legislação em vigor, o que resultará em uma distribuição líquida de juros sobre o capital próprio de R\$0,0765 por ação da Companhia.

O referido pagamento será efetuado a partir de 31 de março de 2015 (ad referendum da Assembleia Geral Ordinária da Companhia), com base na posição acionária de 27 de fevereiro de 2015 (inclusive) no que se refere à BM&FBOVESPA e 4 de março de 2015 no que se refere à NYSE, sem incidência de correção monetária.

iii) Na Reunião do Conselho de Administração realizada em fevereiro de 2015, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram e homologaram, dentro do limite do capital autorizado da Companhia, nos termos do seu Estatuto Social, bem como da Lei 6.404/76, um aumento de capital no valor de R\$20.169, mediante a emissão de 4.364.791 novas ações ordinárias, ao preço médio de emissão de R\$4,62087234 por ação, sem direito de preferência. O capital social da Companhia passou, portanto, a ser de R\$57.602.518, dividido em 15.716.984.046 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.